Universidade de São Paulo
Museu de Arqueologia e Etnologia
Programa de Pós-Graduação em Arqueologia

Socialização do patrimônio arqueológico no Estado de São Paulo: proposta de plano de gestão, interpretação e visitação turística em áreas arqueológicas

FABIANA MANZATO

São Paulo
2013

Universidade de São Paulo
Museu de Arqueologia e Etnologia
Programa de Pós-Graduação em Arqueologia

Socialização do patrimônio arqueológico no Estado de São Paulo: proposta de plano de gestão, interpretação e visitação turística em áreas arqueológicas

FABIANA MANZATO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), da Universidade de São Paulo (USP) para a obtenção do título de Doutor em Arqueologia. Linha de Pesquisa: Gestão do Patrimônio Arqueológico.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Paulo A. FUNARI

Versão corrigida (*)
(*) A versão original encontra-se disponível no MAE/USP.

São Paulo
2013

Agradecimentos

Agradeço a Deus, por Suas provações, bênçãos e por me permitir realizar este trabalho sendo minha constante fonte de inspiração.

Agradeço com o mais intenso carinho, aos meus pais: Eduardo e Maria Aparecida, e a minha querida irmã, Polyana, pessoas fundamentais em minha vida e que sempre me apoiaram na concretização de mais esta etapa, com uma paciência redobrada e compreensão. Ao Arthur, meu maravilhoso filho, meu amor incondicional.

Agradeço a minha amiga "de fé e irmã camarada" Eliza G. Santos e a Regina E. L. Silva, da Sessão Acadêmica do MAE/USP, por toda amabilidade, simpatia e apoio.

Agradeço especialmente ao meu orientador, professor, exemplo e amigo Dr Pedro Paulo Abreu Funari, que sempre me apoiou e motivou durante todas as etapas da elaboração da tese, composição de artigos, relatórios e viagens de campo.

É imprescindível, reconhecer o fundamental apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo auxílio financeiro e institucional

Agradeço também aos membros titulares da banca: Camilo Vasconcellos – MAE/ USP, Maria Isabel D'Agostino Fleming – MAE/USP, Mirian Rejowski – Universidade Anhembi/Morumbi (aposentada ECA/USP) e Gilson Rambelli – UFS e os membros suplentes: Astolfo Araújo – MAE/USP, Levy Figuti – MAE/USP, Paulo Bava – UNICAMP e Cláudio Carlan – UNIFAL por se disponibilizarem a colaborar na elaboração desta tese.

Agradeço aos professores Dra Aline Vieira de Carvalho, Dra Maria Cristina Oliveira Bruno, Dra Érika Robrahn González, Dr José Luiz de Morais, Dra Margarita Díaz-Andreu e Dr. Richard Hingley por todo apoio e pelos ensinamentos, ambos foram muito atenciosos.

Resumo

O conhecimento das sociedades através do estudo de seus vestígios arqueológicos remanescentes é feito pela Arqueologia. Atualmente, sua área de abrangência ultrapassa o limite do objeto em questão, envolvendo também, o contexto em que este se insere. Mais do que isto, a partir da década de 1980, a Arqueologia tem favorecido a aproximação e o engajamento entre arqueólogos, comunidades, turismólogos e demais partes interessadas proporcionado um entendimento mais profundo não só do passado, mas dos atuais usos que se faz do passado. Assim, frente a estas considerações iniciais, pensou-se nesta Tese de Doutorado junto ao programa de Pós-Graduação em Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), da Universidade de São Paulo (USP). Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva que tem como objetivo geral Socializar o Patrimônio Arqueológico no Estado de São Paulo a partir de recomendações para a elaboração de plano de gestão em áreas arqueológicas. Apresenta-se dividida em quatro capítulos: o primeiro discorre sobre a memória, identidade e o patrimônio em tempos de globalização, em seguida, traz uma discussão sobre a intersecção da Arqueologia e do Turismo enquanto parceiros ou rivais na socialização do patrimônio arqueológico, já o terceiro capítulo descreve os estudos de caso estrangeiros e nacionais, pontua suas respectivas ações de socialização inserida no seu atual cenário institucional. No quarto capítulo são elencadas recomendações gerais que devem ser mensuradas frente à elaboração em um amplo plano de gestão em áreas arqueológicas.

Palavras-Chave

Arqueologia; Turismo; Arqueotur; Turismo Arqueológico; Memória; Identidade; Socialização do Patrimônio Arqueológico; Partes Interessadas.

Abstract

The knowledge societies through the study of its archaeological remnants is made by archeology. Currently, their coverage area beyond the boundary of the object in question, involving also the context in which it occurs. More than that, from the 1980s, the Archaeology has favored closer relations and engagement between archaeologists and communities, tourismologist and stakeholders provided a deeper understanding not only of the past but the present uses made of the past. Thus, given these initial considerations, it was thought this Doctoral Thesis at the Graduate Program in Archaeology, Museum of Archaeology and Ethnology (MAE), University of São Paulo (USP). This exploratory and descriptive research the general purpose is Socialize Archaeological Heritage in São Paulo from recommendations for the preparation of management plan in archaeological areas. It presents four chapters: the first is about the memory, identity and socialization heritage in globalization, then brings a discussion about the intersection of Archaeology and Tourism as partners or rivals in the socialization of archaeological heritage, as the third chapter describes the foreign and nationals case studies and punctuates their respective his actions of socialization heritage, and finally, approach the general recommendations for the preparation of the management plan in archaeological areas.

Keywords

Archaeology; Tourism; Archaeotourism; Archaeological Tourism; Memory, Identity; Socialize Archaeological Heritage; Stakeholders

Lista de Ilustrações

Figura 1	Perfil dos visitantes de sítios arqueológicos	41
Figura 2	Página Principal do *Site* Arqueotur	43
Figura 3	Rota Bética Romana	44
Figura 4	Toca do Boqueirão da Pedra Furada (Parna-SC)	45
Figura 5	Estrutura remanescente da igreja do Convento	47
Figura 6	Divisão Administrativa da China	53
Figura 7	Província de Shaanxi: 10 prefeituras e Xi'an	63
Figura 8	Proposta de presente natalino	79
Figura 9	Festival de Arqueologia Britânica	83
Figura 10	Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural nas Obras de Implantação do Metropolitano de São Paulo	103
Figura 11	Muralha da China - trecho Badaling	107
Figura 12	Província de Guansu – Shandan – Ovelhas destroem a Muralha	107
Figura 13	Vista do fosso 1- Centro do Exército	109
Figura 14	Cavalos e carruagens em bronze sob duas perspectivas	111
Figura 15	Stonehenge	115
Figura 16	Parte superior: vista aérea e representação do Forte Parte inferior: Réplica do portão do Forte	118
Figura 17	Parte superior: vista aérea e representação do Forte Parte inferior: Parte remanescente do Forte	119
Figura 18	Parte superior: vista aérea e representação da cidade romana Parte inferior: Avenida Principal	120
Figura 19	Parte superior: vista aérea e representação do Forte Parte inferior: Casa de banho	121
Figura 20	Parte superior: vista aérea e representação do Forte Parte inferior: Casa do Comandante	122
Figura 21	Parte superior: vista aérea e representação da vila romana Parte inferior: Casa de banho militar	123

Figura 22	Parte superior: vista aérea e representação do forte Parte inferior: parede remanescente da última torre da Muralha	124
Figura 23	Sítio Boqueirão da Pedra Furada - Visitação acessível	127
Figura 24	Pinturas Rupestres do Parna – SC	131
Figura 25	Estruturas remanescentes do antigo Engenho dos Erasmos	136
Figura 26	Guerreiros com o rosto do visitante	141
Figura 27	Solstício em Stonehenge	144
Figura 28	Momentos de descontração no Muro de Adriano	147
Figura 29	Fabricação da Cerâmica Serra da Capivara com motivos rupestres	151
Figura 30	Festival Acordais - cerca de mil pessoas prestigiaram o evento	153
Figura 31	Oficina circense - modalidade malabarismo	163
Figura 32	Oficina de Arqueologia para crianças	163

Lista de Abreviaturas e Siglas

APPAG – All Party Parliamentary Archaeology Group (Grupo Parlamentar Supra-Partidário de Arqueologia)

CACH – Chinese Academy of Cultural Heritage (Academia Chinesa de Patrimônio Cultural)

CASS – The Chinese Academy of Social Sciences (Academia Chinesa de Ciências Sociais)

CBA – Council for British Archaeology (Conselho Britânico de Arqueologia)

CE – Conselho de Estado

CFB – Constituição Federativa Brasileira

CNA – Centro Nacional de Arqueologia

CONDEPASA – Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos

CONDEPHAAT – Conselho e Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

COSOL – Coordenação de Socialização do Patrimônio Arqueológico

DCMS – Department for Culture Media and Sport (Departamento de Cultura, Mídia e Esporte)

EH – English Heritage (Patrimônio Inglês)

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FUMDHAM – Fundação Museu do Homem Americano

FUNDAC – Fundação Cultural do Piauí

HWHL – Hadrian's Wall Heritage Ltd (Patrimônio Muro de Adriano Ltda)

IA – Instituto do Patrimônio

IFRAO – Congresso Internacional de Arte Rupestre

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IFA – The Institute for Archaeologists (Instituto de Arqueólogos de Campo)

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MAE – Museu de Arqueologia e Etnologia

MinC – Ministério da Cultura

NDPB – Non-departamental public body (Não Governamental)

NHPP – National Heritage Protection Plan (Plano Nacional de Proteção do Patrimônio)

NHS – National Heritage Science Strategy (Estratégia Nacional da Ciência e Patrimônio)

NPPF –National Planning Policy Framework (Quadro Nacional de Política de Planejamento)

NT – National Trust (Mantenedor Nacional)

OMT – Organização Mundial do Turismo

Parna – SC – Parque Nacional Serra da Capivara

PPG – Planning Policy Guidance (Orientação Política de Planejamento)

PPS – Planning Police Statement (Declaração de Política de Planejamento)

RESJE – Monumento Nacional Ruínas São Jorge dos Erasmos

SACH – Administração Estatal de Patrimônio Cultural

SRP – Stonehenge Riverside Project

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

WHL – World Heritage List (Lista do Patrimônio Mundial)

Lista de Tabelas

Tabela 1	Visão Geral dos Três Países Pesquisados	51
Tabela 2	Cenário Institucional – China	59
Tabela 3	Síntese da Gestão do Patrimônio Arqueológico	64
Tabela 4	Cenário Institucional – Reino Unido	70
Tabela 5	Cenário Institucional – Brasil	89

Sumário

INTRODUÇÃO **13**

CAPÍTULO 1 – Memória, Identidade e Patrimônio em Tempos de Globalização **23**

CAPÍTULO 2 – Arqueologia e Turismo: parceiros ou rivais na Socialização do Patrimônio Arqueológico **33**

2. 1 Arqueologia e Turismo **33**

2.2 Iniciativas para a prática do Turismo Arqueológico **39**

CAPÍTULO 3 – *Stakeholders* no âmbito patrimonial e o Cenário Institucional dos Estudos de Caso **48**

3.1 S*takeholders* no âmbito patrimonial **48**

3.2 Cenário Institucional dos Estudos de Caso **51**

3.2.1 China **51**

3.2.2 Reino Unido **68**

3.2.3 Brasil **85**

CAPÍTULO 4 – Descrição geral do patrimônio arqueológico estrangeiro e nacional **105**

4.1 Muralha da China **105**

4.2 Mausoléu do Imperador *Qin* e seu Exército de Guerreiros Terracota **108**

4.3 Stonehenge **113**

4.4 Muro de Adriano **116**

4.5 Parque Nacional Serra da Capivara **125**

4.6 Monumento Nacional Ruínas do Engenho São Jorge dos Erasmos **136**

CAPÍTULO 5 – Socialização do Patrimônio Arqueológico Estrangeiro e Nacional **139**

5.1 Patrimônio Arqueológico Chinês **139**

5.2 Patrimônio Arqueológico Inglês **144**

5.3 Patrimônio Arqueológico Brasileiro **149**

CAPÍTULO 6 – Recomendações gerais para a elaboração do plano de gestão **165**

CONSIDERAÇÕES FINAIS **171**

REFERÊNCIAS **174**

Introdução

A Arqueologia através do estudo dos vestígios remanescentes possibilita o conhecimento das sociedades pretéritas, sejam elas, muito antigas ou pertencentes a um passado recente. Atualmente, trata-se de uma área cuja abrangência ultrapassa o limite do objeto em questão, envolvendo também, o contexto em que este se insere, de forma a revelar informações sobre a evolução dos sistemas sócio-culturais da humanidade no decorrer dos tempos, inclusive considerando patrimônios anteriormente marginalizados, como aldeias indígenas, vilas operárias, comunidades quilombolas, entre outros.

Mais do que isto, a partir da década de 1980, a Arqueologia, passa a evidenciar preocupações com sua dimensão social, através da denominada Arqueologia Pública, de forma que se apresenta voltada não apenas para o compartilhamento de pesquisas entre seus pares, mas sim, para promover a participação da comunidade no processo de apropriação e gestão do patrimônio arqueológico. Essa dimensão adotada possibilita às comunidades envolvidas, o fortalecimento dos vínculos entre seu passado e o presente, objetivando a construção de um projeto futuro compartilhado, fundamentado no respeito mútuo, proteção e valorização cultural.

No entanto, em tempos de globalização esse projeto de futuro compartilhado deve transcender a relação arqueólogo e comunidade ou a interface arqueólogo, comunidade e turismo para ser pensado de um modo mais abrangente, i.e, sob o ponto de vista da socialização do patrimônio arqueológico com todas as partes interessadas – *stakeholders*. Nesse sentido, o plano de gestão em áreas arqueológicas para a socialização do patrimônio é elemento primordial que deve ser concebido de forma transparente, dinâmica, interativa, inclusiva e sustentável.

Visto que quando a socialização do patrimônio ocorre a partir de ações desestruturadas, inconsistentes ou ínfimas poderá contribuir para os seguintes infortúnios: no primeiro, o patrimônio poderá ser destruído, uma vez que não sendo compreendido não será aceito, ou seja, só cuidamos daquilo que conhecemos. No segundo, o patrimônio também

poderá ser destruído, mas devido a sua má gestão, por exemplo, a disponibilização do sítio para um público além da sua capacidade de carga suportada como aconteceu outrora nas grutas de Lascaux (França) e Altamira (Espanha). Por fim, aponta-se a subutilização do patrimônio, pois devido à sua fragilidade poderá ser mantido distante da visão do público, assim o que não é visto, não é lembrado, resultando na perda de sua função social e impossibilitando o exercício da cidadania.

No Brasil, a socialização do patrimônio arqueológico avança de forma lenta, no entanto, os exemplos aqui abordados, trarão a tona que os passos dados um de cada vez, apontam para um desenvolvido qualitativo da causa, comprometidos com seus aspectos sociais, políticos, econômicos e ambientais. Assim, frente a estas considerações iniciais, propõe-se o tema desta Tese de Doutorado através do estudo da Socialização do Patrimônio Arqueológico.

Os parâmetros que definem a escolha dos sítios arqueológicos que integram esta tese devem-se, inicialmente, a facilidade de acesso e locomoção da pesquisadora-autora para realizar as visitas in loco na Muralha da China e Mausoléu do Imperador Qin e seu Exército de Terracota (China), Stonehenge e Muro de Adriano (Reino Unido), Parque Nacional Serra da Capivara e Monumento Nacional Ruínas Engenho dos Erasmos (Brasil). Bem como, para a realização do estágio no Reino Unido por meio da indicação do orientador Prof. Dr. Pedro P. A. Funari.

Para esta pesquisa formulou-se a seguinte questão central: Como se efetiva a socialização do patrimônio arqueológico em termos de plano de gestão?

Em seguida foram elaboradas as seguintes questões específicas:

- Existe relação entre memória, identidade e patrimônio?

- Arqueologia e Turismo são parceiros ou rivais na socialização do patrimônio arqueológico?

- Quais sítios arqueológicos (estrangeiros e nacionais) apresentam evidências do processo de socialização do patrimônio arqueológico?

- Como são realizados, nestes sítios arqueológicos, os processos de socialização do patrimônio arqueológico?

- Quais recomendações podem ser sugeridas para a socialização do patrimônio arqueológico com *stakeholders*?

Diante do exposto, foram elaborados também os objetivos desta tese, sendo o objetivo primário Socializar o patrimônio arqueológico no Estado de São Paulo a partir de recomendações para a elaboração de plano de gestão em áreas arqueológicas. Já os objetivos secundários são:

- Discorrer sobre a relação entre a memória, identidade e o patrimônio;

- Problematizar se a Arqueologia e o Turismo podem ser parceiros ou rivais na socialização do patrimônio arqueológico;

- Demonstrar os sítios estrangeiros e nacionais onde são observados os processos de socialização do patrimônio arqueológico;

- Evidenciar as ações e práticas empregadas no processo de socialização do patrimônio arqueológico;

- Propor recomendações para a elaboração de plano de gestão em áreas arqueológicas com *stakeholders*.

Note que alguns pontos devem ser destacados em relação ao título da pesquisa. O primeiro deles se refere ao termo "socialização". Em alguns artigos que submeti para publicação fui questionada quanto à substituição deste para compartilhamento, divulgação, enfim, outros sinônimos que não denotassem elementos da sociologia. Digo, então, que a origem da palavra socialização é o menor dos problemas no contexto do patrimônio arqueológico, todavia, destaco que se entende nesta Tese de Doutorado que a Socialização é um processo de envolvimento de todas as partes interessadas – *stakeholders* com o patrimônio arqueológico por meio de um plano de gestão construído a partir de um conjunto de reflexões e ações multidisciplinares.

Alguém poderia ainda implicar com o uso do termo *stakeholder* porque descende da aérea de Administração de Empresas, então, lanço o seguinte questionamento: se eles que estão voltados à gerência e maximização de lucros têm se mostrado preocupados com o envolvimento de todas as partes interessadas – *stakeholders*, por que nós das áreas humanas e sociais não estaríamos?

Em terceiro lugar, com relação ao plano de gestão do patrimônio arqueológico foi dito anteriormente que ele é um conjunto de reflexões e ações multidisciplinares. Ele deve possuir as seguintes características: em primeiro lugar, o plano deve assumir um aspecto amplo no sentido de conter ilimitadas reavaliações de curto, médio e longo prazo e, amplo também, quanto aos processos envolvidos tais como, a proteção, interpretação, promoção, socialização, visitação turística, entre outros.

O plano de gestão em áreas arqueológicas apresenta uma excepcionalidade, ou seja, ele deve ser único para cada sítio. Portanto, sob hipótese alguma esse plano de gestão se trata de um modelo pronto e acabado que pode ser vinculado e aplicado através de intermináveis CTRL-C (copiar) e CTRL-V (colar).

Após estas considerações destaco que o intuito da tese é favorecer a construção de planos de gestão, primeiramente, no âmbito reflexivo, a partir de recomendações gerais

ponderadas sobre a socialização do patrimônio arqueológico em três diferentes países, com base na descrição e análise dos estudos de caso, seus respectivos cenários institucionais e referenciais teóricos.

Esclareço, portanto, que desta pesquisa não emergirá o plano de gestão em si porque as recomendações representam parte do processo reflexivo que posteriormente serão integradas às ações multidisciplinares e aplicadas a um sítio específico em um trabalho futuro.

O quarto ponto faz alusão à "interpretação" e "visitação turística", ambas não precisariam constar no título já que são intrínsecas ao plano de gestão, portanto, na elaboração de um plano de gestão com *stakeholders* nenhuma ação, organização ou participante tem prioridade sobre a outra, são igualmente relevantes. Finalmente, é sugerido que para o título da tese entenda-se: Socialização do patrimônio arqueológico: recomendações para a elaboração de plano de gestão em áreas arqueológicas.

A escolha do tema de pesquisa

Os principais motivos que justificam a escolha do tema são: primeiramente, no campo científico, produzir dados sobre a socialização do patrimônio arqueológico com as partes interessadas – *stakeholders* já que concordamos com os autores Carandini e Setti (1979) quando dizem que "são os arqueólogos que podem contribuir para derrubar os velhos modos idealistas e seletivos de fazer história e não se fiando em cópias e relatos, vão à pesquisa dos produtos originais do Homem que se conservaram sob a terra".

Já no âmbito social, o interesse visa facilitar o processo de socialização do patrimônio com *stakeholders*, fundamentado em abordagens de identificação com o passado "favorecendo o resgate do orgulho cultural" além de contribuir com "a proteção e preservação de monumentos arqueológicos e testemunhos de culturas passadas, os quais constituem a herança cultural da civilização atual" (MEDINA, 2003, p.99; ACERENZA, 2000, p.123).

No campo cultural, visa ressaltar as particularidades do patrimônio arqueológico como um diferencial ante a padronização ocasionada pelo atual processo de globalização e instigar a apreciação da Arqueologia pelos *stakeholders* e estimular atividades conjuntas no âmbito da interdisciplinaridade. Por fim, no campo pessoal, o interesse da pesquisadora-autora nesse tema deve-se a sua simpatia por aspectos do passado, traduzidos na sua própria formação híbrida profissional e acadêmica: Guia de Turismo, Licenciada em História, Mestre em Turismo e se tudo der certo, Doutora em Arqueologia – linha de pesquisa Gestão do Patrimônio Arqueológico.

Metodologia

Para cumprir os objetivos da pesquisa definiu-se que a metodologia aplicada a ela caracteriza-se como exploratório-descritiva porque visa "proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito" além de "aprimorar idéias ou descobrir intuições caracterizadas por um levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes e análise de exemplos similares" (GIL, 1991, p.45; DENCKER, 2002, p.124).

A pesquisa foi desenvolvida em 5 etapas, divididas da seguinte maneira:

❖ 1ª. Etapa

- ✓ Cumprimento dos créditos no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), da Universidade de São Paulo (USP). Foram cursadas as seguintes disciplinas: Métodos Arqueológicos, Patrimônio Arqueológico e Musealização e Arqueologia Histórica (Testemunhos Históricos como Documentos Arqueológicos);

- ✓ Levantamento e análise de bibliografia nacional e estrangeira em fontes primárias e secundárias: trabalhos acadêmicos como teses, dissertações,

trabalhos de conclusão de cursos, artigos científicos; periódicos; base de dados; livros e jornais;

- ✓ Pesquisa no acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN);

- ✓ Realização de visitas *in loco* ao Mausoléu do Imperador *Qin* e seu Exército de Guerreiros Terracota e nas Muralhas da China (China).

❖ 2ª Etapa

- ✓ Exame de qualificação realizado no dia 26/02/2010 no MAE/USP A banca foi composta pelo orientador Prof. Dr. Pedro P. A. Funari, pelas Drª Aline V. Carvalho (UNICAMP) e Profª Drª Márcia Angelina Alves (MAE/USP) e Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos (MAE/USP). O exame de qualificação foi antecipado para a realização do estágio na Inglaterra;

- ✓ Realização de estágio na Inglaterra no Departamento de Arqueologia, da Universidade de Durham, com a Profª Drª Margarita Díaz-Andreu e no Patrimônio Inglês, com Prof. Dr. Richard Hingley por meio da indicação do orientador Prof. Dr. Pedro P. A. Funari, por seis meses em 2010;

- ✓ Realização de levantamento bibliográfico em literatura internacional;

- ✓ Participação de visitas *in loco* a Stonehenge e Muro de Adriano.

❖ 3ª Etapa

- ✓ Analisar os dados obtidos durante o estágio no Reino Unido;

- ✓ Realizar visitas *in loco* no Parque Nacional Serra da Capivara e no Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos – RESJE;

- ✓ Realizar levantamento bibliográfico nos acervos da Fundação Museu do Homem Americano – FUMDHAM, em São Raimundo Nonato (Piauí) e do RESJE e na biblioteca do MAE/USP;

- ✓ Analisar as informações obtidas nos sítios nacionais;

- ✓ Estabelecer análise comparativa entre os sítios brasileiros e estrangeiros.

❖ 4ª Etapa

- ✓ Confrontar, elencar e organizar os resultados obtidos;

- ✓ Pontuar recomendações para a elaboração de um plano de gestão em áreas arqueológicas.

❖ 5ª Etapa

- ✓ Defesa da Tese de Doutorado

Algumas ocorrências mereceram destaque no período de desenvolvimento da tese: primeiramente, parte do material obtido entre o período de estágio no Reino Unido em 2010 e a elaboração da tese em 2012, ficou desatualizada, ou seja, em menos de dois anos as metas previamente estabelecidas para a socialização do patrimônio, num piscar de olhos estavam sendo executadas, modificadas, substituídas e atualizadas com a devida pontualidade inglesa.

As dificuldades em se trabalhar com informações sobre a China não se devem apenas as limitações quanto ao idioma, mas também por sua complexidade administrativa, pelo sistema de controle da internet1 que, por vezes, inviabilizou a obtenção de artigos científicos sobre as revistas de Arqueologia que são rigidamente controladas (e não são disponibilizadas) pela Academia Chinesa de Ciências Sociais – *The Chinese Academy of Social*

[1] DONG, F. Controlling the internet in China: The real story Convergence: *The International Journal of Research into New Media Technologies.* n. 18 v.4. 2012. p. 403-425.

Sciences (CASS) e a falta de transparência quanto às informações oficiais. Esse conjunto de fatores demandou numa disponibilidade de tempo de pesquisa maior do que o esperado.

A Tese de Doutorado apresenta-se estruturada da seguinte maneira:

Capítulo 1 – Memória, Identidade e Patrimônio em Tempos de Globalização. O capítulo discorre sobre a relação entre estes três elementos e busca pistas para mensurar até que ponto a escolha de determinado patrimônio pode derivar de uma motivação política e se isso justificaria a opção pelo patrimônio monumental em detrimento do arqueológico. Em seguida, o capítulo situa o patrimônio arqueológico frente ao processo de globalização evidenciando-o como a materialização do passado no presente acrescida daquelas vozes anteriormente oprimidas ou marginalizadas.

Capítulo 2 – Arqueologia e Turismo: parceiros ou rivais na Socialização do Patrimônio Arqueológico tem como objetivo apresentar as recentes discussões que permeiam a Arqueologia, o Turismo e a tendência destas áreas a um entendimento mais amplo não só do passado, mas dos atuais usos que se faz do passado. Para tanto, serão abordados brevemente os aspectos epistemológicos da Arqueologia, desde seu desenvolvimento enquanto ciência neutra e positivista para uma ciência que interage com a comunidade. Em seguida, será enfatizada sua interseção com o Turismo apontando iniciativas inovadoras para a prática do Turismo Arqueológico revelando-se assim suas condições de parceiros ou rivais na Socialização do Patrimônio Arqueológico.

Capítulo 3 – *Stakeholders* no Âmbito Patrimonial e o Cenário Institucional dos Estudos de Caso. Este capítulo traz breves apontamentos sobre s*takeholders*, visto que se trata de um termo cultuado em estudos de administração, mas que vem enveredando-se em áreas humanas e sociais, e seguindo esta tendência propõe-se sua inserção no âmbito da Socialização do Patrimônio Arqueológico. Em seguida demonstra o cenário institucional dos

três países aqui abordados de forma a apontar o órgão máximo tutor e difusor do patrimônio arqueológico e assinala ainda a participação de outros setores à luz desta discussão.

Capítulo 4 – Descrição Geral do Patrimônio Arqueológico Estrangeiro e Nacional traça um detalhamento do patrimônio arqueológico dos seguintes sítios: Muralha da China e Mausoléu do Imperador *Qin* e o Exército de Guerreiros de Terracota (China), Stonehenge e Muro de Adriano (Reino Unido), Parque Nacional Serra da Capivara e Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos (Brasil).

Capítulo 5 – Socialização do Patrimônio Arqueológico Estrangeiro e Nacional versa sobre o envolvimento das partes interessadas com o patrimônio arqueológico na Muralha da China e Mausoléu do Imperador *Qin* e do Exército de Guerreiros de Terracota (China), de Stonehenge e do Muro de Adriano (Reino Unido), e do Parque Nacional Serra da Capivara e Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos (Brasil).

Capítulo 6 – Recomendações Gerais para a Elaboração de Plano de Gestão. Neste capítulo são elencadas as recomendações gerais que podem ser observadas e mensuradas para a elaboração do plano de gestão em áreas arqueológicas.

Considerações Finais – são retomados os objetivos formulados para a condução da pesquisa, assim como discorre brevemente sobre os principais questionamentos de cada capítulo com vistas a Socializar o Patrimônio Arqueológico no Estado de São Paulo a partir de recomendações para a elaboração de plano de gestão em áreas arqueológicas.

Capítulo 1

Memória, Identidade e Patrimônio em Tempos de Globalização

Este capítulo discorre sobre a memória, identidade e o patrimônio a fim de estabelecer uma relação entre os mesmos e que seja capaz de fornecer pistas para mensurar até que ponto a escolha de determinado patrimônio pode derivar de uma motivação política e se isso justificaria a opção pelo patrimônio monumental em detrimento do arqueológico. Em seguida, situa o patrimônio arqueológico frente ao processo de globalização evidenciando-o como a materialização do passado no presente acrescida daquelas vozes anteriormente oprimidas ou marginalizadas.

"Ninguém pode ser privado de memória sem ser despossuído de identidade. Sem memória, uma pessoa não se reconhece [...] deixa de existir" (MURTA e PRIORE, 2005, p.10). Uma pessoa sem memória vive exclusivamente do presente e sua identidade desaparece. A memória permite que o indivíduo compreenda e manifeste suas intenções a respeito do mundo a partir da classificação e ordenação no tempo e no espaço para finalmente construir e impor sua própria identidade (CANDAU, 2011, p.84).

É a nossa memória que nos liga aos velhos e bons tempos, que nos remete a um sentimento nostálgico perante o passado, fazendo-nos reviver, de certa maneira, aquilo que hoje já não existe ou está num passado próximo ou distante. São aquelas lembranças de imagens e momentos vivenciados durante os tempos da faculdade, de uma viagem internacional, do gosto de um doce grego consumido, do cheiro da antiga padaria que ficava na esquina, da emoção ao recebimento de um prêmio, do nascimento do primeiro filho.

Na maioria das vezes utilizamos nossa memória para recordar bons momentos, no entanto, ela também é depositária de lembranças consideradas negativas, ruins ou traumáticas e, por isso, ao ser feita de lembranças também se faz de esquecimentos. Assim, da mesma forma que a memória cria um sentimento de pertencimento e de identificação ela também pode ameaçar, perturbar e mesmo arruinar o sentimento de identidade, especialmente, se estivermos lidando com memórias traumáticas, por exemplo, de indivíduos que participaram de guerras, revoluções ou sobreviveram ao campo de concentração.

De qualquer forma, a memória é "uma reconstrução continuamente atualizada do passado" de acordo com Candau (2011, p.09). É ela que nos permite acessar o que passou ao reviver um passado por meio da lembrança porque é a partir da lembrança que o homem vai juntando os pedaços do que foi numa nova imagem. A memória molda o indivíduo que conseqüentemente também a molda.

Azevedo Netto (2008, p.12) destaca que a memória é o "conjunto de eventos, fatos, personagens que através da sua existência no passado, possuem experiências consistentes para o estabelecimento de uma relação da atualidade e o seu passado quer imediato quer remoto". Concomitante, ela pode ser entendida como "processos sociais e históricos, de expressões, de narrativas de acontecimentos marcantes, de coisas vividas, que legitimam, reforçam e reproduzem a identidade do grupo" como afirma Cruz (1993 apud RODRIGUES 2012, p.5).

Candau (2011, p.16) discorre que para Anne Muxel, a memória consiste em um "trabalho de reapropriação e negociação que cada um deve fazer em relação ao seu passado para chegar a sua própria individualidade" e, portanto, a memória está diretamente relacionada com a construção da identidade do sujeito e conseqüentemente, "ela está condicionada as alterações em relação à sociedade e às necessidades da mesma" (HALBWAHS apud SCHACKEL 2005, p.24).

Pode-se afirmar, então, que "a memória e a identidade se conjugam, se nutrem mutuamente, se apóiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa" de forma que "é a memória, faculdade primeira, que alimenta a identidade" e de fato, a memória é gera a identidade porque participa de sua construção, enquanto essa identidade molda predisposições que vão levar os indivíduos a incorporar certos aspectos particulares do passado, fazendo escolhas memoriais (CANDAU, 2011, p.19).

> A memória é necessariamente anterior em relação à identidade – essa última não é mais do que uma representação ou um estado adquirido, enquanto que a memória é uma faculdade presente desde o nascimento [...] memória e identidade se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente [...] Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individual (CANDAU, 2011, p19).

Portanto, a memória é a identidade em ação de tal modo que essa identidade "seja ela individual ou social, não é estável e unificada – é mutável, (re) inventada, transitória e, às vezes, provisória, subjetiva; a identidade é (re) negociada e vai-se transformando, (re) construindo-se ao longo do tempo" (RODRIGUES, 2012, p.03).

Segundo Meneses (1993, p.208) "a raiz da palavra identidade é expressiva. O grego *idios* se refere a 'mesmo', 'si próprio', 'privado' [...] em conseqüência a identidade pressupõe, antes de mais nada, semelhanças consigo mesmo, como condição de vida biológica, psíquica e social" e assim, a identidade "tem a ver mais com os processos de reconhecimento do que de conhecimento".

De acordo com Hall (2012, p.10) existem três concepções de identidade:

a) Do sujeito do iluminismo
b) Do sujeito sociológico
c) Do sujeito pós-moderno

O sujeito do iluminismo baseava-se no indivíduo totalmente centrado, unificado e individualista. Já o sujeito sociológico refletia um indivíduo que não era auto-suficiente, nem autônomo, mas sim, que procurava interagir com outras pessoas sendo que sua essência interior poderia ser modificada pelo diálogo contínuo com mundos culturais diferentes. Finalmente, o sujeito pós-moderno vê sua identidade unificada e estável começar a se

fragmentar, como resultado de mudanças estruturais e institucionais advindas do processo de globalização, ele não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente. Não existe uma identidade unificada e segura, mas várias, contraditórias e complementares.

A identidade passa a ter sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos, os quais as tornam relacionais a partir da marcação da diferença que finalmente atribuirá significado as relações sociais. “Essas diferenças são vistas como mais importantes que outras, especialmente em lugares particulares e em momentos particulares” (WOODWARD, 2012, p.11). A identidade não pode ser considerada o oposto da diferença porque a identidade depende da diferença e dentro das relações sociais essas formas de diferença são estabelecidas por meio de sistema classificatório (WOODWARD, 2012, p.40). Existindo assim ao menos dois grupos opostos, por exemplo, nós/eles, profano/sagrado, forasteiros/locais, entre outros.

Ao criar oposições binárias, a diferença pode ser construída negativamente – por meio da exclusão, discriminação, hierarquização social ou marginalização daquelas pessoas que são definidas como os outros. Para Woodward (2012, p.50) a diferença pode também ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora. No entanto, Silva (2012, p.87) ressalta que a “identidade que se forma por meio do hibridismo não é mais integralmente nenhuma das identidades originais, embora guarde os traços delas”.

Menezes (1993, p. 210) destaca que “a identidade não é um referencial fixo [...] não é, pois fruto do isolamento de sociedades ou grupos, mas, pelo contrário, de sua interação. Ela é essencial quando existem segmentos sociais que não se pensam como totalidades únicas” de forma que “a identidade se fundamenta no presente, nas necessidades do presente, ainda que faça apelo ao passado”.

As identidades nacionais foram muito importantes para criar um sentimento afetivo de reconhecimento e pertencimento em torno de um agrupamento nacional, favorecendo seu desenvolvimento a partir da unificação de idiomas, símbolos, representações e instituições que no ver de Stuart Hall (2006, p.50) foi uma característica chave da industrialização e um dispositivo da modernidade. O autor justifica então, que “não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultural nacional busca

unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional" (HALL, 2006, p.59).

O século XIX foi o momento da construção e seleção dos símbolos nacionais tais como monumentos, hinos, bandeiras, brasões e heróis que representariam a identidade nacional. Esse foi um fenômeno ocorrido não apenas na Europa, mas também na América. Especificamente no caso do Brasil, "durante o Império, discutia-se quem seriam os brasileiros e, ainda mais, sobre como considerar negros e indígenas em relação a esse projeto de brasilidade" já que "os brasileiros eram súditos do rei, os direitos políticos limitados aos poucos livres, alfabetizados e proprietários" (CARVALHO e FUNARI, 2010, p. 10).

Nesse período a construção da identidade nacional, de certo modo, ignorou as diversidades da identidade regional e local, não foi levado em consideração à forma violenta que alguns povos foram unificados ou subjugados, e outros indivíduos como as mulheres, os analfabetos e os miscigenados se quer foram mencionados. A identidade nacional foi masculina e branca e, em alguns casos, também existiram alusões a imagem de santos, como aconteceu na construção de mito em torno de Tiradentes, no Brasil. Neste caso, como narra Carvalho (1990, p. 64) quanto à aparência conferida a Tiradentes "corda ao pescoço, ornado com a palma do martírio e os louros da vitória. Barba e cabelos longos, ar sereno, olhar no infinito, era a própria imagem de Cristo".

Para Anderson (1993, p. 23) a construção da identidade nacional, i.e, o Nacionalismo com N maiúsculo porque o classifica como uma ideologia se disfarça com falsas pretensões, trata-se na verdade de "uma comunidade política imaginada inerentemente limitada e soberana". O autor completa dizendo que é

> imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou sequer ouvirão falar da maioria dos seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles [...] Limitada porque mesmo a maior delas que residam talvez milhões de seres humanos vivos, têm fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais existem outras nações. Nenhuma nação se imagina com as dimensões de uma humanidade.

> Soberana porque o conceito nasceu na época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico divinamente ordenado [...] Por último se imagina como comunidade porque independente da desigualdade e da exploração que podem prevalecer em cada caso, a nação se concebe sempre através de um companheirismo profundo horizontal. Em última instância é esta fraternidade que tem permitido [...] que milhares de pessoas matem e, sobretudo, estejam dispostos a morrer por imaginações tão limitadas (ANDERSON, 1993, p-23-25).

O autor também chama a atenção para o fato de que o censo, o mapa e o museu entrelaçados foram fundamentais para estabelecer a dominação do Estado (ANDERSON, 1993, p.257). Mas o objetivo aqui não é mensurar se a construção da identidade nacional é digna de mérito ou crítica e sim, demonstrar que as múltiplas identidades anteriormente ignoradas, marginalizadas ou sufocadas e, mesmo as novas identidades (homopaternidade, afrobrasileiros, melhor idade) constituídas têm sido atualmente muito evidenciadas.

Acontece que com o aparecimento da globalização ocorre a desestabilização de identidades, tidas como unificadoras e inabaláveis dando lugar àquelas identidades que anteriormente estiveram às margens daquela criadora, unificadora e segura.

Nesse novo panorama parece ser difícil conservar a identidade intacta ou impedir que ela seja bombardeada e infiltrada pelos aspectos de outras culturas e acontecimentos. O indivíduo passa a ser constantemente exposto a “processos que atuam em escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo [...] mais interconectado” (HALL, 2006, p.67). Por isso, esse autor sugere que a compreensão de distâncias e de escalas temporais está entre os aspectos mais importantes da globalização a terem efeito sobre as identidades, de modo que a conseqüência disso é que as identidades regionais e locais estão sendo reforçadas pela resistência a esse processo global.

> Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos [...] mais a identidade se torna desvinculada – desalojada – de tempos, lugares, histórias e tradições específicas e parecem flutuar livremente. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades [...] dentre as quais parece possível fazer uma escolha. Foi a difusão do consumismo [...] que contribuiu para esse efeito de 'supermercado cultural' [...]. Este fenômeno é conhecido como homogeneização cultural (HALL, 2006, p.75).

Concorda-se com Hall (2006, p.78) quando ele afirma que "parece ser improvável que a globalização vá simplesmente destruir as identidades nacionais. É mais provável que ela vá produzir, simultaneamente, novas identificações globais e novas identificações locais" ainda mais se levarmos em consideração que a globalização é desigualmente distribuída ao redor do globo, entre regiões e segmentação da sociedade.

A globalização ao diminuir as distâncias favoreceu a um grande número de pessoas se mudarem para os lugares de onde vêm os bens e talvez onde estejam às maiores chances para sobreviver. As migrações legais e ilegais tiveram um grande aumento em países como nos Estados Unidos ou no Reino Unido, isso tem gerado uma mistura de culturas (HALL, 2006, p.82). No caso do Brasil, a capital paulista continua sendo o maior centro receptor de indivíduos vindos de outros Estados, no entanto, outras capitais também têm recebido migrantes, não apenas de brasileiros, mas especialmente de bolivianos. Toda essa movimentação favorece a produção de novas identidades.

E estas novas identidades irão coexistir com aquelas identidades locais que ali já estavam, mas eram oprimidas ou mantidas às margens da sociedade, bem como, irão coexistir com a identidade nacional, visto que neste momento histórico que vivemos, podemos nos enquadrar em várias identidades, já que "não é mais suficiente argumentar que as identidades podem ser deduzidas da posição de classe" (WOOWARD, 2012, p.37).

Então, de acordo com Wooward (2012, p.39) se as identidades "são produzidas em momentos particulares no tempo [...] emergindo em momentos históricos particulares, pode-se dizer que as posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas

identidades particulares e que em alguns casos a identidade pode ser negociada". De tal modo, "não é difícil perceber que somos diferentemente posicionados, em diferentes momentos e em diferentes lugares, de acordo com os diferentes papéis sociais que estamos exercendo" (HALL, 2006, p.31).

> Imaginemos as diferentes identidades envolvidas em diferentes ocasiões tais como uma entrevista de emprego ou uma reunião de pais na escola, ir a uma festa ou a um jogo de futebol, ou ir a um centro comercial. Em todas essas situações, podemos nos sentir literalmente, como sendo a mesma pessoa, mas nós somos, na verdade, diferentemente posicionados pelas diferentes expectativas e restrições sociais envolvidas em cada uma dessas diferentes situações, representando-nos, diante dos outros, de forma diferente em cada um desses contextos. Em certo sentido, somos posicionados – e também posicionamos a nós mesmos – de acordo com os 'campos sociais' nos quais estamos atuando" (WOOWARD, 20012, p.31).

Para Maalouf (2003 apud RODRIGUES, 2012, p.03) "cada indivíduo possui uma identidade composta de muitas afiliações e pertenças" constituídas ao longo do tempo e aos quais participamos, exercendo graus variados de escolha e autonomia, mas cada um deles tem um contexto material e, na verdade um espaço e um lugar, bem como um conjunto de recursos simbólicos (WOOWARD, 2012, p.30). Dentre estes recursos simbólicos destaca-se o patrimônio.

Segundo Candau (2011, p.16) "se identidade, memória e patrimônio são as três palavras-chave da consciência contemporânea – poderíamos, aliás, reduzir a duas se admitirmos que o patrimônio é uma dimensão da memória", portanto, o patrimônio pode ser pensado como um investimento identitário a ser transmitido.

Não nos referimos mais aquele patrimônio de outrora, constituído no âmago da identidade nacional, isto é, o patrimônio que foi continuamente associado às classes mais altas, de caráter imperialista e aristocrático usualmente empregado como uma ferramenta para

a opressão das pessoas (FUNARI, MANZATO e ALFONSO, 2010, p.77). Foi um “momento em que se consagraram como superiores certos bairros, objetos e saberes porque foram gerados pelos grupos dominantes” (CANCLINI, 2003, p.17). A monumentalidade e a beleza estética imperaram, o patrimônio era testemunho dos feitos dos antepassados longínquos de uma elite que nem ela própria se identificava, porém, se gabava.

Versamos sim, sobre uma concepção contemporânea de patrimônio que envolve a reapropriação e uso social do material, imaterial, artístico, arqueológico, enfim, de um modelo de patrimônio que permite aos grupos se reconhecerem, ganharem legitimidade e visibilidade local e regional, e se consolidarem no tempo, de forma que “o patrimônio segue o movimento das memórias e acompanha a construção das identidades” (CANDAU, 2011, p.163).

Nesse sentido, a materialização da memória por meio da “arqueologia permite uma multivocalidade do mundo real” já que “os vestígios materiais auxiliam no reconhecimento de um passado real, uma ligação entre o antes e o agora, iluminando o processo da história e da memória” (SHACKEL, 2005, p. 24; MCMANAMON 2002 apud FUNARI e ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008, p. 25). Portanto, pode-se dizer que é “a Arqueologia que vai re-inserir no contexto da vida presente contextos da memória fossilizada no território” revelando “para as sociedades presentes, o que as sociedades defuntas quiseram esconder” (CARANDINI e SETTIS, 1979).

> Trata-se de um trabalho paciente de recoser e remendar, de combinações sábias e geniais, de recuperação. Trata-se de reinventar, por assim dizer, um contexto, um significado geral, para muros desabados e bugigangas empoeiradas, que, de outra forma, poderiam interessar no máximo ao erudito ou ao negociante [...] são os arqueólogos que escavam entre as coisas mal escavadas e que tornam a tecer a trama original que outrora as ligava diretamente (CARANDINI e SETTIS, 1979).

De tal modo, podemos inferir que, atualmente, as atenções estão voltadas para o patrimônio arqueológico porque sendo ele esta ligação do passado com o presente favorece o engajamento daquelas vozes anteriormente silenciadas. Tratamos, portanto, da socialização do patrimônio arqueológico enquanto materialização da memória compartilhada, como traços físicos de eventos passados com todas as partes interessadas.

Capítulo 2

Arqueologia e Turismo:
Parceiros ou Rivais na Socialização do Patrimônio Arqueológico

Este capítulo tem como objetivo apresentar as recentes discussões que permeiam a Arqueologia, o Turismo e a tendência destas áreas a um entendimento mais amplo não só do passado, mas dos atuais usos que se faz do passado para compreender o presente. Para tanto, serão abordados brevemente os aspectos epistemológicos da Arqueologia, desde seu desenvolvimento enquanto ciência neutra e positivista para uma ciência que interage com a comunidade. Em seguida, será enfatizada sua interseção com o Turismo apontando iniciativas inovadoras para a prática do Turismo Arqueológico revelando-se assim suas condições de parceiros ou rivais na Socialização do Patrimônio Arqueológico.

2. 1 Arqueologia e Turismo

Inicialmente, os vestígios arqueológicos, eram vistos como meros objetos de apreciação estética ou tecnológica. Constituíram grandes coleções de antiquários ou fizeram parte de gabinetes de curiosidades. Muitos destes vestígios foram adquiridos através de coletas sistemáticas, com origens por vezes desconhecidas, quando não ilícitas, mas já demonstravam uma “forte relação entre as questões inerentes ao poder e a memória, além de, retratar a realidade e a história de uma parte do mundo onde foram formados, e também a

daquele homem ou sociedade que os coletou e transformou em coleção" como afirma Vasconcellos (2006, p.15).

Segundo Trigger (2004, p.371) o "dado arqueológico era tratado com um fim em si" e "não havia absolutamente nenhuma consciência de que os vestígios materiais do passado poderiam ser usados para a verificação de inúmeras especulações filosóficas conflitantes [...] a respeito das origens e das linhas gerais da história humana", conseqüentemente, não havia o desenvolvimento de um estudo sistemático dos mesmos (TRIGGER, 2004, p.30).

A Arqueologia enquanto ciência surgiu na Europa, durante o início do século XVIII e "esteve preocupada com os vestígios materiais das sociedades que estavam nos fundamentos dos modernos estados nacionais, em particular, a Grécia Antiga e o mundo romano, seguido pelas civilizações médio-orientais (Egito, Mesopotâmia)". De caráter positivista – descritivo, durante muitos anos ocupou-se em criar tipologias e classificações dos vestígios remanescentes das elites porque "as culturas 'primitivas' não eram consideradas dignas de interesse científico" (FUNARI, 2003).

De acordo com Hodder (1994, p. 171) a história da Arqueologia tradicional se ateve aos "processos históricos (como a difusão, a imigração, a convergência, a divergência) e os processos adaptativos (aumento demográfico, utilização de recursos, complexidade social, comércio, etc)". Renfrew e Bahn (1993, p36) afirmaram que "parecia que [na Arqueologia] não se explicava nada que não fosse em função de migrações de povos ou supostas influências".

Começa adquirir novos contornos a partir de 1960, com o surgimento da Nova Arqueologia. Lewis Binford foi seu precursor e assinalou uma mudança importante no desenvolvimento da Arqueologia já que "o descontentamento não se referia tanto as técnicas de escavação ou das disciplinas auxiliares da Arqueologia, mas como ao modo em que se tiravam conclusões a partir dela" (REFREW e BAHN, 1993, p.36). Também estava evidente para Hodder (1994, p. 171) que "atrás dos processos históricos e adaptativos se escondem estruturas e códigos de presença e ausência o que não encaixava facilmente com o empirismo e o positivismo que tinha dominado a Arqueologia desde suas origens".

Na década de 70, as discussões em torno da Arqueologia não cessaram e outras correntes se constituíram. Os arqueólogos Renfrew e Bahn descrevem esse momento da seguinte maneira:

> como reação frente aos funcionalistas processuais, se anunciou uma Arqueologia estruturalista, logo uma pós-estruturalista e finalmente uma pós-processual. Todas elas realizaram a tarefa útil de subtrair que não se deve esquecer por mais tempo as idéias e crenças das sociedades do passado na explicação arqueológica (RENFREW e BAHN, 1993, p.425).

A partir da década de 1980 tem início o processo de reconstrução da Arqueologia, marcada pela introdução de sua dimensão política enquanto disciplina e sua importância na luta dos povos pelo seu próprio passado e por seus direitos. Mais a diante, com a fundação do World Archaeological Congress (WAC), em 1986, ficam evidenciadas as preocupações com as dimensões sociais desta área (FUNARI, 2004/2005) porque segundo Robrahn-González (2006, p. 64) agora se entende que "não é mais possível que a Arqueologia continue voltada ao desenvolvimento de um ser abstrato chamado ciência, colecionador insaciável de novas teorias, novas descobertas".

Para Bastos (2007, p.164) a Arqueologia acadêmica era falha, pois "não contemplava a democratização do conhecimento adquirido e em geral foi produzida por pares específicos". E Vecchierini (2003) acrescenta que até este momento o arqueólogo não estava ciente de que "o verdadeiro beneficiário de seu trabalho deveria ser a sociedade, o grande público, a quem este trabalho, [...] não chega".

Frente a este processo, a Arqueologia Pública, como tem sido denominada, passa a ocupar lugar de destaque incidindo sobre a responsabilidade social da disciplina no que tange "os direitos das populações de compartilhar nas decisões de administração dos seus sítios e herança material" (FUNARI, 2001, p.241). Visto sob esta perspectiva a Arqueologia facilita a participação, o compartilhamento, o debate e a promoção da pesquisa científica com o público leigo e não para o público como se os mesmos fossem meros espectadores passivos.

Desta forma, fica evidente que a Arqueologia deixa de ser uma ciência neutra, positivista e distante da sociedade, para ter um claro comprometimento com todos os aspectos da vida social. Uma epistemologia pós – moderna da Arqueologia "deve levar em conta, também, que qualquer entendimento acadêmico sobre o passado, deve considerar as diferentes formas de participação da Arqueologia no consumo cotidiano deste passado" (FUNARI, MANZATO e ALFONSO, 2009; ROWAN e BARAM, 2004).

As diferentes formas de participação da Arqueologia para o consumo do passado, apoiadas na "importância da interação com a comunidade para uma ciência menos exclusiva" têm desencadeado um crescente envolvimento dos arqueólogos com o turismo (SCHACKEL, 2005, p.35). Isto significa que a interação da Arqueologia com o Turismo tem demonstrado ser crucial para um entendimento mais profundo não só do passado, mas dos presentes usos do passado (MANZATO, 2011, p.59).

Felizmente, o envolvimento entre arqueólogos e turismólogos vem aumentando gradativamente. Essa associação tem sido denominada de Turismo Arqueológico ou Arqueoturismo que

> consiste no processo decorrente do deslocamento e da permanência de visitantes a locais denominados sítios arqueológicos, onde são encontrados os vestígios remanescentes de antigas sociedades, sejam elas pré-históricas e/ou históricas, passíveis de visitação terrestre ou subaquática (MANZATO, 2005, p.45),

Tresserras e Guerra (2009, p.5) destacam que as atividades através do Arqueoturismo podem ser:

> Visitas a sítios arqueológicos ao ar livre, sítios arqueológicos em subsolo, sítios arqueológicos em cavernas e abrigos, sítios arqueológicos subaquáticos, museus e/ou coleções arqueológicos, Visitas teatralizadas a sítios arqueológicos, Assistência a espetáculos de som e luz em sítios arqueológicos, Assistência a festivais e

> concertos em sítios arqueológicos, Participação em eventos de recreação histórica, Participar em projetos de escavação arqueológica como voluntário, Participar em projetos de escavação arqueológica como profissional, Alojamento em hotéis de temática arqueológica, Ir a restaurantes com menus de recreação histórica, Compra de artesanato relacionada a sítios arqueológicos, de *souvenirs* relacionadas a sítios arqueológicos, de guias ou mapas de sítios arqueológicos e de publicações científicas (TRESSERRAS e GUERRA, 2009, p.5).

Hoje é compreensível que Turismo Arqueológico pode e deve ser utilizado como fonte de cidadania, cultura, saber e desenvolvimento sócio-econômico ainda mais, considerando que o contato com a evidência arqueológica leva a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização da herança cultural (BASTOS, 2007, p.158).

É possível dizer que essa reciprocidade é compreensível, no entanto, nem sempre ela é bem-vinda ou estimulada porque em alguns casos, de acordo com Funari (2001, p.25), ainda há "uma falta de interesse, por parte dos arqueólogos, em interagir com a sociedade em geral", mesmo que seja seu dever, tanto para com seus colegas como para o público em geral, de explicar o que fazem e por quê (RENFREW e BAHN, 1993, p.504). Conforme Oliveira (2009, p. 118) ressalta

> não basta aos arqueólogos produzirem novos conhecimentos científicos e apenas os divulgarem em revistas especializadas. Eles precisam fazer esses saberes alcançarem um maior número de possível de pessoas, principalmente aquelas que não freqüentam os círculos acadêmicos [...] o conhecimento que produzem sobre o passado, e também acerca do presente, poderá ser gradativamente incorporada à memória coletiva da sociedade de que fazem parte ou, até mesmo, daquelas que foram por eles estudadas, a exemplo de sociedades indígenas e quilombolas (OLIVEIRA, 2009, p. 118).

Várias décadas já se passaram, mas este problema do arqueólogo quanto à divulgação de seu trabalho continua sendo atual, como confirmam as pesquisas de Wirches (2010) e Tega (2012) segundo as quais esclarecem que mesmo com a implantação da Portaria 230 do IPHAN, em 17 de dezembro de 2002 que determina que o licenciamento ambiental deve ser acompanhado da pesquisa arqueológica, as publicações mensuradas através do Jornal Folha de São Paulo, são ínfimas frente o número de pesquisas realizadas. A autora Tega (2012, p.16) vai além e demonstra que "o número de matérias que tratam de assuntos relacionados à Arqueologia no mundo sempre foi superior àquelas relativas ao Brasil" ela destaca que para se ter uma idéia, em 2010, de 84 matérias publicadas, 55 versaram sobre Arqueologia no mundo enquanto 29 abordaram Arqueologia no Brasil.

Em outros casos, não há reciprocidade pelo desconhecimento das partes interessadas sobre o patrimônio arqueológico, visto que algumas pessoas ainda não estão cientes de que "a compreensão do passado do homem é uma importante ajuda para a compreensão das pessoas hoje" ou infelizmente, acreditam ser a Arqueologia uma atividade exercida apenas em locais distantes como Grécia e Egito[2] por "homens endurecidos e aventureiros com grande capacidade atlética" e por que não convenientemente chamá-lo de Indiana Jones, como erroneamente propagam os meios de comunicação (RATHZ, 1989, p.165; BASS, 1971, p.20).

Porém, o maior dos equívocos é atribuir à atividade turística, única e exclusivamente, a responsabilidade pela destruição do patrimônio arqueológico, já que atualmente, muito se aprendeu com os erros do passado e próprio Turismo passou por adequações, pois seus pesquisadores perceberam que esta atividade não é apenas responsável pela geração de renda em uma sociedade, como se atribuiu no passado, já que quando o Turismo é realizado sobre "uma perspectiva reducionista, por exemplo, a partir de aspectos econômicos ou somente dos bens financeiros, cria desequilíbrios evidentes no resto das dimensões de uma sociedade e sua cultura, que lhe servem de contexto" (MOLINA e RODRIGUEZ, 1999, p.9).

Países dos cinco continentes se valem da visitação turística em sítios arqueológicos, para a preservação, a legitimação dos laços entre as comunidades e para a instrução pública (RAHTZ, 1989, p.45). Há uma grande conscientização de que esse engajamento não se traduz em uma experiência reducionista onde o Turismo chega apenas como um instrumento

---

[2] MANZATO, F.; REJOWSKI, M. (Des)Motivações do Turismo Arqueológico no Brasil. *Revista Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul.* v.2, n.1, dez. 2004.

destruidor e consumista do exótico, nem a Arqueologia, simplesmente "cava buracos em busca de objetos de valor estético e comercial" (TRIGGER, 2004, p.36).

Vários pesquisadores da Arqueologia e do Turismo (ACERENZA, 2000; BARRETTO, 2000; BASTOS, 2007; BENI, 2001; FUNARI, 2003; KRIPPENDORF, 2001; MANZATO e REJOWKSY, 2007; MORAIS, 2003; PARDI, 2007; RAHTZ, 1989) têm destacado a importância da realização de atividades conjuntas entre estas áreas porque se trata de uma fonte permanente de recursos, emprego e envolvimento comunitário, que exige constante manutenção da base dos recursos arqueológicos (BASTOS, 2007, 161).

2.2 Iniciativas para a prática do Turismo Arqueológico

As recentes discussões em torno da Arqueologia e do Turismo, demonstram uma crescente aproximação entre os profissionais que nelas atuam. O arqueólogo vê no Turismo uma forma de se aproximar e interagir com a comunidade e o turismólogo vê na Arqueologia uma importante fonte de pesquisa e prática para ao desenvolvimento de uma atividade cultural sustentável.

É expressiva a forma com que as iniciativas para a prática do Turismo Arqueológico têm sido amplamente instigadas. Não seria exagero considerar que em tão pouco tempo ele vem experimentando um significativo crescimento em relação aos outros segmentos turísticos.

Este dado foi revelado no Guia de Boas Práticas para o Turismo Arqueológico[3], laçado em outubro de 2009, em Québec (Canadá), pelo o Instituto Arqueológico da América (AIA), Revista Arqueologia e pela Associação Comercial de Turismo de Aventura (ATTA), o qual afirma que nos últimos anos, as visitas a sítios arqueológicos e locais históricos têm ocupado o terceiro lugar, entre as atividades preferidas pelos norte-americanos que viajam ao exterior, em primeiro e segundo lugar, estão respectivamente, jantar em restaurantes e fazer compras.

[3] Para acesso ao documento na íntegra consulte GUIA DE BOAS PRÁTICAS PARA O TURISMO ARQUEOLÓGICO. Disponível em http://www.archaeological.org

O Guia de boas práticas para o Turismo Arqueológico (2009, p.01) é uma iniciativa que tem por objetivo, descrever medidas que permitam a prática sustentável do turismo arqueológico, visto que os sítios arqueológicos são recursos frágeis e a gestão local inadequada poderá resultar na sua deterioração ou mesmo na destruição do local e do seu potencial, histórico-social, educacional e econômico.

> O guia é destinado a operadores turísticos que pretendam incorporar sítios arqueológicos em seus pacotes turísticos, para os guias de turismo que levam pessoas para os sítios, para os turistas que querem conhecer os sítios pela primeira vez, para os administradores do sítio encarregado da manutenção e proteção dos mesmos. Em conjunto com o plano de gestão do sítio, estas orientações ajudarão a garantir que o público venha desfrutar de uma significativa experiência ao visitar lugares antigos (GUIA DE BOAS PRÁTICAS PARA O TURISMO ARQUEOLÓGICO, 2009, p.01).

O guia apresenta-se dividido em três partes, assim distribuídas:

Parte 1: Turismo Arqueológico – apresenta a definição de Turismo Arqueológico, enfatiza suas características peculiares enquanto objetos finitos, frágeis e não renováveis, o insere a atividade em uma definição que inclui o ambiente e as comunidades locais, aborda a remoção ou destruição deste patrimônio cultural como práticas antiéticas e ilegais. Destaca os agentes envolvidos nesta atividade e o papel desempenhado por cada um, por exemplo, a Comunidade precisaria do Turismo Arqueológico para “fortalecer a identidade local [...] para promover a comunidade e o desenvolvimento regional”;

Parte 2: Arqueologia – apresenta as definições de Arqueologia e sítio arqueológico, discorre sobre descoberta e escavação de sítios, aborda a importância dos sítios enquanto patrimônio de uma região enfatiza a rigidez das leis para quem danifica os sítios e trata da viabilidade dos sítios;

Parte 3: Boas práticas – Apontam princípios orientadores para a prática do turismo arqueológico responsável.

Tresserras e Guerra (2009, p.6) também contribuem com outra iniciativa para prática do Turismo Arqueológico ao divulgaram dados sobre o perfil do turista que freqüenta sítios arqueológicos, destacando que a maior parte dos visitantes é "procedente da Europa (48%). A América Latina e Caribe representam 24% do total. Os norte-americanos representam 17% dos visitantes. Os procedentes da Ásia e Oceania representam 7%. A África e os países de Oriente Médio representam 2% do total" (Figura 1).

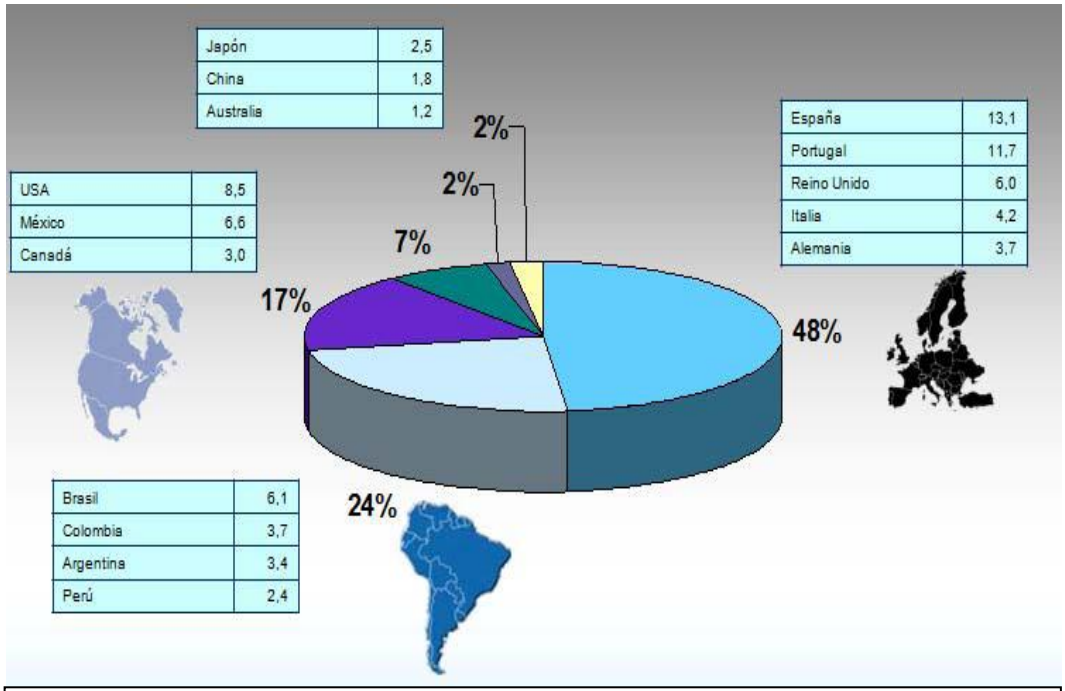


Figura 1 Perfil dos visitantes de sítios arqueológicos

Fonte: Tresserras; Guerra (2009)

A pesquisa revela que 60% dos visitantes de sítios arqueológicos têm idade entre 25-44 anos e apresentam um nível de formação elevada, onde 95% possuem educação superior e 65,3% dispõem de título de pós-graduação (TRESSERRAS e GUERRA, 2009, p.9).

Os autores destacam também que esse turista é independente para criar sua viagem, ou seja, é o único responsável pela programação, o que vale dizer que 87,2% dos viajantes a fazem por conta própria versus 10,4% que a fazem através de una agência de viagens e 2,4%

contratam pacotes através de agência de viagens no destino turístico (TRESSERRAS e GUERRA, 2009, p.11).

Outras práticas se somam e contribuem para o crescimento e desenvolvimento do Turismo Arqueológico, é o caso da Arqueotur (Figura 2). Versa sobre um portal que hospeda a Rede de Turismo Arqueológico composta por profissionais da Arqueologia e do Turismo, que através do programa de Turismo Cultural da Universidade de Barcelona (Espanha), geram ações para a promoção desta atividade turística.

A Arqueotur (http://www.arqueotur.org) destina-se a "investigadores e profissionais de universidades, administrações públicas, entidades do terceiro setor e empresas privadas para gerar e compartilhar experiências relativas ao Arqueoturismo" (VILLALBA; MATAMALA, 2009, p.02).

No site da Rede Arqueotur o interessado pode ter acesso a visualização de rotas temáticas consolidadas e itinerários de diferentes países, especialmente da Europa, América Latina, inclusive Brasil, África, entre outros. O critério de busca acontece por época, tipo, região, país ou palavra-chave.

A Rota Bética Romana é um exemplo (Figura 3). Escolhida a rota, o próximo passo é eleger o atrativo arqueológico, Villa Romana de Fuente Álamo. Por fim, aparece a ficha completa do atrativo arqueológico com informações descritivas, singularidades, condições de acessibilidade, horários de visita, galeria de imagens e a opção de outros sites relacionados ao mesmo atrativo. Citando o caso do Brasil, aparece uma única opção de itinerário – de Pinturas Rupestres, em São Raimundo Nonato, Piauí, o que infelizmente, transmite a falsa impressão de haver apenas este sítio arqueológico para visitação turística (Figura 4).

A arqueóloga Bárbara Little (2005, p.19) também manifesta sua contribuição para a prática do Turismo em áreas arqueológicas, ao disponibilizar um material on-line http://www.cr.nps.gov/archeology/studytour/index.htm para "incentivar a aproximação de arqueólogos com alguns métodos e técnicas básicas de interpretação, mostrando-lhe assim, como dar maior visibilidade ao passado". Trata-se de um curso que encoraja os arqueólogos a compartilhar seus trabalhos com o público. Estimulando-o ainda, a participar de chats onde possa enviar suas histórias e partilhar idéias, realizar cursos, ter acesso a leituras complementares e palestras sobre este tema.

Figura 2 Página Principal do *Site* Arqueotur

Foto: Portal Arqueotur

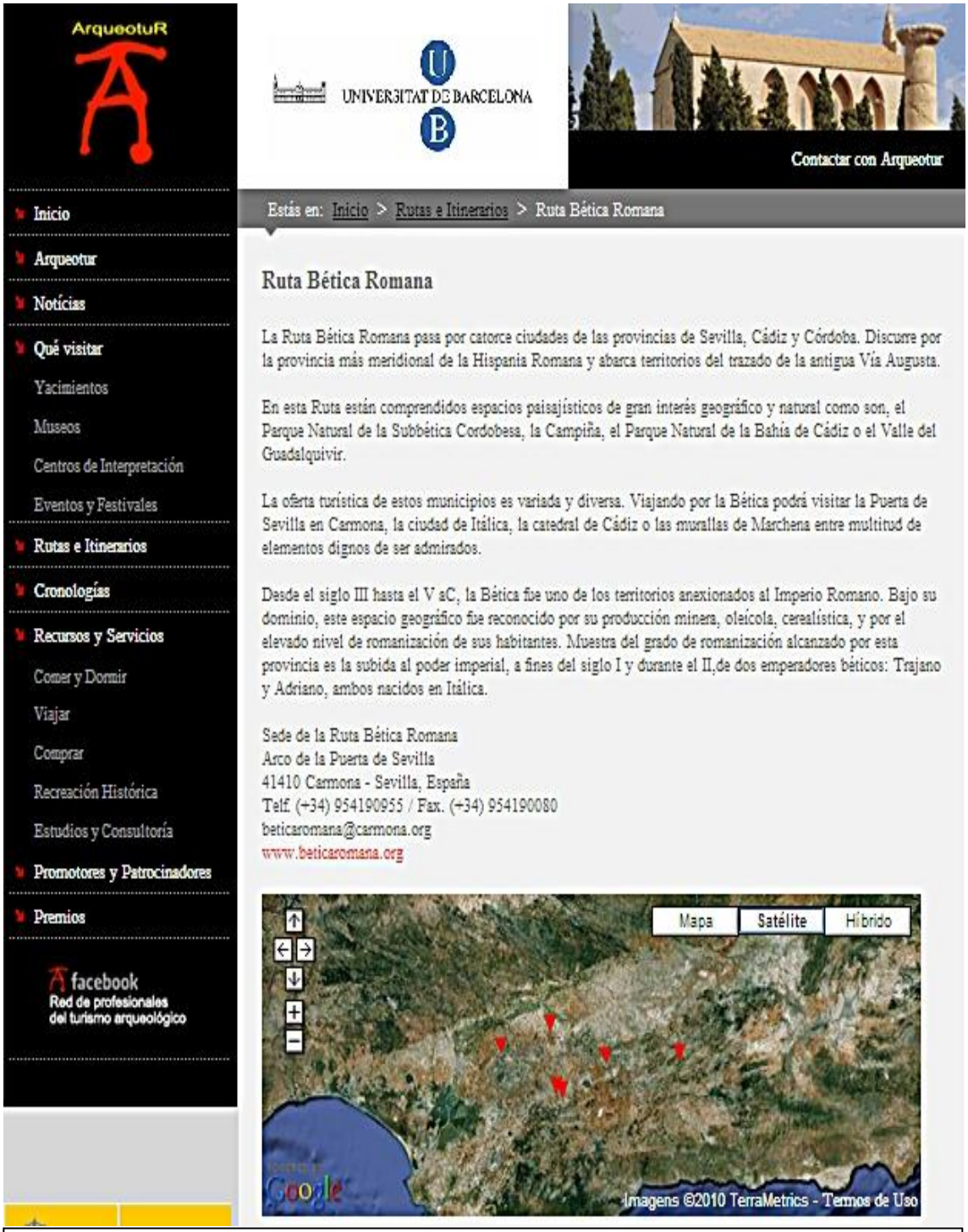


Figura 3 Rota Bética Romana

Foto: Portal Arqueotur

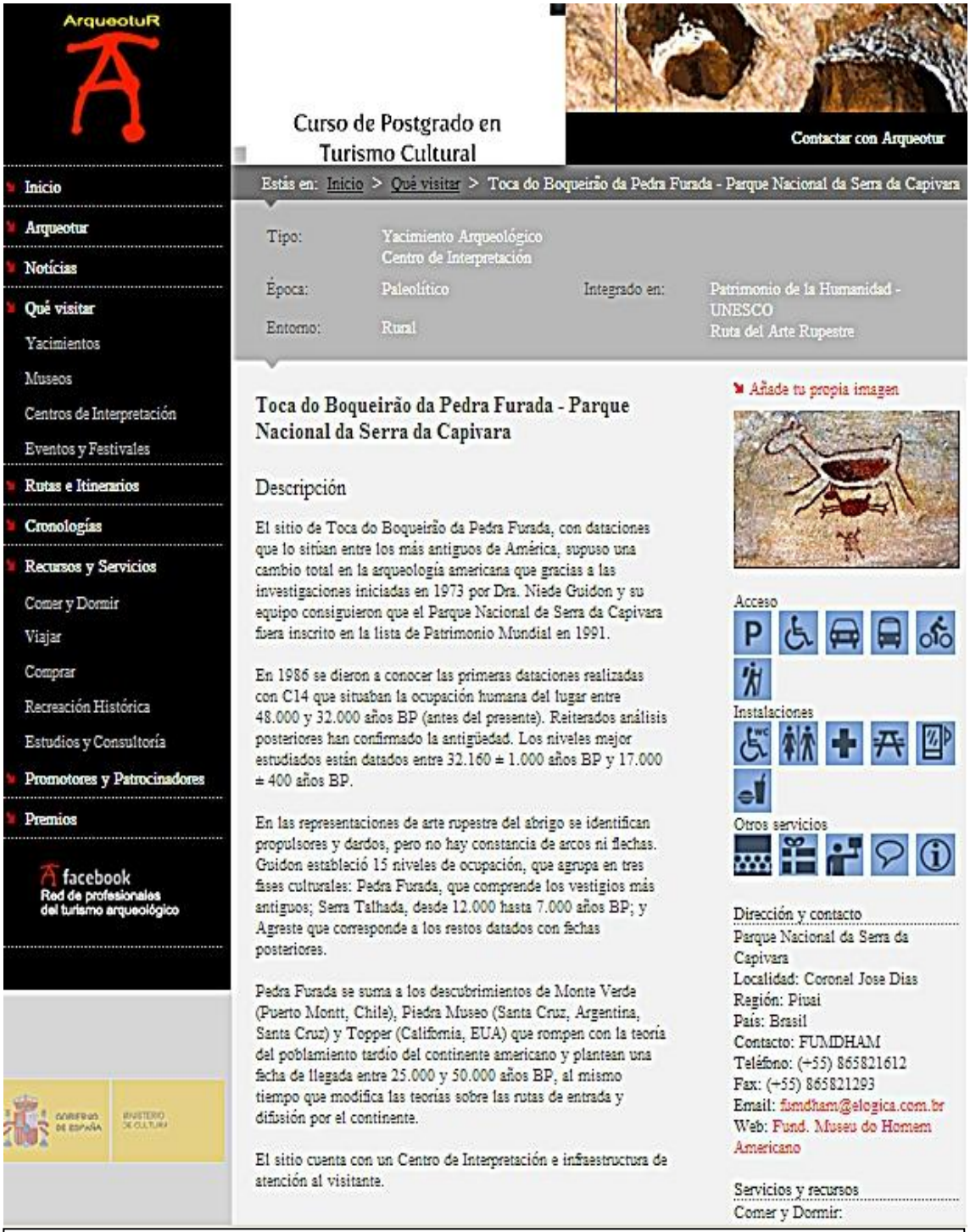


Figura 4 Toca do Boqueirão da Pedra Furada (Parna – SC)

Foto: Portal Arqueotur

O próprio governo federal brasileiro firmou um convênio entre Ministério do Turismo (Mtur) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Secretaria de Educação a Distância (SEaD), que desde 2008 disponibiliza cursos gratuitos a distância de Segmentação do Turismo, Regionalização do Turismo e Formação de Gestores das Políticas Públicas. Os cursos são transmitidos através de sistema de vídeo conferência, todas as aulas são on-line, os alunos participam de fóruns e debates e ainda, recebem um kit de estudos composto por livros e vídeos-aula.

Por fim, acrescentamos a estas iniciativas para a prática do Turismo Arqueológico algumas ações inovadoras quanto ao múltiplo aproveitamento do espaço identitário, ou seja, a área arqueológica enquanto espaço público, capaz de promover a reconstrução do passado, favorecer o sentimento de pertença e facilitar a interação entre comunidade e arqueólogo, possibilita uma integração local, entre as pessoas da comunidade, através de uma seleta recreação.

Como, por exemplo, as Ruínas do Carmo, em Lisboa (Portugal). Trata-se da antiga Igreja do Convento de Nossa Senhora do Vencimento do Monte do Carmo, fundada em 1389, por D. Nuno Álvares Pereira. É um templo em estilo gótico, com 70 metros de altura que foi parcialmente danifica por um terremoto no ano de 1755. No local restaram a fachada principal da igreja, seis grandes arcos e a sacristia com sua abóboda (Figura 5).

A proposta de socialização alternativa do local acontece por meio da utilização deste espaço para a realização de eventos sociais e culturais, como a celebração de missas, casamentos, formaturas, lançamentos de álbuns musicais e obras literárias.

Destarte, pode-se ressaltar ainda que a aproximação entre a Arqueologia e o Turismo, frente à Socialização do Patrimônio Arqueológico, transcende a esfera local de uma comunidade, já que a visitação turística favorece o sentimento de pertença, a tolerância, a "compreensão entre povos" e pode ser empregada "para revalorizar culturas e lograr que as mesmas sejam conhecidas pela humanidade" (KRIPPENDORF, 2001, p.82; ACERENZA, 2000, p.123).

Inclusive, "esses benefícios e o seu alcance universal não passaram despercebidos pela Organização Mundial de Turismo (OMT), que o consagrou tema do Dia Mundial do Turismo

comemorado em 27 de Setembro de 2011 como *Turismo e aproximação das culturas"* (MANZATO, 2011, p.187).

Figura 5 Estrutura remanescente da igreja do Convento

Foto: Fabiana Manzato

Como foi dito anteriormente que a prática da atividade turística em sítios arqueológicos é um caminho inevitável e que por isso requer um constante acompanhamento, portanto, frente a esta afirmação e a exemplificação das práticas de Turismo Arqueológico, pondera-se que a Arqueologia e o Turismo, são parceiros, no processo de Socialização do Patrimônio Arqueológico.

Capítulo 3

Stakeholders no âmbito patrimonial e o Cenário Institucional dos Estudos de Caso

Este terceiro capítulo traz breves apontamentos sobre *stakeholders,* visto que se trata de um termo cultuado em estudos de administração, mas que vem enveredando-se em áreas humanas e sociais, e seguindo esta tendência propõe-se sua inserção no âmbito da Socialização do Patrimônio Arqueológico. Em seguida demonstra o cenário institucional dos três países abordados (China, Reino Unido e Brasil) de forma a apontar o órgão máximo tutor e difusor do patrimônio arqueológico e traz à tona a participação de outros setores à luz desta discussão.

3.1 S*takeholders* no âmbito patrimonial

O conceito de *stakeholder* tem sido abordado de forma intensa na literatura. Consta que sua mais antiga citação, data de 1963 em um memorando interno do Instituto de Pesquisa de Stanford. No decorrer dos anos o conceito vem sendo aprimorado em literaturas sobre planejamento estratégico, teoria de sistemas, responsabilidade social corporativa, teoria organizacional, dentre outros, de acordo com Corandini, Sabino e Costa (2010, p.2).

De acordo com Freeman (1984, p.52) *stakeholder* é "qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou ser afetado pela realização dos objetivos da empresa”. O autor citada sugere

ainda que a interação entre grupos e a organizações deve primar pela responsabilidade social do ambiente em que vivemos. Idealizado no âmbito da administração de organizações, o termo se popularizou entre diversas áreas do conhecimento (sociais, exatas e humanas) como ferramenta para uma gestão colaborativa entre os múltiplos atores e parceiros. Assim, a teoria *stakeholders* é amplamente aceita para gerenciar o conhecimento sobre indivíduos e grupos relevantes, dentro e fora de uma organização

> de modo a compreender os seus interesses, inter-relações e comportamentos, para avaliar a seus impactos sobre a tomada de decisões ou processos de implementação, para gerenciar e identificar as partes interessadas oportunidades para mobilizar o seu apoio para alcançar os objetivos específicos, para entender a política contexto e avaliar a viabilidade de futuras orientações políticas, e para facilitar a implementação de projetos, decisões específicas ou objetivos organizacionais (BRUGHA e VARVASOVSZKY, 2000 op cit YANG, 2007, p.74).

Freeman (1984, p.112) explica que existem três conceitos-chave para se gerenciar *stakeholders*: 1) identificação de partes interessadas 2) quem participa (ou quem é silenciado) e 3) quais os processos necessários para gerenciar as relações com *stakeholders*. Tudo isso, para se obter uma decisão de gestão que satisfaça a maioria dos interessados já que até o momento não existe uma teoria perfeita que resulte em 100% de satisfação. Especialmente, porque a teoria *stakeholders*, assim como a identidade, é sensível a globalização apresentando, desta forma, desafios muito particulares que podem ser revelados em três dimensões:

> A primeira dimensão diz respeito a quatro alterações macro que fazem negócios mais complexos e incertos: (1) a liberalização dos mercados, (2) a liberalização das instituições políticas, (3) o surgimento do ambientalismo e outros valores sociais, e (4) a explosão da tecnologia da informação. A segunda, pertence às relações críticas que definem

> um negócio: clientes, fornecedores, empregados, comunidades e proprietários e, por fim, a terceira dimensão é encontrada na capacidade de outros grupos e indivíduos para influenciar estas relações primárias [que] mudaram drasticamente, tornando os governos, ambientalistas, grupos de interesse, a mídia e os grupos ilegais relevantes para os negócios (FREEMAN, HARRISON e WICKS, 2007, p.26 apud JENSEN e SANDSTRÖM, 2011, p. 474).

Vários autores têm se dedicado a essa teoria *stakeholders*, dentre eles: Freedman (1984); Barton, Hill e Sundaram (1989); Clarkson (1995), Hill e Jones (1992); Preston (1995); Child e Marcoux (1999); Hall (1999); Mellahi e Wood (2003). Estas formulações podem oferecer indicativos quanto às possibilidades de aplicação da teoria em várias áreas do conhecimento.

De acordo com Levy (2007, p.171) a teoria dos *stakeholders* também tem sido aplicada na Arqueologia, evoluindo da relação entre arqueólogos e nativos americanos a partir dos trabalhos de Quick (1985), Thomas (2000) e Watkins (2000 e 2003). Já no âmbito do Turismo, a teoria tem sido igualmente empregada por Brugha e Varvasovszky (2000); Burns (2004); Costa (2011); Hall, (2000); Inskeep (1991 e 1994); Koga e Wada (2013); Murphy (1985); Prentice (1993); Simmons (1994); Timothy (1998); Tosun e Jenkins (1998); Wada e Oliveira (2012); WTO (1994); Yang (2007).

A proposta defendida nesta Tese versa sobre o envolvimento de todas as partes interessadas – *stakeholders* com o patrimônio arqueológico, nesse sentido, ela deve então ser pensada de forma a promover o engajamento não apenas entre arqueólogos e comunidades ou turismólogos e visitantes, mas sim, com qualquer pessoa, entidade ou instituições ligadas diretamente ao objeto arqueológico (como, por exemplo, departamentos regionais do IPHAN, técnicos que trabalham na escavação, guias de turismo, turistas, etc.) ou sem qualquer vínculo aparente, como, por exemplo, um pedestre que está de passagem por uma rua e ali se depara com a escavação.

3.2 Cenário Institucional dos Estudos de Caso

Os três países abordados nesta tese apresentam realidades específicas quanto a sua extensão territorial, população, divisão administrativa, sistema político e econômico, enfim, muitas são as variáveis que podem distingui-los ou ao mesmo tempo igualá-los. A tabela a seguir ilustra alguns destes pontos que são relevantes para a compreensão de parte do processo de práticas de Socialização do Patrimônio Arqueológico (TABELA 1)

Tabela 1 – Visão Geral dos três países pesquisados

	China	Reino Unido	Brasil
População	1 bilhão	63 milhões	193 milhões
Extensão territorial	9 milhões km² (3º)	242 mil km² (80º)	8 milhões km² (5º)
Divisão Administrativa	4 municipalidades, 23 províncias, 2 Reg. Adm. Esp: HK e Macao	Escócia, Irlanda do Norte, País de Gales e Inglaterra (9 regiões)	26 Estados e DF
Administrativo / Patrimônio	SACH	DCMS	IPHAN

3.2.1 China

As práticas de Socialização do Patrimônio Arqueológico na China são determinadas e impostas pelo governo central chinês de forma direta ou por meio de uma complexa rede de organizações regionais e locais entre os mais variados institutos, secretarias, departamentos e escritórios que favoreceram a criação de um sistema administrativo ímpar.

Não é segredo para ninguém que a China é um país politicamente socialista, mas com uma economia de mercado capitalista, ou seja, o crescimento econômico chinês esta impulsionado pelo mercado, mas para um propósito socialista e, portanto, a iniciativa do Estado se sobrepõe a iniciativa privada. Esse termo tem sido utilizado oficialmente pelo país desde 1993 (HUANG, 2012, p.620). Tal excepcionalidade se reflete na estrutura de controle por parte do Estado que "delega" controles regionais e locais a partir de uma teia com múltiplos nodos de controle, com reguladores especializados que são indicados aos correspondentes cargos de forma diferencial e assim, cada agrupamento deve ter uma hierarquia de pelo menos três níveis de controle (LEE, 2004, p.172). O surgimento destes níveis hierárquicos de controle foi muitas vezes associado à rápida nucleação da população, na maioria das vezes às custas de vizinhos derrotados ou subjugados (WRIGHT, 1986 apud LEE, 2004, p.174). Para Gehlbach e Keefer (2011, p.124) isso nos permite concluir que o acesso restrito as informações do governo têm um papel central na promoção de investimentos "sem democracia".

O país tem a maior população do mundo atualmente com 1.347,6 milhões de pessoas (incluído as províncias, regiões autônomas, municípios e o Exército popular de libertação chinesa – CPLA com 3 milhões de pessoas). Deste total estão excluídos Taiwan, a Região Administrativa Especial – *Special Administrative Region (SAR)* de Hong Kong e Macau e também, os chineses que estão no estrangeiro. Esta estatística representa um aumento de 6,44 milhões de pessoas, em comparação com 2010. Cerca de 16 mil pessoas nascem na China por ano apesar do controle do Estado por meio da política do filho único. Atualmente, as estáticas demonstram que a opção por esta política têm contribuído pela desproporção dos nascimentos entre homens e mulheres decorrentes da prática de infanticídio feminino (ESCRITÓRIO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS DA CHINA, 2012). Assim, algumas regiões como a província de Guangdong não estão mais cumprindo à risca tal determinação política, a vista grossa a essa política já traduz resultados sendo esta a província que apresentou maior crescimento populacional no último censo (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS XINHUA, 2012).

A divisão administrativa chinesa consiste em 4 municipalidades: Pequim, Chongqing, Xangai e Tianjin; 23 províncias: Anhui, Fujian, Gansu, Guangdong, Guizhou, Hainan, Hebei, Heilongjiang, Henan, Hubei, Hunan, Jiangsu, Jiangxi, Jilin, Liaoning, Qinghai, Shaanxi, Shandong, Shanxi, Sichuan, Taiwan, Yunnan, Zhejiang; 2 Regiões Administrativas Especiais: Hong Kong e Macao. O mapa a seguir ilustra a divisão administrativa da China (Figura 6).

Figura 6 Divisão Administrativa da China

Fonte: http://nationsonline.orgchina_provinces_map1200.jpg

De forma simplificada, o Conselho de Estado da República Popular da China é o órgão executivo mais alto da administração estatal. Ele é responsável pela execução dos princípios e políticas do Partido Comunista da China, pelos regulamentos e leis selecionados pela Assembléia Popular Nacional, e por tratar dos assuntos de política interna, diplomacia, defesa nacional, finanças, cultura, economia, educação, gestão e administração social do país. (PORTAL DO GOVERNO POPULAR CENTRAL DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2012).

Sua estrutura organizacional é composta por 27 ministérios e 55 organizações, como academias, departamentos, escritórios, institutos como, por exemplo, a Academia Chinesa de Ciências Sociais, a Agência de Notícias Xinhua e o Escritório de Turismo. Dentre os ministérios do Conselho de Estado (CE) destaca-se o Ministério da Cultura que é responsável

pela administração de todos os aspectos artísticos e culturais da China. Conforme a Rede de Informação da Cultura Chinesa (2012) eles podem ser resumidos da seguinte maneira:

> Fazer diretrizes para planos de desenvolvi/o artísticos e culturais, relacionando, organizando, promovendo reformas do sistema; orientar e administrar empresas literárias e artísticas; administrar as principais atividades da Cultura Nacional; promover o serviço público no domínio da arte e cultura para públicos de todos os níveis; fornecer orientação para desenvolvimento de planos artísticos e culturais; promover a comunicação e cooperação na indústria cultural internacional; organizar e implantar a proteção do patrimônio e popularizar a cultura nacional existente; orientar e administrar a indústria da cultura social, ampliando as bibliotecas e centros culturais; orientar, supervisionar e aplicar a lei nas operações comerciais de organizações que envolvem arte e cultura; analisar e aprovar produtos literários e artísticos, cybercafés, sites de serviços pela Internet e jogos on-line; orientar e implantar o desenvolvimento de indústrias de animação, jogos e desenhos; usar a informatização para promoção a artística e cultural; assinar acordos de cooperação, programas e intercâmbios culturais com Taiwan, RAE de Hong Kong e Macau e com países estrangeiros, em nome do Estado; instruir sobre os trabalhos de escritórios culturais, centros culturais e instituições culturais em embaixadas e consulados chineses em todo o mundo inclusive dos escritórios de representação do Governo Central em Taiwan e ERA de Hong Kong e Macao; cumprir as demais tarefas que lhe foram atribuídas pelo Conselho de Estado; Gerir a Administração Estatal de Patrimônio Cultural; elaborar políticas, leis e regulamento para o desenvolvimento do mercado cultural; supervisionar as organizações que desempenham atividades em níveis locais (MINISTÉRIO DA CULTURA DA CHINA, 2011).

O Ministério da Cultura está dividido em 10 departamentos que serão pontuados, optando-se pela descrição somente do mais relevante para o tema de pesquisa da tese.

1. Escritório Geral

2. Departamento de Política e Regulamentos

3. Departamento de Planejamento e Finanças

4. Departamento de Pessoal

5. Departamento de Artes

6. Departamento de Educação e Ciências

7. Departamento de Administração de Mercado Cultural

8. Departamento de Indústria Cultural

9. Departamento de Cultura Social e Administração de Bibliotecas

10. Secretaria de Relações Culturais (Departamento Cultural de Hong Kong, Macau e Taiwan)

11. Secretaria de Estado de Relíquias Culturais – *State Bureau of Cultural Relics* (*SBCR*) – A *SBCR* foi criada em 1949 para administrar as relíquias e museus na China. Passou por várias mudanças de nomenclatura até receber esta última em 1988. No entanto, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) sugeriu, no ano de 2000, uma denominação mais próxima ao padrão universal que não emprega a palavra "relíquia", adotou – Administração Estatal do Patrimônio Cultural – *State Administration of Cultural Heritage* (*SACH*). Mesmo após estes 12 anos, os registros chineses, não utilizam *SACH* como nome oficial da Secretaria (YAN, 2007, p.80).

Conforme o Portal do Governo Popular Central da República Popular da China (2012) os objetivos da *SACH*, em síntese, são:

> Planejar e implantar políticas e regulamentos para relíquias culturais e museus; coordenar a gestão e proteção das relíquias culturais, escavações de resgate, pesquisa e publicidade; fazer auditoria em projetos, relatórios de trabalho e áreas escavadas das unidades de proteção de relíquias em conformidade com as leis e regulamentos; orientar a colaboração e intercâmbio entre museus; investigar roubo, contrabando e destruição de relíquias culturais; criar, gerir e revogar órgão de responsáveis pela exportação de bens culturais; elaborar, alocar e supervisionar os fundos para o setor de relíquias culturais; coordenar o planejamento de relíquias culturais, museus formação de talentos especializada; trabalho de pesquisa de organizar e orientar a proteção das relíquias culturais e museus; executar assuntos atribuídos pelo Ministério da Cultura e pelo Conselho de Estado (PORTAL DO GOVERNO DA CHINA, 2005).

A *SACH* foi subdividida em 6 departamentos que executam as funções mencionadas anteriormente.

a) Escritório

b) Política e regulação

c) Divisão de inspetores

d) Divisão de conservação e Arqueologia

e) Divisão de patrimônio e museu

f) Divisão pessoal

Dentre a subdivisão citada, novamente, optou-se por destacar apenas aqueles departamentos diretamente relacionados e pertinentes ao tema de pesquisa. De acordo com Portal da Administração Estatal de Patrimônio Cultural (2012) são os seguintes:

d) Divisão de conservação e Arqueologia (subdividida em 4 setores)

d1) Departamento de Gestão de Recursos – atua juntamente com os departamentos culturais dos diversos níveis governamentais, é responsável pela elaboração de leis e regulamentos para a proteção do patrimônio cultural; planejamento de eventos significativos; levantamento de patrimônios; realização de auditorias e relatórios de trabalho em áreas próximas aos locais históricos e monumentos e também trata de questões operacionais de mineração, detonação e perfuração nestas áreas; **desmantelamento** de locais de importância histórica para outros fins nacionais importantes ou para sua reconstrução devido a circunstâncias especiais; orienta para soluções de engenharia importantes para a proteção de unidades de relíquias como, por exemplo, estudos de viabilidade, qualidade de construção.

d2) Conservação do patrimônio – são empregadas as mesmas considerações acima, no entanto, direcionadas para edifícios nacionais e templos rupestres, acrescidas da fixação de critérios de qualificação técnica, profissional e programas de treinamento.

d3) Departamento Arqueológico – também, empregam as mesmas considerações supracitadas, porém, específicas para as ruínas e túmulos antigos e para a Arqueologia nacional. São adicionadas informações quanto à realização de auditoria nas escavações de sítios arqueológicos, orientação e implantação de projetos arqueológicos, nomeação de líder para escavações arqueológicas; supervisão e cooperação estrangeira em áreas arqueológicas, ruínas e túmulos antigos, orientação da transferência dos achados arqueológicos para a unidade estatal de relíquias culturais; promoção, gestão e proteção do Patrimônio Cultural Subaquático Nacional.

d4) Departamento do Patrimônio Mundial – responsável por elaborar a lista de tentativas para o Patrimônio Mundial (patrimônio cultural material e natural); pela informação, gestão e proteção do patrimônio e elaboração de regulamentos; realizar a colaboração com os departamentos relevantes para orientação, auditoria e inspeção do Patrimônio Mundial; fiscalizar e controlar a construção, perfuração, detonação e

design nas unidades proteção das relíquias, apresentar o projeto orçamentário anual e realizar outras tarefas atribuídas pela liderança governamental.

e) Divisão de Patrimônio e Museu (subdividida em 3 setores)

e1) Museu – responsável pela gestão do Museu Nacional, elaboração de leis e regulamentos, planejamento e desenvolvimento de projetos; avaliação da qualidade dos museus e seus departamentos administrativos; apresentação dos resultados anuais de inspeções; padronização dos arquivos de coleções de relíquias culturais, coleta, coordenação e alocação de coleções de relíquias culturais; colaboração, compartilhamento e intercâmbio de recursos entre museus; aprovação de empréstimos e exposições; coordenação de projetos e resgate de relíquias; construção de cofres para proteger relíquias preciosas; elaboração do projeto orçamental anual; promover intercâmbios comerciais e acadêmicos e responsabilidade pela Secretaria de Obras.

e2) Departamento de artefatos sociais – designado para realizar a coleta, identificação e distribuição do patrimônio popular, elaborar leis, regulamentos e normas de auditoria pertinentes as relíquias culturais; receber doações; acompanhar as empresas envolvidas em leilão de relíquias culturais; coordenar e transferir artefatos confiscados por agências policiais e assumir outras tarefas atribuídas pela liderança governamental.

e3) Departamento de Tecnologia e Informação – encarregado pelo museu de ciência; padronização da tecnologia da informação; projetos de inovação científica e tecnológica em museus; manutenção do Instituto de Pesquisa de Gestão Científica; avaliação das conquistas científicas e tecnológicas para promover sua aplicação e funcionalidade; cobrar trabalhos de licenciamento e conservação; realizar auditoria e restauração nas relíquias; realizar a gestão e proteção de relíquias culturais móveis; organizar a normalização, padronização e certificação de qualidade na gestão e conservação do patrimônio nacional e museus; e realizar outras tarefas atribuídas pela liderança governamental.

Deste modo, foi possível visualizar a estrutura seqüencial que permite, na teoria, a funcionalidade da cadeia de gestão patrimonial na China, iniciando-se no CE, passando pelo Ministério da Cultura que direciona ao *SACH* que por fim, repassa ao seu Departamento de Gestão de Recursos que atua juntamente com os departamentos culturais dos governos provinciais, das municipalidades e de outros governos nas demais locais (Tabela 2).

Tabela 2 - Cenário Institucional - China

No entanto, na prática, em decorrência da especificidade estrutural administrativa da China, existem outros órgãos que estão ligados diretamente ao *SACH* e não ao seu Departamento de Gestão de Recursos, como de praxe, são eles, por exemplo: Academia Chinesa de Patrimônio Cultural – *Chinese Academy of Cultural Heritage (CACH)*, Pequim Lu

Xun Museu, China Novas Relíquias Culturais, Centro de Informação do Patrimônio, Editora Relíquias Culturais e o Museu Movimento Cultural de Pequim (Portal da Administração Estatal de Patrimônio Cultural, 2012).

Convém informar que a *CACH* foi criada em 1935 e entre suas principais funções estão as estratégias de conservação, reparo e gestão do patrimônio cultural, por meio de pesquisa científica, gestão de políticas, regulamentos; sistema disciplinar e de normalização; levantamento, escavação, conservação e trabalhos de pesquisa do patrimônio cultural subaquático; preparo das listas com informações sobre o Patrimônio Mundial; qualificação, formação profissional e técnica das áreas que abrangem as relíquias culturais e pela padronização do sistema de proteção de relíquias.

Sua estrutura interna é constituída pelas seguintes seções: Escritório; Departamento de Pesquisa Científica e Integração de Serviços; Departamento de Orçamento (Divisão de Finanças), Gabinete do Engenheiro-Chefe (Divisão de Reparo Total); Centro Nacional de Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático; Instituto de Relíquias Culturais; Departamento de Projetos de Planejamento e Conservação do Patrimônio (Centro Mundial de Monitoramento da UNESCO); Departamento de Formação em Conservação, centros de serviços e assistência ao Templo Ta Prohm, da província Takeo, em Camboja. A *CACH* esta associada a outras 2 instituições: Secretaria do Comitê Técnico de Normalização para a conservação do patrimônio nacional e a Secretaria do ICOMOS.

Na prática, também é possível advertir que existem ainda outros departamentos, agências, institutos de educação, secretarias e unidades que estão ligados diretamente ao Ministério da Cultura e não condizem com a categoria estrutural elucidada na teoria. É o que acontecesse com o Centro Chinês de Proteção do Patrimônio Cultural Imaterial que desempenha um importante papel no levantamento, inventário e proteção do patrimônio cultural imaterial chinês. Trata-se de um centro da Academia Chinesa de Artes, a maior instituição nacional no campo da arte na China, que possui 12 institutos de pesquisa, 8 departamentos e centros que gerenciam a música, drama, coleções de livros de artes, entre outros. Por fim, é responsável pela criação dos processos de inserção do patrimônio cultural imaterial junto a UNESCO (REDE DE INFORMAÇÃO DA CULTURA CHINESA, 2012).

Foi dito no início que a estrutura organizacional da China é composta por 27 ministérios e mais 55 outras organizações que representam agências, fundações ou institutos, as quais não estão subordinadas ao Ministério da Cultura, mas respondem diretamente ao CE, dentre as quais se destaca a Academia Chinesa de Ciências Sociais – *The Chinese Academy of Social Sciences (CASS),* trata-se da maior organização de pesquisa acadêmica nos campos da filosofia e ciências sociais de acordo com Escritório de Cooperação Internacional, de Hong Kong, Macao e Taiwan, do Gabinete de Assuntos Acadêmicos da *CASS* (2012). Seus objetivos básicos são: promover o desenvolvimento das ciências sociais, criar estratégias para revigorar a nação por meio da ciência e da educação, criar institutos de pesquisa de renome internacional focados na reforma econômica, democracia socialista e desenvolvimento social.

A *CASS* foi criada em 1977 e abrange 31 institutos de pesquisa, pelo menos 50 centros de pesquisas que desenvolvem atividades em 260 disciplinas em diferentes níveis acadêmicos. Fundou o Instituto de Arqueologia (IA) que realiza a maior parte dos trabalhos de campo arqueológico nas províncias chinesas. O IA é responsável pela publicação de monografias, relatórios e dos principais Projetos Nacionais de Ciências Sociais da China. O instituto também detém as revistas arqueológicas: *Kaogu* (publicado mensalmente), *Kaoguxuebao* (trimestralmente), *Jikan Kaoguxue* (anualmente), *Cankaoziliao Kaoguxue* (periodicamente), e os Anais de Arqueologia Chinesa – *Kaoguxue Zhongguo Nianjian*. Em 1998, o IA criou o Centro de Ciências Arqueológicas e Experimentos (INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA DA ACADEMIA CHINESA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 2012).

Autores como Sleeboom-Faulkner (2007), Sofield e Li (1998) destacam abertamente que a principal função da *CASS* é fazer no mundo acadêmico uma lavagem cerebral. Conforme Sleeboom-Faulkner (2007, p.92) existe “uma manipulação ideológica e política, por meio de incentivos financeiros, fornecimento de instalações de bem-estar (incluindo a habitação e medicina), instalações profissionais (tais como salário, status, bibliotecas) e outras recompensas”. Segundo Sleeboom-Faulkner (2007, p.86) a regulamentação da vida acadêmica “cria investigadores de alto nível num instituto de reflexão para o governo estimulando-os a serem peritos vermelhos e a protegerem o socialismo”. Punições são aplicadas para reprimir e desencorajar posições acadêmicas radicais e contrárias. A *CASS* só seleciona acadêmicos que aceitam cumprir suas regras, a “liberdade” de pesquisa é limitada a

liberdade de escolha entre sujeitos de pesquisa para efeito político e não para pensar livremente sobre um campo de perícia. Existe inclusive um ditado que diz que: “se você trabalha na *CASS*, você sabe que você não deve morder a mão que te alimenta” (SLEEBOOM-FAULKNER, 2007, p.95).

Além da estrutura administrativa maior, descrita anteriormente, existem uma subdivisão em outros níveis hierárquicos próximos aos governos locais. O número de habitantes, na maioria das vezes, determina a classificação territorial em: distrito, cidades, condados, etc. Por exemplo, a província de Shaanxi possui 37 milhões de habitantes e conta com 69 organizações governamentais, dentre elas o Departamento Provincial da Cultura e a Secretaria Provincial de Relíquias de Shaanxi, ambos criados, em 2008 (Figura 7). Primeiramente, a província esta dividida em 10 prefeituras: Ankang, Baoji, Hanzhong, Shangluo, Tongchuan, Weinan, Xi’an, Xi’anyang, Yan’an e Yulin. Em seguida, cada uma das 10 prefeituras, compreende novas divisões:

Ankang (10 domínios = 1 distrito e 9 condados);

Baoji (11 domínios = 3 distritos e 8 condados);

Hanzhong (11 domínios = 1 distrito e 10 condados);

Shangluo (10 domínios = 1 distrito e 9 condados);

Tongchuan (4 domínios = 3 distritos e 1 condado);

Weinan (11 domínios = 1 distrito, 2 cidades e 8 condados);

Xi’an (13 domínios = 9 distritos e 4 condados);

Xi’anyang (14 domínios = 3 distritos, 1 cidade e 10 condados);

Yan’an (10 domínios = 1 distrito e 9 condados);

Yulin (12 domínios = 1 distrito e 11 condados).

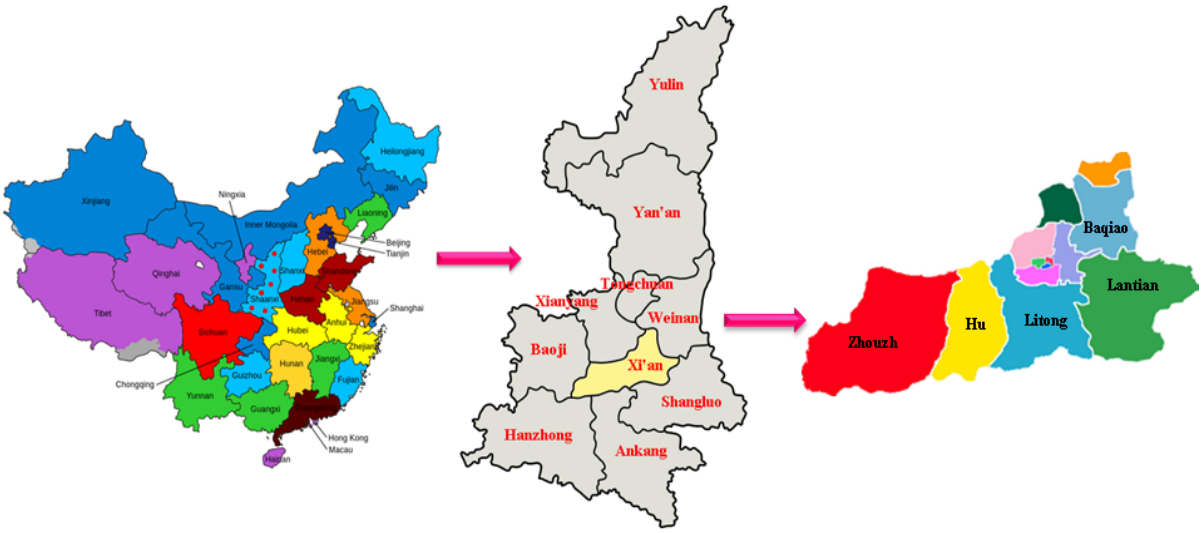


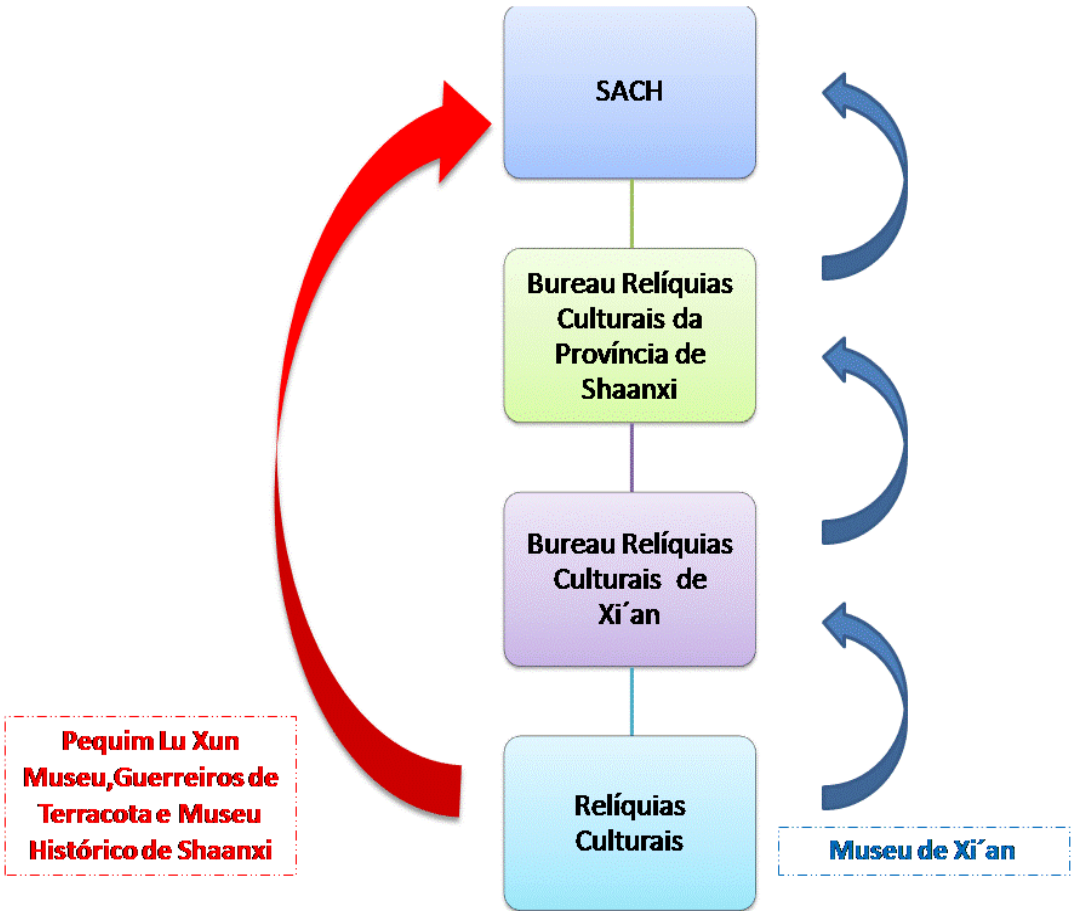
Figura 7 Província de Shaanxi: 10 prefeituras e Xi'an
(13 domínios = 9 distritos e 4 condados)

Xi'an é a capital política, econômica e cultural da província de Shaanxi. Hierarquicamente, da base para o topo, i.e., do nível local para o CE, o sistema de gestão do patrimônio deveria constituir a seguinte seqüência: Secretaria Municipal de Relíquias Culturais de Xi'an (ou na ausência deste um departamento municipal cultural), Secretaria Provincial de Relíquias de Shaanxi (ou na ausência deste um departamento provincial cultural) que atua juntamente com o Departamento de Gestão de Recursos, da Divisão da Arqueologia e Conservação da *SACH* que esta inserida no Ministério da Cultura e que responde ao CE. O Xi'an é um perfeito exemplo desta estrutura, na teoria e na prática, da gestão do patrimônio: logo, o museu obedece a Secretaria Municipal de Relíquias Culturais de Xi'an que conseqüentemente se reporta a Secretaria Provincial de Relíquias de Shaanxi que atua juntamente ao Departamento de Gestão de Recursos do *SACH* que pertence ao Ministério da Cultura que é subordinado ao CE. No entanto, pode-se afirmar que esta é uma das exceções na trama estrutural administrativa chinesa (TABELA 3).

A prática revela o contrário e evidência disso encontra-se nos Museus do Exército de Terracota e Histórico da Província de Shaanxi, os quais não estão vinculados a Secretaria Municipal de Relíquias Culturais de Xi'an e nem a Secretaria Provincial de Relíquias de

Shaanxi, mas sim, diretamente ao SACH. Mais interessante ainda, é saber que o Mausoléu do Imperador *Qin* e o Museu do Exército Terracota embora constituam uma unidade são administrados por duas entidades de níveis governamentais diferentes e quais estão quase sempre em conflito (WANG e ZAN, 2011, p.322). No caso da Muralha da China, embora pareça uma coisa só, não é, ou seja, a muralha está distribuída em diferentes áreas e apesar de constituírem único patrimônio, ela é fragmentada sob o aspecto gerencial, não havendo qualquer relação entre seus governos.

Tabela 3 - Síntese da gestão do patrimônio arqueológico



Portanto, é primordial aceitar que a teoria e a prática chinesa nem sempre são condizentes e nos permite confirmar que é essa característica que proporciona ao país ter um sistema administrativo ímpar, já que ao analisar outros departamentos, agências e instituições, ficou comprovado que mais do que a teoria e prática aplicados ao sistema, valem: a milenar

influência do poder do Estado, as redes *guanxi*, certa descentralização do poder do Estado aos governos locais para implantar um sistema de experiências, a sobreposição de interesses, direitos e deveres, brevemente descritos a seguir já que não estamos aqui para criticar, mas sim, para pontuar experiências que podem servir ou não de espelho para tecer recomendação para um plano de gestão em áreas arqueológicas.

Zhao, Flynn e Roth (2006, p.468) destacam que a primeira característica da cultura nacional chinesa é a distância do poder e a expectativa da igualdade corroborada pela política socialista. Esse histórico está visivelmente refletido na burocracia e dificuldade de incorporar a voz do cidadão (Li et.al, 2004 *apud* ZHAO, FLYNN e ROTH, 2006, p.468). Durante as três últimas décadas o país tem experimentado reformas decorrentes do processo de abertura econômica, levando o Estado, os governos e cidadãos a uma série de adaptações quanto às novas formas de agir e pensar, portanto, a participação do público na China é um conceito novo para todas as partes envolvidas, já que durante anos foi impensável o diálogo e a proximidade entre governos e cidadãos (ZHANG, 2011, p.12), o que torna compreensível (mas não totalmente aceito para figurar as novas mudanças) a ausência dos chineses nas decisões políticas, econômicas e sociais.

A rede *guanxi* afeta diretamente os diversos padrões de relacionamentos na China. Zhao, Flynn e Roth (2006, p.466) explicam que a cultura nacional chinesa é mais forte do que qualquer cultura organizacional, afinal são mais de 5 mil anos de ensino baseados no Confucionismo que inclui nos seus princípios a importância das relações interpessoais, evitando os conflitos para cultivar a harmonia e o respeito pela hierarquia. (SU, MITCHELL e SIRGY, 2007, p.302). *Guanxi* baseia-se em ética cultural de cooperação e, é legítimo porque está enraizado culturalmente no modo chinês de viver e fazer negócios (Jiang e Prater 2002 *apud* ZHAO, FLYNN & ROTH, 2006, p.466), assim, esta rede reflete o cooperativo nas relações comerciais, com base em uma rede de alianças e de recursos operacionais dentro uma estrutura hierárquica.

Guanxi é a concessão preferencial de sócios em troca de favores e obrigações (LEE, PAE e WONG 2001 *apud* ZHAO, FLYNN e ROTH, 2006, p.456). Então, a rede *guanxi* requer reciprocidade ou a obrigação para devolver um favor, fora dela há suspeita, desconfiança e burocracias incoerentes que resultam certamente na inviabilização de negócios e acordos, falta de transparência nos procedimentos e principalmente, na interferência e

aprovação arbitrárias do governo e na sobreposição de interesses, direitos e deveres (ZHAO, FLYNN e ROTH, 2006, p.459).

Em 1978, Deng Xiaoping iniciou o processo de abertura chinesa para a competição comercial (RAMASESHAN, LATA e PAE, 2006 *apud* ZHAO, FLYNN e ROTH, 2006, p.457) e em Dezembro de 2001 sinalizou sua presença como ávido jogador na economia global como afirma Zhao, Flynn e Roth (2006, p.459). Desde então, o Estado, em sua estrutura multi-partida, tem adotado um sistema de descentralização que permite as autoridades locais tomar determinadas decisões. Decisões estas que o governo central denomina de "experiências" (ZHANG, 2011, p.9). Tais "experiências" se constituem da aplicação de metodologias onde processos políticos partem do âmbito local para o nacional (se bem sucedidos), é um laboratório para a política de reforma econômica do governo central (ZHAO, FLYNN e ROTH, 2006, p.457).

A exemplo disso citamos o governo local do município de Chongqing. De acordo com Huang (2012, p.614), em 2010, o governo lançou um projeto para impulsionar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e promover a eqüidade social por meio da absorção de todo o lucro das empresas estatais controladas. Esse lucro foi então aplicado na construção de habitações públicas com aluguéis acessíveis, as quais poderiam ser adquiridas após 5 anos com a condição de não poderem ser vendidas. Os lucros foram igualmente aplicados para proporcionar benefícios sociais à população rural equivalentes aos já existentes na área urbana, principalmente em termos de escolas e saúde. O projeto foi tão bem-vindo que atingiu sua meta prevista para 3 anos, em apenas um ano e meio. O prefeito Qifan explicou que utilizou o desenvolvimento social para impulsionar o econômico e resume sua iniciativa como "ficar rico juntos 共同 致富" (HUANG, 2012, p.620).

Tudo que foi mencionado até agora, influencia diretamente o sistema de gestão do patrimônio na China. A começar pelo fato da dificuldade em se obter informações específicas sobre o patrimônio arqueológico, já que a estrutura administrativa fracionada cria responsabilidades sobrepostas ou ainda demonstra que alguns sítios estão sob responsabilidade de dois ou mais departamentos governamentais similares e superiores o que ocasiona dificuldades na coordenação das diferentes prioridades e interesse (SU e LI, 2012, p. 294). O Ato de Conservação do Patrimônio de 1982 foi incorporado pelo governo que delegou a cada província, região autônoma, conselho e municipalidade a responsabilidade

para criar sua própria gestão do patrimônio. No entanto, a pesquisa, a escavação, enfim, a gestão patrimônio arqueológico é definido conforme interesse do governo, permanecendo, por conseguinte, restrito a interpretação do passado como uma forma de cultivar a dignidade e unidade nacional a partir de uma perspectiva marxista da evolução da sociedade e para louvar as grandes realizações culturais (SOFIELD e LI, 1998, p. 371).

Apesar deste histórico de forte influência do Estado, as redes *guanxi*, descentralização do poder do Estado e a sobreposição de interesses, direitos e deveres, observa-se que existem as primeiras tentativas em prol da Socialização do Patrimônio, algumas delas por imposição e outras demonstram os primeiros passos em direção a gestão do patrimônio com as partes interessadas – *stakeholders*.

Patrimônio arqueológico na China é pouco usual, relíquias é o mais apropriado, todavia sua evidencia é camuflada pela questão do patrimônio mundial. De acordo com a Agência de Notícias Xinhua (2012) atualmente, o país possui 43 propriedades, na Lista do Patrimônio Mundial – *World Heritage List (WHL)*, da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), ocupando a posição número três no mundo e existem mais outras 50 propriedades na lista de tentativas a espera de uma definição (UNESCO, 2012).

Wang e Zan (2011, p.316) explicam que o governo estimula para que cada cidade na China tenha pelo menos um patrimônio inscrito na *WHL*. Para tanto Wang e Zan (2011, p.317) afirmam que o Patrimônio Mundial tem sido exaustivamente usado pelo governo chinês como uma ferramenta de *soft power*[4] para colocar a China no centro do cenário internacional, aumentar seu prestígio internacional, promover a gestão e proteção patrimonial e o turismo, estimular a concorrência entre as províncias e cidades e por fim, minimizar ou extinguir as briga entre o Estado, os governos e população local (é certo que, em alguns casos, ele acaba instigando tais tensões e em poucos, todavia, verídicos casos, o governo reavalia sua posição). O governo conta também que Patrimônio Mundial é um poderoso marketing para estimular a economia chinesa e funciona como um dispositivo para o renascimento cultural (SU, 2011, p.1221).

[4] NYE, J.S. *Soft Power:* The Means to Success in World Politics. New York: Public Affairs, 2004.

3.2.2 Reino Unido

Atualmente, de forma simplificada o Governo do Reino Unido é divido em 41 Departamentos Ministeriais. Desde 1997 o governo vem procurando reduzir o número de agências culturais concentrando funções e minimizando a burocracia e os gastos administrativos, dessa forma, o Departamento de Patrimônio Nacional – *Department of National Heritage (DNH),* fundiu-se a outras agências e constituiu o Departamento de Cultura, Mídia e Esporte – *Department for Culture Media and Sport (DCMS)*. Este é o departamento mais novo do governo além de ser um dos menores, com aproximadamente 400 funcionários.

O *DCMS* é responsável pela política do governo nas seguintes aéreas: artes, esporte, loteria, turismo, bibliotecas, museus e galerias, radiodifusão, telecomunicações e banda larga, nas indústrias criativas (publicidade, mercado de artes, design e moda), cinematográficas e musicais, na regulamentação dos jogos de azar, políticas para edifícios históricos, monumentos antigos e pela gestão das Coleções de Arte do governo e da Agência Real de Parques (que incluem Hyde Park, St James Park, Kensington Gardens, The Green Park, Regents Park, Greenwich Park, Primrose Hill, Bushy Park e Richmond Park) de acordo com o *site* do *DCMS* (2012).

DCMS é governado por um Secretário de Estado da Cultura, Olimpíadas, Mídia e Esporte, com ampla responsabilidade sobre as estratégias políticas, despesas e organizações dos departamentos. O Secretário é assessorado por três ministros: um Ministro do Turismo e Patrimônio, um Ministro do Esporte e Olimpíadas e um Ministro da Cultura, Comunicação e Indústrias Criativas. A Comissão Parlamentar da Cultura, Mídia e Esporte foi nomeada pela Câmara dos Comuns para analisar tais estratégias políticas, despesas e organizações destes departamentos e dos demais órgãos associados a eles. Os principais objetivos do departamento são:

> 1 Criar um mercado, interno e estrangeiro, eficiente e competitivo nas áreas de cultura, mídia, esporte e turismo; 2 Ampliar o acesso a cultura rica e variada para gerações presentes e futuras; 3 Desenvolver

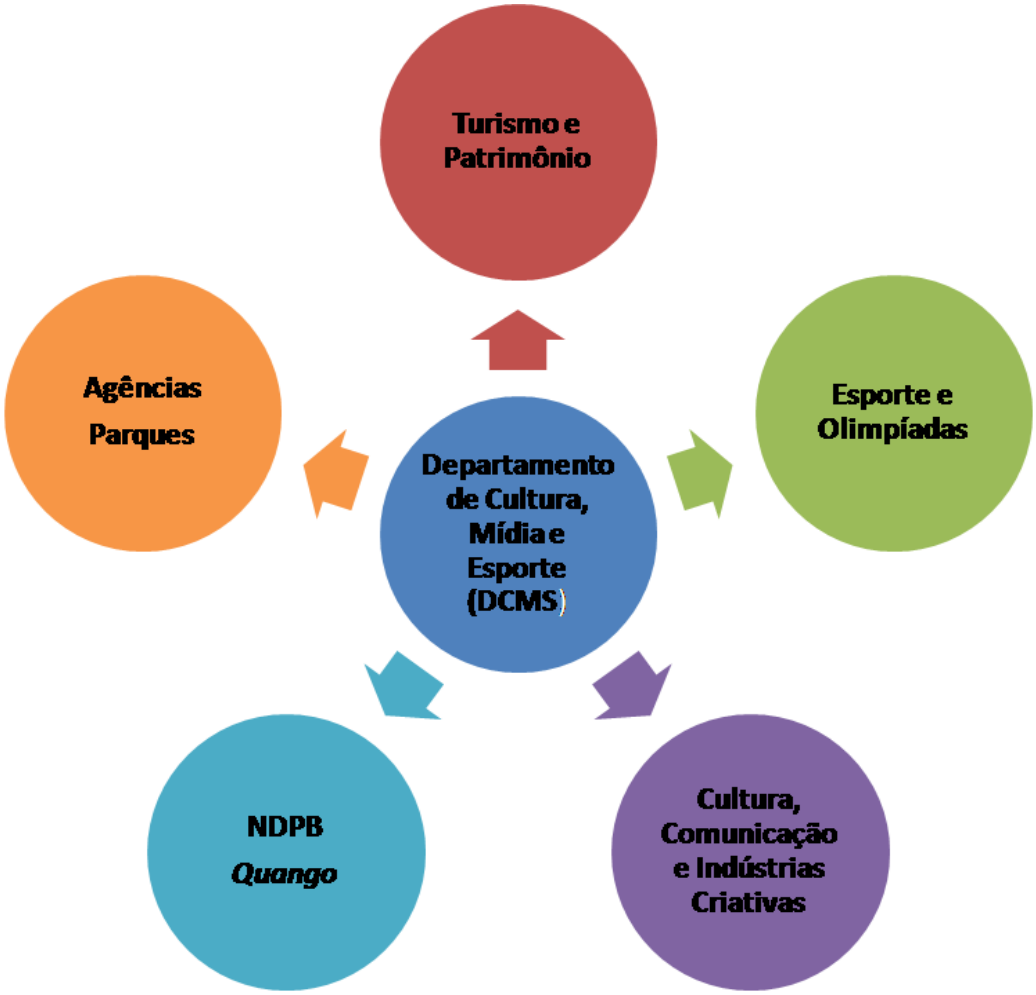
> recursos culturais e esportivos para toda a nação, elevar os padrões de educação e formação cultural; incentivar as indústrias criativas e o turismo; 4 Certificar de que todos têm a oportunidade de alcançar a excelência nas áreas de cultura, mídia e esporte e, desenvolver a inovação, o talento e design; 5 Manter o apoio público para a Loteria Nacional e garantir que o dinheiro suportado pelo *DCMS* seja utilizado para boas causas e prioridades nacionais; 6 Promover aos departamentos possibilidades para restabelecer os ambientes urbano e rural, apoiados em propostas sustentáveis e de combate à exclusão social. (*DCMS*, 2012)

Para atingir seus objetivos o *DCMS* trabalha em parceria com outros órgãos não governamentais, conhecidos como *NDPB* (*Non-departamental public body*) ou popularmente *Quango* (TABELA 4). São coligações que exercem papéis nos processos do governo, mas não se constituem como seu departamento e dele, também, não fazem parte, eles atuam de forma independente, como *arms length* – comprimentos de braços dos Ministros, portanto, não podem ser considerados parte formal da estrutura do governo, mas por ele, são financiados.

Isto é possível, graças ao princípio da plena concorrência adotada pelo sistema inglês onde o governo descentraliza seu poder por meios dos *NDPBs* que então, promovem a aproximação com as lideranças locais. O governo não interfere sobre como os subsídios serão distribuídos e não toma partido nestas decisões.

Para auxiliar os departamentos ministeriais, vários *NDPBs* são escolhidos como instrumentos executivos, consultivos e judiciais. Os *NDPBs* executivos são responsáveis por funções administrativas, reguladoras e comerciais, enquanto os *NDPBs* consultivos fornecem conhecimentos especializados e finalmente, o *NDPB* judicial tem competência em um campo especializado do direito.

Tabela 4 – Cenário Institucional – Reino Unido



De acordo com Conselho da Europa e o Instituto Europeu para a Pesquisa Cultural Comparativa (2012, p.11) os *NDPBs* que o auxiliam no cumprimento de seus objetivos são:

- 36 *NDPBs* executivos: Biblioteca Britânica, Museu Britânico, a Galeria Nacional, Conselho de Artes da Inglaterra; Fundação da Loteria; Comissão de Arquitetura e Ambiente Construído; Conselho de Design; *EH*; Futebol Autoridade de Licenciamento; Comissão de Jogos; Museu Geffrye; Horniman Museu e Jardins; Conselho de Apostas de Corridas de Cavalo; Museu Imperial da Guerra, (4) Museus de Ciência e Indústria; Conselho de Museus, Bibliotecas e Arquivos; Fundo Nacional de Memória e Patrimônio; Comissão Nacional de Loteria; os Museus Nacional Marítimo, Nacional da Ciência e da Indústria e de História Natural; Autoridade de Distribuição Olímpica; Distribuidor Olímpico da Loteria; Direito de Comodato Público; Museu Nacional de Armas e Armaduras, Museu Sir John Soane;

Inglaterra Esporte; Galeria Tate; Coleção Wallace; Reino Unido Anti Doping; Conselho de Filmes do Reino Unido, Reino Unido Esporte, Museu Victoria e Albert, Visite Grã-Bretanha;

- 9 *NDPBs* consultivos: Comitê Consultivo de Naufrágios Históricos e Para a Coleção de Arte Governo; Conselho Consultivo de Bibliotecas; Depósito Legal Painel Consultivo; Navios Históricos Nacionais; Revendo Comissão de Exportação de obras de arte e objetos de interesse cultural; Fundação Teatros; Comitê de Avaliação do Tesouro; Visitar a Inglaterra;

- 1 *NDPB* judicial: Tribunal da Comissão de Apostas em Corridas de Cavalos;

- 4 empresas públicas (Canal 4, Palácio Real Histórico, Casa de Apostas de Corridas de Cavalos – *The Tote;*

- 1 Escritório de Comunicações – *Ofcom*;

- 2 autoridades públicas de radiodifusão (BBC, S4C);

- 1 Agência Executiva (Parques Reais)

- 2 instituições sem classificação (Casa Real e Fundação para Conservação de Igrejas).

Segundo Curtis (2010) existiam mais de 900 *quangos* em 2010 os quais seriam reduzidos a 600 até 2015. Deste total, 55 pertenciam ao DCMS no primeiro semestre de 2010, no entanto, em outubro do mesmo ano, uma medida do governo para aumentar a transparência e atualizar a prestação de contas dos serviços públicos resultou na eliminação de 19 *quangos* no *DCMS*. Em 2012 foi divulgado que governo do Reino Unido conseguiu economizar mais de £1 bilhão com o corte geral de 192 *quangos* e a fusão de outros 118 (DUDMAN, 2012).

Desde 1996, o Reino Unido têm sido acometido por reformas e mudanças políticas, econômicas e culturais que atingiram o ápice entre os anos de 2007, 2010 (especialmente, devido à mudança de governo) e 2012. Novos conceitos e práticas, como a sustentabilidade e inclusão social, foram postos à prova. No âmbito cultural, a 6ª Conferência da Comissão Européia sobre Sustentabilidade do Patrimônio Cultural: da Pesquisa à Política, realizada em Londres, em 2004, foi o marco que contribuiu profundamente para que a Câmara dos Lordes, da Comissão de Ciência e Tecnologia, realizasse um Inquérito sobre Ciência e Patrimônio no

Reino Unido[5]. Os outros aspectos foram: crise econômica (que implicou em expressivos cortes nos gastos públicos) e o visível fracasso do *DCMS* e seus *NDPBs* para priorizar e apoiar o Patrimônio Cultural (CÂMARA DOS LORDES, 2012).

Frente a este panorama, em Julho de 2006, a Comissão Parlamentar, da Câmara dos Lordes, finalizou seu inquérito e publicou um relatório intitulado: Proteger e Preservar o nosso Patrimônio, com cinqüenta e sete conclusões e recomendações sobre as políticas relacionadas ao ambiente histórico (patrimônio). Embora este tivesse sido o foco principal da investigação, ela acabou se estendendo para museus, galerias, propriedades culturais e arquivos. As principais recomendações, conclusões (e posteriores tréplicas, em resposta as réplicas do *DCMS*) podem ser resumidas da seguinte forma:

- Primeiramente, a Comissão Parlamentar questiona se a responsabilidade política para o ambiente histórico deveria continuar sob tutela do *DCMS* devido a sua falta de habilidade e ineficácia para demonstrar liderança e elaborar propostas enérgicas ao ambiente histórico;

- Contestou as sérias limitações financeiras do *EH*, sugeriu uma revisão em seus gastos e propôs para 2007 o primeiro aumento no financiamento repassado a este órgão em 10 anos;

- Constatou a necessidade de envio de mais recursos financeiros para as autoridades locais já que as responsabilidades sobre elas estavam aumentando;

- Reconheceu o significativo papel do ambiente histórico em projetos de regeneração urbana e rural e para apoiar a comunidade economicamente, principalmente porque em 2006 o Turismo havia contribuído com £7.4 bilhões para economia;

- Cobrou que *DCMS* realizasse pesquisas para implantar reformas no sistema de proteção do ambiente histórico e arqueológico (já que *PPG15* – 1994 e *PPG16* – 1990) estavam defasados e não atendiam as atuais prerrogativas de socialização e sustentabilidade;

- Promover, com prioridade, a participação e o envolvimento do público com o ambiente histórico e arqueológico;

[5] O Inquérito sobre Ciência e Patrimônio pode ser acessado na íntegra no seguinte endereço: http://www.publications.parliament.uk

- Ressaltou que a conscientização sobre o ambiente histórico e arqueológico deve ser uma prática que se inicia com as crianças de forma que o sistema de ensino priorize, insira ou amplie atividades que contemplem estes elementos;

- Averiguar sobre os postos e competências profissionais da área patrimonial (museus, galerias, pesquisas de campo) já que a comissão tem fortes indícios de que as atividades estão em risco, pela oferta estrangeira de melhores salários e as decorrentes aposentadorias;

- Objetivos e responsabilidades entre os diferentes níveis governamentais e *quangos* devem ser claramente definidos pelo *DCMS*;

- A socialização com o público têm sido em grande parte realizada por indivíduos, organizações e grupos, independentes da motivação e promoção do governo, como por exemplo, as iniciativas do NT ou do CBA.

Notes-se que de acordo com Conselho da Europa e Instituto Europeu para a Pesquisa Cultural Comparativa (2012, p.22) o Reino Unido não tem uma constituição específica para o patrimônio e, portanto, as ações e práticas neste âmbito dependem diretamente de atos legislativos, planos e declarações. Todavia, estes instrumentos existentes eram abrangentes e não priorizavam aspectos particulares do ambiente histórico e da Arqueologia. Nesse sentido, as autoridades locais exercem poderes discricionários e são encorajadas por meio destas orientações a desenvolverem suas estratégias. Segundo arquivos da *EH* (2012) as peças legislativas centrais do patrimônio cultural eram:

- Ato dos Monumentos Antigos e Áreas Arqueológicas (1979) – abrangeu a proteção de sítios arqueológicos e monumentos antigos na Inglaterra;

- Ato Nacional do Patrimônio (1983) criou a Comissão de Edifícios e Monumentos Históricos da Inglaterra;

- Ato de Ordenamento da Cidade e do Território (1990) – discorre sobre qualquer mudança material na, sobre ou sob a terra decorrente da construção,

mineração, engenharia, prática da silvicultura e agricultura ou outras operações que podem afetar uma localidade. Note-se que de acordo com este Ato, ambiente histórico se refere a bens patrimoniais – históricos, arqueológicos, arquitetônicos ou artísticos;

- Orientação Política de Planejamento – Planning *Policy Guidance (PPG*/16 Arqueologia, 1990 e *PPG*/15 Ambiente Histórico, 1994) tratou aspectos do planejamento do ambiente histórico urbano e rural;

- Ato do Tesouro (1996) atribuiu uma definição mais ampla para antigüidades portáteis e os procedimentos a serem seguidos acaso tesouros sejam encontrados;

- Ato Nacional do Patrimônio (2002) estabeleceu disposições em relação às funções da Comissão dos Edifícios e Monumentos Históricos da Inglaterra;

- Declaração de Política de Planejamento – *Planning Police Statement – PPS* (2010) governo simplificou o sistema de planejamento para que os governos locais tivessem liberdade de tomar decisões que lhes fossem convenientes, com o propósito de engajar socialmente os governos e as comunidades com políticas sustentáveis;

Várias iniciativas surgiram para colocar em prática as recomendações da Câmara dos Lordes. Entre elas, o Programa Ciência e Patrimônio lançado em 2007 pelo Conselho de Pesquisa em Artes e Humanidades – *Arts & Humanities Research Council (AHRC)* e Conselho de Pesquisa em Ciências Físicas e Engenharia – *Engineering and Physical Sciences Research Council (EPSRC)* que estabeleceram políticas de planejamento sobre a conservação de ambientes históricos (patrimônio), resultando na primeira revisão do sistema de Proteção do Patrimônio dos últimos vinte e cinco anos no Reino Unido. Conforme a Câmara dos Lordes (2012, p.4) os objetivos deste programa foram:

- Superar uma base de pesquisa fragmentada através do desenvolvimento de uma disciplina híbrida que contemple a pesquisa científica e o patrimônio;

- Desenvolver a compreensão significativa da relação entre questões de pesquisas científicas e culturais;

- Promover e ampliar a socialização do público com o patrimônio.

Como consta na Estratégia Nacional da Ciência e Patrimônio (2010, p.5) os conselhos de pesquisa elaboraram três significativos relatórios intitulados: O Papel da ciência na gestão do patrimônio no Reino Unido (Abril de 2009); O uso da Ciência para a compreensão do passado (Julho de 2009) e Capacidade de entendimento no setor da Ciência e Patrimônio (Setembro de 2009).

O 1º relatório trouxe um resumo dos museus, galerias, bibliotecas, arquivos, ambientes históricos e sítios arqueológicos do Reino Unido. Em seguida, analisou os principais agentes que contribuem para a deterioração dos bens patrimoniais e como essas ameaças podem ser reduzidas. Expôs sobre a necessidade de pesquisas quanto aos limites das taxas de deterioração que afetam os bens patrimoniais, propõe melhorias na gestão de ambientes de armazenamento e exposição do patrimônio e lança recomendações para aumentar a gama de técnicas não destrutivas de avaliação e monitoramento do patrimônio.

O 2º relatório abordou o uso da ciência para melhorar a compreensão das pessoas sobre o passado, destacando os principais questionamentos que as pessoas fazem sobre patrimônio identificando três temas gerais: desenvolvimento de ferramentas e acesso a equipamentos, conscientização sobre as técnicas existentes e suas aplicações e a disponibilidade de informações produzidas nas investigações patrimoniais. Finalmente, destaca os problemas de publicações acadêmicas e de relatórios internos que não chegam ao conhecimento público.

O último e, não menos importante dos três relatórios, fez uma análise do número de profissionais envolvidos com trabalho patrimonial, do que fazem e onde trabalham. Melhorias são sugeridas na capacitação profissional, estrutura de carreira e na excelência dos estágios. Preocupações foram manifestadas quanto ao fato de que inúmeras pesquisas foram perdidas

porque alguns profissionais se aposentaram e outros não deram continuidade a elas. Foram analisadas as fontes de financiamento para o patrimônio e seu benefício público. Foi admitido nestes relatórios "uma definição muito ampla de herança e a estratégia que engloba tanto o patrimônio móvel (museus e coleções de arte, bibliotecas e arquivos), bem como o patrimônio imobiliário (restos arqueológicos, edifícios, paisagens e paisagem urbana)".

Os três relatórios, acrescidos de outro intitulado "A nossa visão e estratégia para ciência e o patrimônio" da apontaram para a Estratégia Nacional da Ciência e Patrimônio – *National Heritage Science Strategy (NHSs)* publicada em 2010. A *NHSs* resultou, dentre outros, na criação do Fórum Nacional de Ciência e Patrimônio, em 2011 é potencialmente "significativo como uma voz coletiva e veículo para a liderança da comunidade científica e do patrimônio podendo funcionar como estímulo à colaboração entre as diversas comunidades". O fórum pode ainda possibilitar que a comunidade demonstre que está empenhada em agir sobre os *NHSs* e discutir suas prioridades (CÂMARA DOS LORDES, 2012).

Para que os *NHSs* continuassem obtendo êxito e outras ações fossem estimuladas, mesmo em meio ao clima econômico desfavorável de 2010, o Fundo de Loteria do Patrimônio – *Heritage Lottery Fund* (*HLF*) encomendou um relatório que demonstrasse a importância do patrimônio para a economia no Reino Unido. De fato, o relatório intitulado "Investir em sucesso: patrimônio e economia do turismo no Reino Unido não apenas confirmou como também, provou que o patrimônio é a principal motivação por trás das despesas de turismo dos visitantes estrangeiros e nacionais.

O relatório esclareceu que o setor patrimonial faz uma contribuição para o EHB do Reino Unido maior do que as indústrias de publicidade, de fabricação de carros ou filmes, e apóia diretamente 195 mil empregos (*FAN*, 2010). A pesquisa foi decisiva para demonstrar que o patrimônio é um dos principais contribuintes para o aumento do turismo, de modo que, o crescimento econômico é fortemente dependente da preservação do patrimônio (CÂMARA DOS LORDES, 2012). Esse relatório evitou que as iniciativas no âmbito patrimonial pudessem ser interpretada erroneamente como luxo que o país não pode pagar.

Paralelas a estas ações, ocorreram outras, especificas no âmbito patrimonial. A seguir são destacadas as principais agências que possibilitaram tal diferenciação.

The Historic Building and Monuments Comission for England –English Heritage (EH)

Comissão de Edifício Histórico e Monumentos para a Inglaterra – Patrimônio Inglês

Ao longo dos séculos, o patrimônio esteve sob a responsabilidade de inúmeras Secretarias de Estado da Inglaterra até que em 1980, Michael Heseltine, Secretário de Estado do Meio Ambiente, propôs que a responsabilidade Nacional do Ambiente Histórico deveria ser transferida para um *quango* porque este seria capaz de gerenciá-los com maior eficiência, mas sob as diretrizes ministeriais e à política do governo (*EH*, 2012). Em conseqüência disso, em 1984, a Comissão de Edifícios Históricos e Monumentos para Inglaterra passou a usar um nome menos formal, *English Heritage (EH)* – Patrimônio Inglês.

O *EH* foi criado "para garantir a preservação e valorização do patrimônio da Inglaterra para o benefício das gerações futuras, e gerenciar, diretamente, os sítios e monumentos sob cuidados do estado desde a década de 1880" (*EH*, 2012). *EH* é um órgão executivo do *DCMS* desde 1997. Em abril de 1999, fundiu-se com a Comissão Real dos Monumentos Históricos da Inglaterra – *Royal Commission on the Historical Monuments of England (RCHME)* e Registro Nacional de Monumentos – *National Monuments Record (RMN)*.

Em 2000 *EH* publica Power of Place para promover a idéia de patrimônio em torno das pessoas. Em 2002 *EH* produz O Estado do Meio Ambiente Histórico, uma primeira auditoria nacional que mede anualmente o quanto o país está a cuidando do seu patrimônio. No mesmo ano, *EH* adquire responsabilidade sobre os naufrágios históricos e paisagens submersas da costa inglesa (*EH*, 2012). Em 2006, a administração do sistema de classificação de edifícios foi transferida do *DCMS* para *EH*, todavia, as decisões de inscrição permanecem sob a responsabilidade daquela secretaria. Hoje *EH* possui cerca de 400 sítios históricos e arqueológicos, como, por exemplo, Stonehenge.

Desde as recomendações propostas pela Câmara dos Lordes, em 2006, *EH* vem ampliando seus projetos e tem investido grandes esforços na Socialização do Patrimônio Histórico e Arqueológico, dentre os quais se destacam:

2006 O *Inspired* foi uma campanha realizada para identificar os problemas enfrentados por alguns patrimônios históricos religiosos;

2008 Princípios de Conservação é um guia lançado para promoção do significado do patrimônio para as pessoas;

2011 Lista de Patrimônio Nacional da Inglaterra – *National Heritage List for England (NHLE)* lista, *on-line*, atualizada com informações sobre todo o Patrimônio Nacional da Inglaterra. Fornece mapas e descrições detalhadas sobre aspectos arquitetônicos e históricos; inicia a primeira fase de um projeto de restauração para reviver um dos jardins mais importantes da Inglaterra, o Parque Wrest, em Bedfordshire;

2012 Publica o Plano Nacional de Proteção do Patrimônio – *National Heritage Protection Plan (NHPP)*[6] que identifica, pela primeira vez, as lacunas no Patrimônio da Inglaterra e o Quadro Nacional de Política de Planejamento – *National Planning Policy Framework (NPPF)*[7] substituindo todas as declarações anteriores de Planejamento Política, incluindo PPS5. Seu tema central é a "presunção em favor do desenvolvimento sustentável", definido por meio de doze princípios fundamentais de ordenamento do território que sustentam o plano na tomada de decisões.

Além do mais *EH* fornece uma vasta quantidade (com qualidade) *on-line* de informações sobre ambientes históricos, jardins, castelos e coleções, mapas interativos, material para professores e outros educadores para desenvolverem atividades dentro e fora das salas de aula, promove visitas guiadas para públicos específicos como escolas, promove a venda de *souvenirs* e publicação mensal da Revista de Aprendizagem do Patrimônio – *Heritage Learning Magazine*.

Ressalta-se ainda que *EH* divulga os patrimônios de forma temática, por exemplo, durante o Natal, todo *merchandising* esta voltado para os motivos natalinos, i.e., Patrimônio de Natal – presenteie alguém com um cartão de adesão de sócio do *EH* que permite o livre acesso a Stonehenge e outras 400 propriedades históricas e descontos em outros eventos culturais por £ 47 (Figura 8).

---

[6] Documento disponível na íntegra em http://www.english-heritage.org.uk/professional/protection/national-heritage-protection-plan/

[7] O Quadro Nacional pode ser acessado na íntegra em https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/6077/2116950.pdf

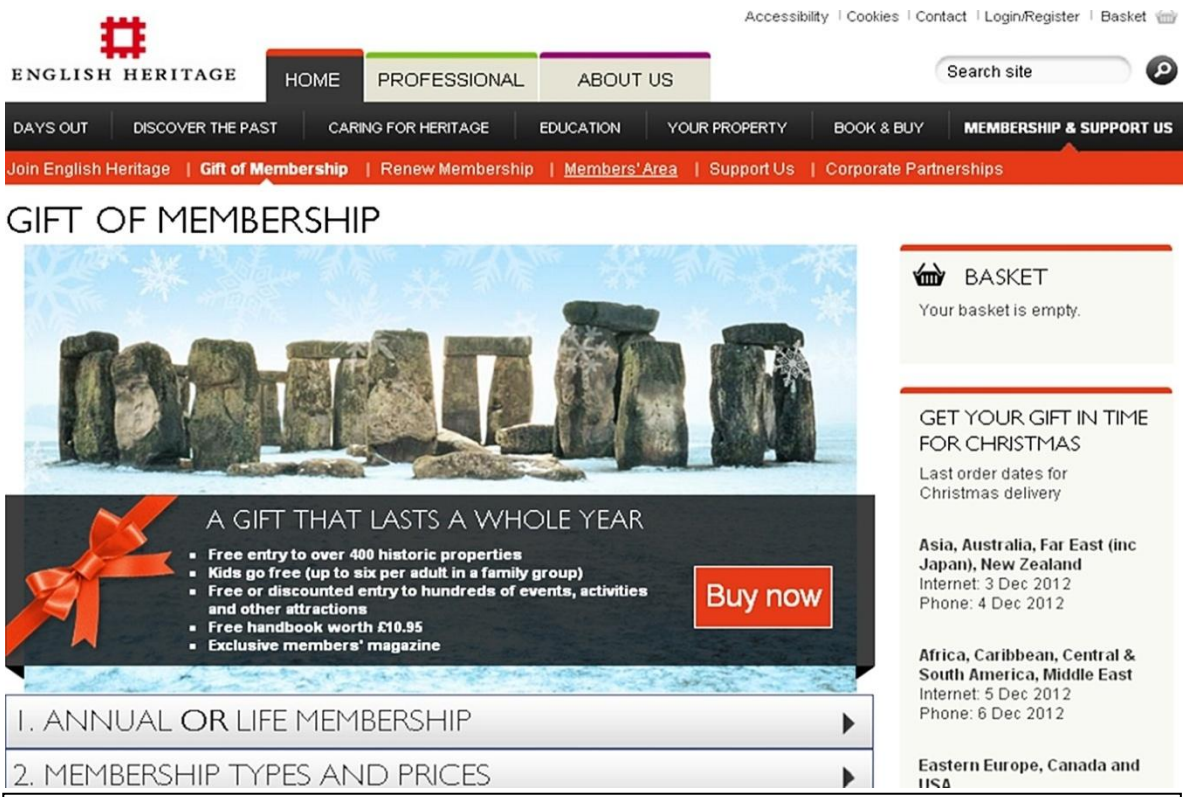


Figura 8 Proposta de presente natalino

Fonte: ***English Heritage***

***The All Party Parliamentary Archaeology Group* (*APPAG*)**

Grupo Parlamentar Supra-Partidário de Arqueologia

Em 2001 foi criado o Grupo Parlamentar Supra-Partidário de Arqueologia – *The All Party Parliamentary Archaeology Group* (*APPAG*) para atuar como "um porto seguro de interesse Parlamentar em todos os assuntos relacionados à Arqueologia no Reino Unido, tanto profissional quanto amador [...] e é composto por quase 150 membros de ambas as Casas do Parlamento" (GRUPO PARLAMENTAR SUPRA-PARTIDÁRIO DE ARQUEOLOGIA, 2003, p.6). Um relatório iniciado no ano de sua fundação e publicado em 2003, lança ao *DCMS* 48 recomendações quanto os aspectos que incidem sobre o patrimônio arqueológico e

as partes interessadas a ele vinculadas. Optou-se por relacionar as principais recomendações do Grupo Parlamentar Supra-Partidário de Arqueologia (2003):

- ✓ *DCMS* precisa se posicionar e ser mais atuante porque seu fraco apoio para a Arqueologia britânica coloca o patrimônio do país em risco;

- ✓ Há uma necessidade urgente de melhorar a remuneração e as condições de trabalho no campo da Arqueologia para que elas sejam compatíveis com os níveis de pós-graduação do arqueólogo que em muitos casos é tratado como técnico;

- ✓ O Instituto de Arqueólogos de Campo – *The Institute for Archaeologists* (*IFA*), trabalhando em conjunto com o *EH* e outras agências devem criar uma estrutura para treinamento, qualificação e padronização para as melhores práticas no trabalho arqueológico;

- ✓ O ensino da Arqueologia nas escolas e universidades é desigual. Assim sendo, os cursos de formação de professores deveriam ser mais acessíveis e currículos nacionais necessitam de revisão;

- ✓ Os *stakeholders* como, os voluntários e arqueólogos amadores são bem-vindos nos trabalhos arqueológicos, no entanto, o governo deve assegurar o cumprimento do código de conduta do voluntariado a fim de evitar tensões que poderiam resultar na exclusão participativa e não minar ou prejudicar os trabalhos de profissionais;

- ✓ *DCMS* deve ter pelo menos um especialista em Arqueologia como membro departamental;

- ✓ *EH* deve criar ou ampliar os escritórios locais e regionais para favorecer a percepção sobre o valor social da Arqueologia, não apenas como uma profissão, mas como uma experiência comum a todos.

NATIONAL TRUST (NT)

Mantenedor Nacional

Foi criada em 1895 e atualmente, é a maior instituição privada dedicada à preservação de 350 casas históricas, 149 jardins e monumentos antigos do Reino Unido. Desde meados dos anos 1960, o *NT* tem desfrutado de um período inigualável de crescimento no número de membros, financiamento e popularidade. *NT* possui uma posição jurídica muito específica que lhe foi concedida pelo parlamento em 1907, de tal maneira que suas propriedades são inalienáveis, i.e., não pode ser vendidas ou dele retiradas (NT, 2012).

Em 2010, lançou seu Plano Estratégico para os próximos 10 anos[8]. Possui 4 milhões de membros e segundo seus registros recebeu meio milhão de visitas em seus imóveis em dezembro, para desfrutar principalmente dos eventos de Natal, como, o de iluminação em Cragside e Hidcote. Lançou *My Volunteering* (proposta similar ao Muro de Adriano).

O *NT* tem quatro grandes objetivos: apoiar o envolvimento, melhorar a conservação e desempenho ambiental, investir na comunidade e financiar o futuro. E para atingir estes objetivos há três programas prioritários: trazer lugares para vida, ficar ao ar livre e mais perto da natureza e realizar sempre o melhor. Em 2011/12 *NT* fez um investimento de £ 101 milhões na conservação de suas propriedades, aliás, *NT* tem aproximadamente 10 mil imóveis alugados.

NT é responsável pelo Festival Caminhando um evento ao ar livre cujo objetivo é incentivar cada vez mais pessoas, de todas as idades, a fazerem caminhadas e permanecerem ao ar livre. No ano de 2011, foram 1036 eventos a pé que contaram com mais de 62 mil pessoas, ultrapassando a estimativa de 25% da meta proposta. No mesmo ano, *NT* lançou seu aplicativo para o *iPhone* onde os visitantes podem visualizar mais de 149 jardins e 400 outros locais cada um com uma breve descrição.

[8] O referido documento pode ser acessado na íntegra em http://www.nationaltrust.org.uk

Council for British Archaeology (CBA)

Conselho Britânico de Arqueologia

O conselho é uma instituição preocupada em aproximar a Arqueologia com o público e em 2003, realizou um estudo sobre a questão da participação pública em Arqueologia. Foram pontuados diferentes níveis e graus de complexidade sobre o envolvido dos indivíduos na prática arqueológica (CONSELHO BRITÂNICO DE ARQUEOLOGIA, 2012).

Festival de Arqueologia Britânica teve origem em 1990, como Dia Nacional da Arqueologia sendo coordenado pelo *CBA*. Foi criado com a finalidade de inspirar e aumentar a participação pública em Arqueologia por meio de palestras, visitas guiadas, trabalhos de escavação, entre outros (Figura 9).

Em sua 1ª edição o festival contou com 10 eventos realizados em um final de semana. Nas edições seguintes o número de participantes foi aumentando substancialmente, como, por exemplo, em 2008, cento e sessenta mil pessoas participaram do festival, em cento e noventa e cinco eventos forma realizados em uma semana.

Já em 2009, o número de eventos foi ampliado para seiscentos e cinqüenta assim como também foi ampliado seu período de realização para quinze dias e finalmente, em 2012, o festival contou com mais de mil eventos. No site do festival já é possível se programar para sua 22ª edição que acontecerá entre os dias 13-28 de Julho de 2013 (FESTIVAL DE ARQUEOLOGIA BRITÂNICA, 2012).

CBA defende que a formação dos arqueólogos deve contemplar os elementos da gestão e interpretação do patrimônio arqueológico, possíveis, atualmente, apenas nos programas de mestrado em gestão do patrimônio arqueológico na Universidade de York ou no Mestrado em Educação e Interpretação do Patrimônio na Universidade de Newcastle (FESTIVAL DE ARQUEOLOGIA BRITÂNICA, 2012).

Figura 9 Festival de Arqueologia Britânica

Fonte: CBA

The Institute for Archaeologists (IFA)

Instituto de Arqueólogos

É uma organização profissional para os arqueólogos e outros envolvidos na proteção do ambiente histórico e arqueológico. O instituto representa os interesses da Arqueologia e dos arqueólogos para elaborar políticas, normas e diretrizes, melhorar a remuneração, condições de trabalho perspectivas de carreira, promovendo e organizando ações de formação. Indivíduos conseguem sua adesão no instituto após uma rigorosa revisão quanto às competências técnicas e éticas de forma que todos os membros concordam em respeitar o Código de Conduta[9] para arqueólogos. Uma das mais importantes funções do *IFA* é a auto-regulamentação para a profissão, visto que a prática da Arqueologia não é regulamentada pelo governo. Constituem-se como avaliadores e provedores da Qualificação Profissional em Prática Arqueológica Nacional (*NVQ*).

Massara (2012) destaca que em reunião ocorrida em 15/11/2012 foi elaborado um relatório sobre algumas opções para salários mínimos recomendados para abril de 2013 a março de 2014, a valorização salarial é parte integrante das propostas sugeridas pela Câmara dos Lordes em 2012.

[9] O Código de Conduta pode ser acessado na íntegra no seguinte endereço: http://www.archaeologists.net/sites/default/files/node-files/code_conduct.pdf

3.2.3 BRASIL

O Brasil é o maior país da América Latina. Possui uma população de 190.732.694 pessoas, de acordo com censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2010). Esta constituído por 26 Estados e o Distrito Federal distribuídos em 5 grandes regiões. Sua estrutura organizacional é composta atualmente por 24 ministérios, 9 secretarias da presidência e 6 órgãos, ambos, com status de ministério segundo a Presidência da República Federativa do Brasil (2011).

Ao contrário do Reino Unido, o Brasil tem uma ampla legislação que se refere ao patrimônio cultural nas esferas federal, estadual e municipal, além de seguir as orientações das cartas patrimoniais. O conteúdo destas, no âmbito arqueológico, versa sobre atitudes conscientes na adoção de políticas preservacionistas do patrimônio, sendo as principais: de Nova Delhi (1956), Recomendações de Paris (1962), Veneza (1964), Compromisso de Salvador (1970), Resolução de São Domingos (1974), Cabo Frio (1989), Lausanne (1990) e Compromisso de Brasília (2010).

Retomando o aspecto legislativo brasileiro pode-se diz que diversos autores têm tratado destas normas jurídicas, em prol do patrimônio arqueológico, entre eles: Araujo (2006); Bastos, Souza e Gallo (2005); Bornal (2008); Cali (2005); Carvalho e Funari (2007); Domínguez e Funari (2005); Fogolari (2008); Lima (2007); Marques (2005); Pardi (2002); Santos C (2012); Santos M (2012). Deste modo, a seguir, pontuam-se as normas, as quais podem ser facilmente acessadas pelos sites do IPHAN, do Planalto do Governo ou Ministério do Meio Ambiente.

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- Lei Federal 3.924, de 26 de julho de 1961.
- Lei Federal 7.347, de 24 de julho de 1985.
- Lei Federal 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais).

- Lei Federal 11.904, de 14 de janeiro de 2009.
- Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.
- Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
- Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.
- Resolução CONAMA n° 001, de 23 de janeiro de 1986.
- Resolução CONAMA n° 237, de 19 de dezembro de 1997.
- Portaria SPHAN n° 07, de 01 de dezembro de 1988.
- Portaria IPHAN n° 230, de 17 de dezembro de 2002.
- Portaria IPHAN n° 28, de 31 de janeiro de 2003.
- Portaria INTERMINISTERIAL n° 69, de 23 de janeiro de 1989.
- Portaria INTERMINISTERIAL n° 419, de 26 de outubro de 2011.

Dentre os ministérios citados, enfatiza-se o Ministério da Educação e Cultura (MEC) que foi criado pela lei n° 1.920, de 25 de julho de 1953. Todavia, considerando que a cultura "ademais de elemento fundamental e insubstituível na construção da própria identidade nacional é, cada vez mais, um setor de grande destaque na economia do País, como fonte de geração crescente de empregos e renda" e analisando que "os assuntos ligados à cultura nunca puderam ser objeto de uma política mais consistente, eis que a vastidão da problemática educacional atraiu sempre a atenção preferencial do Ministério" permitiram a separação das entidades e foi finalmente, criado o Ministério da Cultura (MinC) pelo decreto n.º 91.144, de 15 de Março de 1985 (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2012). O Artigo 1º deste versa sobre suas áreas de competência: letras, artes, folclore e outras formas de expressão da cultura nacional e ainda, patrimônio histórico, arqueológico, artístico e cultural.

O Minc possui 7 Secretarias: de Políticas Culturais, de Cidadania e Diversidade Cultural, do Audiovisual, de Economia Criativa, de Articulação Institucional e de Fomento a

Incentivo a Cultura. Existem algumas autarquias e fundações vinculadas ao MinC, entre elas, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que será destacado por seu caráter pertinente a este objeto de pesquisa.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi criado pela Lei nº 378 em 13 de Janeiro de 1937, promulgado em Novembro do mesmo ano pelo Decreto-Lei nº 25 e sua criação obedece a um princípio normativo do artigo 216 da Constituição Federativa Brasileira (CFB) que define o Patrimônio Cultural a partir

> de suas formas de expressão; de seus modos de criar, fazer e viver; das criações científicas, artísticas e tecnológicas; das obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e dos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. A Constituição também estabelece que **cabe ao poder público, com o apoio da comunidade**, a proteção, preservação e gestão do patrimônio histórico e artístico do país (IPHAN, 2012, grifo meu)

O Patrimônio Arqueológico se constitui por todos os sítios arqueológicos definidos e protegidos pela Lei nº 3.924/61, e são considerados bens patrimoniais da União. Atualmente existem 22 mil sítios, dos quais podem ser

> as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios; os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleomeríndios; os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento "estações" e "cerâmios; e as inscrições rupestres ou locais e outros vestígios de atividade de paleoameríndios (IPHAN, 2012).

O IPHAN é autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura. É instituição coordenadora da Política e do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, capaz de identificar, produzir e difundir referências para a preservação do patrimônio cultural no plano nacional e internacional, dotada de carreira de Estado, qualificação técnica e estrutura funcional para atender as demandas da sociedade (Relatório do IPHAN – 2011, 2012, p.21).

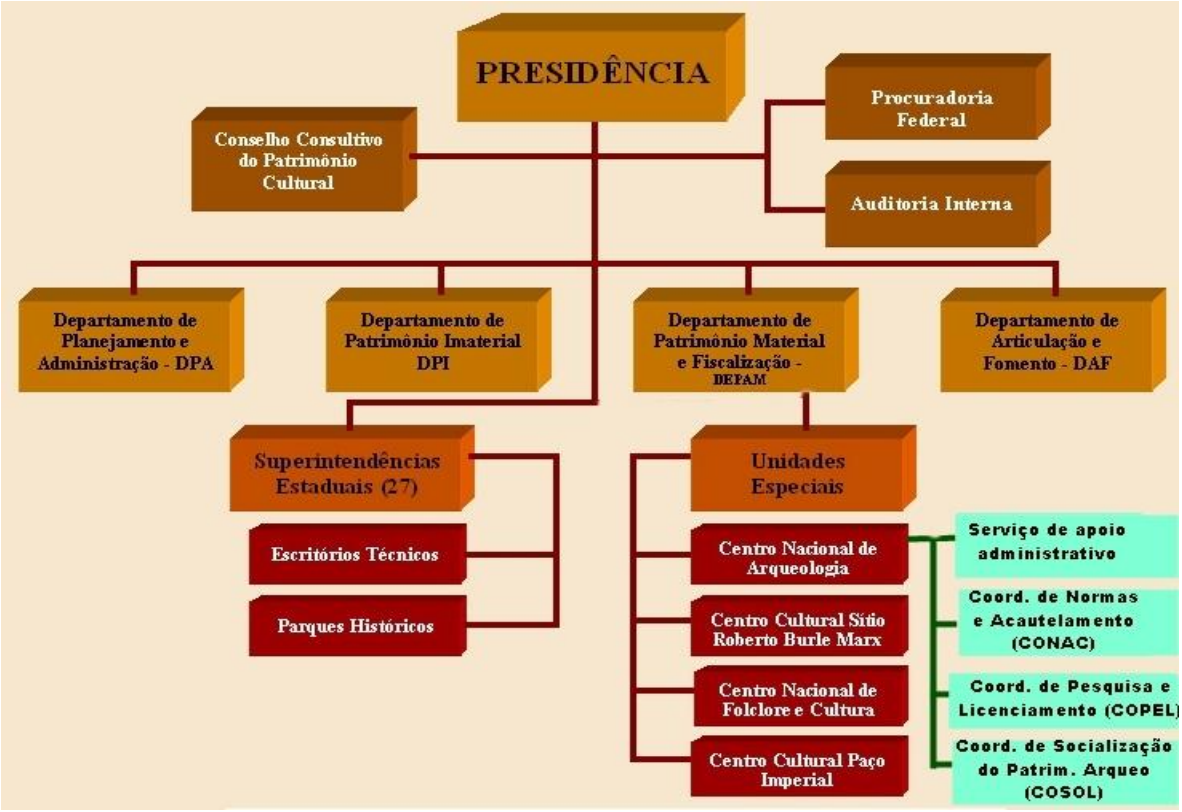
O instituto possui 4 departamentos: Planejamento e Administração (DPA), Patrimônio Imaterial (DPI), Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM), Articulação e Fomento (DAF). Existem 27 Superintendências Estaduais do IPHAN (Escritórios Técnicos e Parques Históricos) e 4 Unidades Especiais sendo elas: Centro Nacional de Arqueologia, Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx, Centro Nacional de Folclore e Cultura e Centro Cultural Paço Imperial (TABELA 5). Dentre os departamentos citados, optou-se por detalhar apenas aquele convergente ao tema da tese, portanto, o Centro Nacional de Arqueologia (CNA).

Conforme IPHAN (2012) ele “foi criado pelo Decreto nº 6.884 de 07 de maio de 2009, atendendo à necessidade de fortalecimento institucional da área de gestão do patrimônio arqueológico no IPHAN”. Trata-se de um órgão descentralizado do Departamento de Patrimônio Material de Fiscalização – (DEPAM), caracterizado como Unidade Especial e integrante do Comitê Gestor do Instituto.

As principais atividades do CNA abrangem: o desenvolvimento de ações de acautelamento, a exemplo do tombamento e da proposição de medidas diversas para a proteção e valorização do patrimônio arqueológico; a autorização e a permissão para realização de pesquisas arqueológicas, seu acompanhamento e fiscalização; e a

implementação de diversas ações de **socialização do patrimônio arqueológico** de acordo com IPHAN (2012, grifo meu).

Tabela 5 Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)



(Fonte IPHAN – Adaptado por Manzato)

Artigo 52, da Portaria nº 92, de 5 de julho de 2012 determina que Estrutura Interna do IPHAN possui uma direção e 3 coordenações: a Coordenação de Normas e Acautelamento (CONAC), a Coordenação de Pesquisa e Licenciamento (COPEL) e a Coordenação de Socialização do Patrimônio Arqueológico (COSOL). O instrumento central para orientação das ações do CNA será o Plano Diretor Estratégico, no entanto, o *site* sugere que o documento está fase de construção, todavia, quando ele ficar pronto deverá compreender:

> a definição de uma política nacional para o patrimônio arqueológico, em todos os seus aspectos – identificação, pesquisa, proteção, promoção e socialização; a construção de um modelo institucional de gestão; a definição das formas de articulação da área central (CNA) com as Superintendências do IPHAN nos estados para a gestão do patrimônio arqueológico; o desenvolvimento de programa de tombamento de bens de natureza arqueológica; a elaboração de instrumentos normativos e a atualização dos instrumentos já existentes; a criação de um sistema informatizado de gestão do patrimônio arqueológico alinhado às novas tecnologias; o estabelecimento de parcerias interinstitucionais e internacionais para a ampliação de experiências de gestão do patrimônio arqueológico; a dotação de estrutura organizacional e física e de recursos humanos e financeiros compatíveis com a demanda da gestão do patrimônio arqueológico (IPHAN, 2012).

Artigo 66 da Portaria supracitada menciona que ao Centro Nacional de Arqueologia (CNA) compete:

I - definir diretrizes e normas voltadas para a gestão do patrimônio arqueológico em âmbito nacional;

II - propor, elaborar, subsidiar, coordenar, monitorar e avaliar a formulação e implementação de planos, programas, projetos e ações de preservação, promoção, difusão e fomento do patrimônio arqueológico brasileiro, em consonância com as diretrizes do IPHAN e desenvolver, em conjunto com as Superintendências e demais órgãos do IPHAN, linhas de ação voltadas para a manutenção da integridade do patrimônio arqueológico;

III - planejar e desenvolver modelos de gestão que norteiem as ações de preservação do patrimônio arqueológico de forma articulada com os demais órgãos do IPHAN e de forma compartilhada com os entes públicos e com a sociedade civil, no âmbito do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural;

VI - desenvolver, implementar, fomentar, promover e avaliar, em consonância com as diretrizes de promoção, difusão e fomento do IPHAN, ações que possibilitem a apropriação social do patrimônio arqueológico brasileiro;

IX - elaborar normas e procedimentos de abrangência nacional para a regulamentação das ações de preservação e gestão, visando à orientação das partes envolvidas na salvaguarda do patrimônio arqueológico;

XI - emitir licenças para pesquisas arqueológicas a serem realizadas em todo o território nacional XIV - promover e fomentar a vinculação social das ações de gestão do patrimônio arqueológico, em conformidade com o plano nacional de socialização do patrimônio arqueológico;

No artigo 70, da Portaria nº 92, de 5 de Julho de 2012, são pontuados apenas os itens diretamente relacionados com a proposta da tese, desta forma, à Coordenação de Socialização do Patrimônio Arqueológico (COSOL) está encarregada de:

IV - coordenar a análise de projetos e avaliar seus resultados na área de socialização do patrimônio arqueológico, em consonância com as diretrizes de difusão e fomento do IPHAN;

V - coordenar as atividades de fomento e difusão do patrimônio arqueológico visando à sua preservação, estudo, promoção e socialização;

VI - elaborar e implementar programas e projetos de socialização do patrimônio arqueológico;

VIII - orientar e monitorar as ações de socialização do patrimônio arqueológico desenvolvidas no âmbito da Política Nacional do Patrimônio Cultural;

IX - analisar e avaliar as ações de socialização constantes nos projetos de pesquisas arqueológicas autorizadas pelo IPHAN.

Em se tratando do patrimônio arqueológico, desde 1997, o IPHAN, tem idealizado ações como: o Sistema de Gerenciamento de Sítios Arqueológicos (SGPA) criado com "objetivo de estabelecer padrões nacionais no âmbito da identificação dos sítios, das coleções arqueológicas e do registro da documentação arqueológica produzida, subsidiando as ações de gerenciamento, em atendimento ao determinado na Lei n° 3.924/61" (IPHAN, 2012).

O sistema é constituído pelos seguintes módulos: Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA); Banco de Imagens; Inventário Nacional das Coleções Arqueológicas (INCA) e, Projetos e Relatórios de Pesquisa Arqueológica (PPA/RPA). Destes, apenas o CNSA está disponível e nele é possível consultar informações sobre mais de 20 mil sítios arqueológicos brasileiros cadastrados. Outro módulo em uso desde 2003 é o Banco de Portarias de Arqueologia (BPA) que objetiva atender às atividades de proteção e promoção do patrimônio arqueológico (IPHAN, 2012).

Outras ações do IPHAN a serem destacadas são: premiação de projetos no âmbito da preservação do patrimônio cultural e projetos para o Programa de Extensão Universitária (PROEXT), apoio a cursos de pós-graduação e oficinas-escola, promoção de seminários, fóruns, disponibilização de textos especializados e revistas.

A referida premiação de projetos acontece por meio do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, que foi criado em 1987, em reconhecimento a ações em prol do patrimônio cultural brasileiro, contemplando as seguintes categorias: "Promoção e comunicação; Educação patrimonial; Pesquisa e inventário de acervos; Preservação de bens Móveis; Preservação de bens Imóveis; Proteção do patrimônio natural e arqueológico; e Salvaguarda de bens de natureza imaterial" (IPHAN, 2012).

Dele podem participar, anualmente, pessoas físicas e jurídicas e cada vencedor recebe um troféu e R$ 20 mil. Em 2012, o prêmio completou 25 anos. Quanto aos premiados verificou-se a ocorrência de apenas um utilizando o termo socialização, no ano de 2006, trata-se da Ação Educação patrimonial no Alto Paraná, Mato Grosso do Sul: Socialização do Conhecimento Arqueológico, que busca divulgar, por meio de folhetos, gibis, jogos de quebra-cabeça e livros, o conhecimento sobre o legado arqueológico.

O IPHAN participa da seleção dos projetos apresentados para o Programa de Extensão Universitária (PROEXT) em áreas como: mapeamento do patrimônio cultural brasileiro,

material e imaterial; elaboração de projetos de restauro e conservação do patrimônio cultural protegido que prevejam usos com relevância social, projetos de socialização de sítios e acervos arqueológicos com planos de gestão integrados; projetos de educação patrimonial, projetos de capacitação técnica para gestores e profissionais do patrimônio cultural, etc.

Quanto aos cursos regulares de pós-graduação e oficinas-escola verificou-se: primeiro que, em sua maioria, são direcionados para área de conservação e restauro; segundo apesar de constarem como cursos regulares, no *site* aparecem apenas informações sobre os anos de 2005 e 2006 e finalmente, não há menção sobre novas turmas ou referencia a periodicidade no oferecimento dos mesmos. Note-se que e, a partir de 2011 foi aprovado o Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN e a seleção para a composição da 1ª turma foi em 2012.

Relevante constar ainda que o IPHAN disponibiliza coletâneas com textos especializados, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937 – 2002), Boletim do SPHAN (antiga denominação do instituto) – de 1979 a 1989; Patrimônio – Revista Eletrônica (parcerias entre IPHAN e Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas – LABJOR/UNICAMP cujos objetivos são: divulgar o patrimônio artístico e cultural brasileiro; refletir e debater a importância da história e da memória para a identidade nacional; e noticiar os trabalhos e ações do IPHAN em favor do patrimônio cultural brasileiro.

Iniciativa de vanguarda pode ser destacada nas Casas do Patrimônio o projeto tem como objetivo "transformar as sedes do IPHAN ou espaços definidos pelas parcerias em lugares de interlocução local, promovendo, pelo viés da educação patrimonial, o diálogo e a participação cidadã na construção das políticas de patrimônio cultural" (RELATÓRIO IPHAN – 2010, 2011, p.37). Já estão em funcionamento as seguintes sedes: Vale do Ribeira/SP, São Cristóvão/SE, Rio de Janeiro/RJ, Região dos Lagos/RJ, Recife/PE, Ouro Preto/MG, Olinda/PE, Laguna/SC, João Pessoa/PB, Chapada do Araripe/CE, Maceió/AL.

De acordo com IPHAN (2012) a criação de diretrizes para a Política Nacional do Patrimônio Cultural e a estruturação do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, foram constituídas, durante o I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, em 2009. Nela constou as seguinte ações estratégias a ser implantadas em 2010:

> "a. Elaboração e edição de instruções normativas a serem oficializadas por meio de Portarias do IPHAN para: 1) sistematização de procedimentos de referência para constituir protocolos de atuação, em especial frente às obras do PAC de Cidades Históricas 2) normatização da realização de pesquisas patrimoniais em terras indígenas tradicionais (demarcadas ou não), a partir das especificidades técnicas, éticas e operacionais que lhe são intrínsecas. 3) **normatização da realização de uso turístico e socialização de sítios arqueológicos**. 4) regulamentação da guarda de acervos arqueológicos; [...] h. Desenvolvimento de estudos e levantamentos para identificação e proposição de formas de fomento e financiamento de projetos de valorização e socialização do patrimônio arqueológico" (IPHAN, 2012).

A divulgação dos Relatórios de Gestão do IPHAN quanto à realização de suas atividades atende à Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União (TCU) nº 107, de 27 de outubro de 2010. Além disso, consta no planejamento estratégico do IPHAN para o período de 2010-2015 que **anualmente o instituto deve publicar seu Plano de Ação** que "envolve a preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com apoio das comunidades, dos governos municipais e estaduais" e a cada **dois anos deve publicar o Relatório de Atividades** onde constam "registros e tombamentos; os prêmios e seus vencedores; as publicações; realização de eventos e cursos; os inventários; a gestão do Patrimônio e por fim, seu planejamento administrativo" (IPHAN, 2012, grifo meu).

Por meio do *site* do IPHAN foram consultados os dois últimos relatórios disponíveis até a presente data: Relatório de Gestão de 2010 (publicado em 2011) e de 2011 (publicado em 2012). Optou-se por delimitar o acesso aos relatórios de acordo com o ano da Normativa do TCU, portanto, relatórios a partir de 2010.

Conforme, o Relatório de Gestão de 2010, dentre as realizações do IPHAN, com ênfase no termo socialização do patrimônio destacaram-se as seguintes:

1) Ações de Conservação e Preservação do Sítio Arqueológico das Itacoatiaras do Ingá. A ação objetivou atender a demanda do Ministério Público Federal e instrumentalizar ações científicas visando à socialização daquele importante bem cultural (RELATÓRIO IPHAN – 2010, 2011, p.207);

2) Socialização de dois sítios arqueológicos no Rio Grande do Norte a partir de restauração e conservação e da elaboração de projetos de socialização dos sítios arqueológicos Xiquexique 4 e Pedra do Alexandre, localizados no município de Carnaúba dos Dantas/RN (RELATÓRIO IPHAN – 2010, 2011, p.237);

3) Complementação dos dados do projeto de socialização do Sítio arqueológico Mirador, localizado no município de Parelhas/RN. Nesta fase, foi elaborado o memorial descritivo, as planilhas orçamentárias e o projeto executivo das estruturas de apoio e passarelas (RELATÓRIO IPHAN – 2010, 2011, p.237);

4) Obras de Socialização dos sítios arqueológicos Xiquexique 1 e 2 no município de Carnaúba dos Dantas, RN (RELATÓRIO IPHAN – 2010, 2011, p.238).

Além das realizações do IPHAN, com ênfase no termo socialização do patrimônio, o relatório nos permite acompanhar as necessidades e os entraves que acometem o instituto. Note-se que infelizmente algumas informações pertinentes poderiam ser mais esmiuçadas e por outro lado, há reprodução de trechos do primeiro relatório no segundo, como, por exemplo, ao item que faz menção ao item “Análise sucinta e demonstrativos consolidados” para os Relatórios IPHAN – 2010 (2011, p.60) e Relatório IPHAN – 2011 (2012, p.56).

Consta no Relatório do IPHAN (2011, p.37) tópico “Valor Público e o Diálogo Social” a necessidade de implementar uma “Política de Gestão da Informação e Documentação, aperfeiçoando a infra-estrutura informacional para atender às necessidades de maior integração das ações do IPHAN e à ampliação do diálogo com a sociedade através de meios e formas que permitam a socialização do conhecimento e da informação sobre o patrimônio cultural”.

Já no tópico “Análise sucinta e demonstrativos consolidados” discorre que

> A ação de Preservação de Bens Culturais de Natureza Material é a ação que recebia historicamente a maior parcela dos recursos destinados ao orçamento do IPHAN, pois sua aplicação está diretamente relacionada às obras de conservação e restauro necessárias à preservação do patrimônio edificado [...] É ainda fundamental ressaltar que ela se encontra voltada para a promoção do patrimônio cultural como fator de desenvolvimento humano e, por isso, aplica-se a estudos e projetos para reabilitação de áreas protegidas, socialização do conhecimento acumulado e novas propostas de proteção. A ação de Preservação enquadra-se na essência dos objetivos que vem sendo perseguidos pelo IPHAN como estratégia de atuação: tornar o patrimônio cultural um fator de compreensão do território brasileiro e de qualidade de vida das comunidades de hoje e das gerações futuras. Entretanto, considera-se que os recursos destinados para a ação encontram-se muito aquém das reais necessidades de preservação do patrimônio brasileiro, mesmo que todos os recursos fossem efetivamente disponibilizados, tendo em vista o universo de bens com os quais o IPHAN trabalha e a necessidade constatada de que o órgão deve ampliar sua atuação de preservação das referências importantes para a história do Brasil, conforme o que preconiza o Artigo 216 da Constituição Federal. Apenas para se ter uma idéia da defasagem entre as necessidades identificadas e os recursos existentes, de forma aproximada, no ano de 2010 foram apresentadas demandas para a ação de Preservação da ordem de 160 milhões de reais e o orçamento disponível é de 16 milhões de reais, ou seja, praticamente 10 vezes inferior ao que se mostrava necessário (RELATÓRIO IPHAN 2010, 2011, p.60).

Nos comentários adicionais, foi identificada uma informação que se julga preocupante a qual se refletiu no quadro funcional da Superintendência do Rio Grande do Norte, ocorrido

em 2009, descrito da seguinte forma: “servidores foram removidos para outras Superintendências e os cargos em comissão foram exonerados e substituídos, o que prejudicou o andamento das atividades e dos procedimentos burocráticos em processos administrativos” constou ainda que “grande parte dos Cursos de Capacitação contou com a participação de servidores com **Cargos Comissionados sem vínculo** que, posteriormente, foram exonerados dos cargos. Portanto **o conhecimento adquirido por estes servidores não serão utilizados por esta unidade”** (2011, p.237, grifo meu).

Ressalto como preocupante porque é sabido que um cargo comissionado “tem validade” e assim, são levantadas duas questões: sabendo-se que a natureza do Cargo Comissionado sem vínculo é uma exceção aos demais cargos e funções da instituição num todo, por que tais cursos foram direcionados a estes funcionários? E ainda, será que estes funcionários estavam trabalhando sozinhos? As informações não foram transmitidas, nem compartilhadas entre os demais funcionários? Não houve um *feedback* de suas participações após a realização dos cursos?

Já no Relatório de Gestão de 2011, o instituto reafirmou seus desafios e iniciativas estratégicas ressaltando os seguintes objetivos:

> formular e implementar uma Política de Gestão da Informação e Documentação, aperfeiçoar a infra-estrutura informacional para atender às necessidades de maior integração das ações do IPHAN e **ampliar o diálogo com a sociedade** através de meios e formas que permitam a **socialização do conhecimento** e da informação sobre o patrimônio cultural; e consolidar e aperfeiçoar a estrutura organizacional do IPHAN com foco na formação e gerenciamento de pessoas, com adequação quantitativa e qualitativa do quadro técnico, nas necessidades de cada unidade da Federação, na modernização dos modelos de gestão e na integração da área técnica, administrativa e jurídica (RELATÓRIO IPHAN –2011, 2012, p.23, grifo meu).

E dentre sua realizações também com ênfase na socialização do patrimônio destacaram-se as seguintes:

- Aprovação no edital do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do projeto para contratação de serviços de conservação e obras de socialização do sítio arqueológico Mirador (RELATÓRIO IPHAN – 2011, 2012, p.223);

- Serviços de conservação e obras de regularização do uso turístico e socialização do sítio arqueológico Xiquexique 4 e Oficina de Restauração, no município de Carnaúba dos Dantas (RN) e realização de convênio para execução dos projetos básicos referente à socialização de sítios arqueológicos nos Parque Estadual de Monte Alegre (PA) entre a Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará, Universidade Federal do Pará e Museu Goeldi (RELATÓRIO IPHAN – 2011, 2012, p.225);

- Inauguração das obras de socialização dos sítios arqueológicos Xiquexique 1 e 2 no município de Carnaúba dos Dantas/RN (RELATÓRIO IPHAN – 2011, 2012, p.275);

- Apresentação de comunicação: Socialização do Patrimônio Arqueológico do RN no 16º Congresso Mundial da União Internacional das Ciências Proto-Históricas e Pré-Históricas SAB/UISPP (RELATÓRIO IPHAN – 2011, 2012, p.277);

- Palestras: Socialização do Patrimônio Arqueológico do RN, Projeto Pilões – uma experiência de salvamento e socialização e Perspectivas de ação multidisciplinar na socialização do patrimônio arqueológico brasileiro, todos, no I Encontro

Nacional de Gestores do IPHAN para o Patrimônio Arqueológico (RELATÓRIO IPHAN – 2011, 2012, p.277).

Existem ainda as instituições responsáveis pelo patrimônio arqueológico, em nível estadual – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), no Estado de São Paulo e Fundação Cultural do Piauí (FUNDAC), no Piauí e, no municipal há inúmeros outros como, por exemplo, em Santos o Conselho de defesa do patrimônio cultural de Santos (CONDEPASA) e em São Raimundo Nonato a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) que foi descrita anteriormente.

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DE SÃO PAULO (CONDEPHAAT)

De acordo com a Secretaria da Cultura do Governo do Estado de São Paulo (2012), o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) já tombou mais de 500 bens desde 1968 e tem como função "proteger, valorizar e divulgar o patrimônio cultural no Estado de São Paulo. Nessa categoria se encaixam bens móveis, imóveis, edificações, monumentos, bairros, núcleos históricos, áreas naturais, bens imateriais, dentre outros."

O braço técnico e executivo do conselho é a Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH) que foi criada pelo Decreto Estadual nº 50.941, de 5 de julho de 2006, a qual tem por atribuições dar apoio técnico e administrativo ao CONDEPHAAT. Enfatizamos aqui que para apoiar o CONDEPHAAT, a UPPH conta com dois Grupos Técnicos: o primeiro aborda a parte de Inventário e Reconhecimento do Patrimônio Cultural e Natural e o segundo, compreende aspectos da Conservação e Restauração de Bens Tombados. Nos dois grupos trabalham profissionais das áreas de arquitetura, história e sociologia (SECRETARIA DA CULTURA DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2012).

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SANTOS (CONDEPASA)

O Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos (CONDEPASA) cuida do tombamento e da preservação dos bens culturais e naturais do município de Santos, litoral de São Paulo. Foi constituído pela Lei nº 753 de 8 de Julho de 1991, segundo a qual prega que compete ao CONDEPASA:

> "I- Definir a política municipal de defesa e proteção do patrimônio cultural e natural compreendendo o histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico, arquivístico, antropológico e genético do município; II- Deliberar sobre o tombamento de bens móveis e imóveis de valor reconhecido para Santos; III- Comunicar o tombamento de bens ao oficial do respectivo Cartório de Registro para a realização dos competentes assentamentos bem como aos órgãos estaduais e federais; IV- Definir a área do entorno do bem tombado a ser controlado por sistemas de ordenações especiais adequadas; V- Promover a estratégia de fiscalização da preservação e do uso dos bens tombados; VI- Adotar as medidas necessárias a que se produzem os efeitos do tombamento; VII- Em caso de excepcional necessidade, deliberar sobre as propostas de revisão do processo de tombamento; VIII- Pleitear benefícios para os proprietários de bens tombados; IX- Opinar sobre planos, projetos e propostas de qualquer espécie referentes à preservação de bens culturais e naturais; X- Manter permanente contato com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais, visando à obtenção de recursos, cooperação técnica e cultural para planejamento das etapas de preservação e revitalização dos bens culturais do Município; XI- Manifestar-se sobre projetos, planos e propostas de construção, conservação, reparação, restauração e demolição, bem como os pedidos de licença para funcionamento de atividades comerciais prestadoras de serviços em imóveis situados em

> local definido como área de preservação e bens culturais e naturais, ouvido o órgão municipal expedidor da respectiva licença; XII- Promover a identificação, o inventário, a conservação, a restauração e a revitalização do patrimônio cultural e natural; XIII- Elaborar o seu Regimento Interno" (PREFEITURA DE SANTOS, 2012).

Assim, como o CONDEPHAAT, apesar de abranger o patrimônio cultural em sua totalidade, o CONDEPASA atua principalmente nas questões de tombamento e restauração. Possui uma característica que o diferencia do outros órgãos estaduais ou municipais deve-se ao fato de constituir no exercício de uma função não remunerada.

Fundação Cultural do Piauí (FUNDAC)

Consta que até 1975 as ações governamentais do Estado do Piauí estavam centralizadas na Secretaria de Cultura do Estado, posteriormente constitui-se como Fundação Cultural do Piauí "com atuação principalmente no resgate das manifestações folclóricas e da memória do Estado [...] em 1997, foi criada a Fundação Estadual de Cultura e do Desporto do Piauí (FUNDEC) e [...] e em 2003, aconteceu a separação das fundações, criando-se então [...] a Fundação Cultural do Piauí (FUNDAC)" cujos objetivos são: Promover, desenvolver e divulgar a cultura do Estado do Piauí (FUNDAC, 2012).

DOCUMENTO – Patrimônio Cultural Ltda

A DOCUMENTO Patrimônio Cultural Ltda é uma empresa brasileira privada especializada em "Programas, Planejamento e Gestão de Patrimônio Cultural. Estabelecida

desde 1987 em São Paulo, a empresa acumulou nos últimos 25 anos vasta e diversificada experiência, além de consolidar uma equipe multidisciplinar altamente qualificada" composta por arqueólogos, historiadores, antropólogos, cientistas sociais e outros (DOCUMENTO Patrimônio Cultural, 2012). A empresa já atuou em mais de 400 projetos na maioria dos estados brasileiros. Sua missão pode ser resumida da seguinte maneira:

> Desenvolver trabalhos de excelência científica na área de Patrimônio Cultural, com ênfase nos aspectos transdisciplinares de sua atuação; Contribuir para a divulgação, valorização e preservação deste patrimônio por meio da sensibilização e participação dos grupos sociais envolvidos, em especial, na valorização de sua diversidade; Aplicar novas tendências e tecnologias para o desenvolvimento de projetos e sua interseção com a sociedade nacional.

Trata-se de uma empresa de Arqueologia Preventiva atuante na socialização do patrimônio arqueológico com *stakeholders*. Dentre as diversas atividades desenvolvidas por ela destacamos o "Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural nas Obras de Implantação do Metropolitano de São Paulo em sua Linha 02/Verde Lote 08 e em sua Linha 04/Amarela" o qual concentrou os resultados não apenas da pesquisa científica entorno do patrimônio arqueológico e histórico como também das dinâmicas de trabalho realizadas para a socialização deste patrimônio com *stakeholders* (DOCUMENTO Patrimônio Arqueológico, 2004). O material de divulgação deste trabalho pode ser adquirido na íntegra através do *site* da empresa, na plataforma arqueo@parque e no Blog da Comunidade (Figura 10).

Seu diferencial pode ser constatado nas variadas formas de democratização das informações técnicas arqueológicas por meio de linguagem clara, layout instigante e comumente adaptada a diferentes faixas etárias como, por exemplo, a Cartilha Patrimonial ou as ferramentas educativas como Jogo dos 5 erros e Pescaria, e também na apresentação de um *site* transparente, constantemente atualizado, interativo e conectado com as principais redes sociais e com canais exclusivos aos *stakeholders* envolvidos nos projetos por meio da

plataforma arqueo@parque (e também para demais interessados em Arqueologia, não necessariamente inseridos em algum projeto articulado pela empresa).

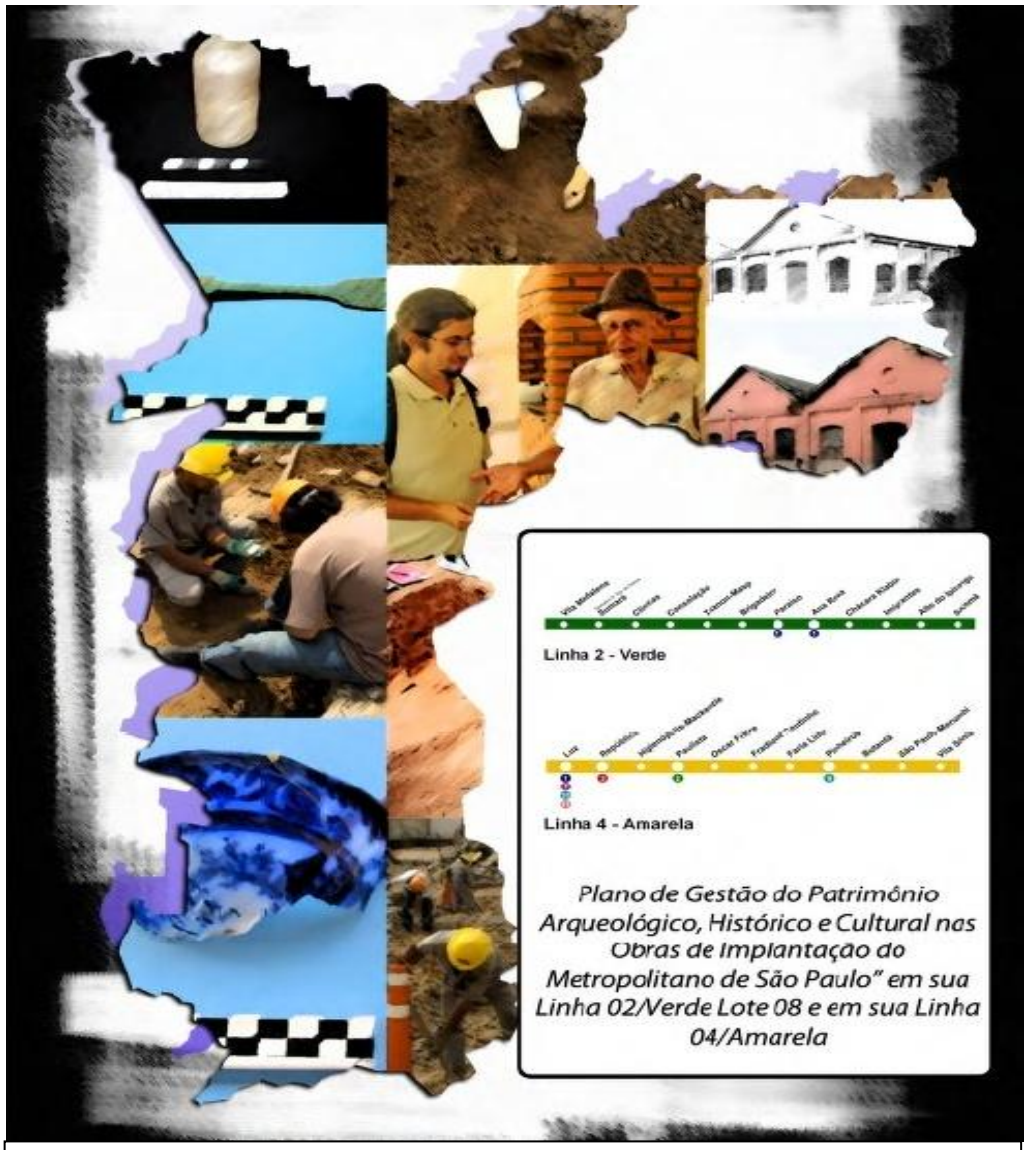


Figura 10 Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural nas Obras de Implantação do Metropolitano de São Paulo
Foto: DOCUMENTO Patrimônio Cultural

O referido *site* disponibiliza ainda uma biblioteca virtual em que podem ser baixadas apresentações, aulas, livros e revistas sobre arqueologia, socialização, patrimônio cultural, educação patrimonial e mesmo trabalhos técnicos realizados pela empresa, demonstrando seu

nível de seriedade, competência e comprometimento com os aspectos do passado no presente e seu engajamento com as partes interessadas. Nele é possível observar outras atividades proferidas com *stakeholders* como oficinas, exposições, eventos acadêmicos como I Semana de Arqueologia da UNICAMP (2013) e IFRAO (2010), entre outros.

No Brasil, as análises das instituições federal (IPHAN), estaduais (CONDEPHAAT – São Paulo e FUNDAC – Piauí), municipal (CONDEPASA – Santos), privada (DOCUMENTO – Patrimônio Cultural Ltda) e entidades científicas (FUMDHAM e USP) possibilitaram constatar que as instituições públicas, especialmente, estadual e municipal têm suas ações condicionadas preferencialmente às fases de tombamento e restauro do patrimônio cultural, privilegiando o aspecto monumental. Os representantes dos governos estaduais e municipais estão em posição excepcional de proximidade para desenvolver ações de socialização do patrimônio arqueológico com *stakeholders*, porém, não o fazem, o RESJE, por exemplo, é tombado como patrimônio nas três instâncias federal, estadual e municipal, no entanto, é a Universidade de São Paulo que cuida da sua gestão, isso se parece, em certo grau, com o que foi descrito sobre a China.

Enfim, neste quesito o mérito deve ser dado a FUMDHAM e a USP (mantenedora do RESJE) que conseguem aproveitar seu posicionamento ímpar para desenvolver ações de socialização do patrimônio arqueológico com *stakeholders*. Outro resultado refletido desta análise concorre justamente ao preconizado por Wichers (2012, p.135) na qual constata o predomínio da Arqueologia Preventiva e Acadêmica na vanguarda dos empreendimentos arqueológicos que avançam determinados pelo modelo de desenvolvimento econômico.

De fato, considera ainda que “nenhuma distinção pode ser feita no nível da substância, isto é, do nível do objeto e do processo do conhecimento. Todas as diferenças incidem, exclusivamente, sobre condições operacionais” (Menezes 1998 apud WICHERS, 2012, p.135) e onde indiscutivelmente, destacamos o trabalho da DOCUMENTO como uma referência nacional, em âmbito, privado, juntamente com os projetos desenvolvidos na Serra da Capivara e no RESJE.

Capítulo 4

Descrição geral do patrimônio arqueológico estrangeiro e nacional

Este capítulo traça um detalhamento do patrimônio arqueológico da Muralha da China e Mausoléu do Imperador *Qin* e o Exército de Guerreiros de Terracota (China), Stonehenge e Muro de Adriano (Reino Unido), Parque Nacional Serra da Capivara e Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos (Brasil).

4.1 Muralha da China

A Muralha da China se estende por colinas, planícies e pelo deserto de Gobi, compreendendo Jiayuguan (Província de Gansu) até a foz do rio Yalujiang (Província de Liaoning). A muralha não é uniforme, em geral possui 7,5 metros de altura por 3,7 metros de largura e a ela integram-se portas de entrada de algumas cidades, torres de observação e vigilância, fortalezas e outras estruturas que serviam como depósito de mantimentos ou munição e até mesmo de abrigo para em média 50 militares.

Foi construída no decorre de várias dinastias para evitar as invasões das tribos nômades do norte, na maioria, mongóis. Durante sua construção até 80% dos operários morriam trabalhando por causa da má alimentação e do frio. Inicialmente atribuiu-se que a Muralha tinha 5 mil km de extensão. Em 2009, novas medições revelaram que ela possuía 8 mil km, mas em 2012 uma pesquisa realizada pela SACH concluiu que, ela mede 8850 km. A

nova metragem feita a partir do uso tecnologias de GPS e infravermelho localizaram algumas áreas que haviam sido ocultadas ao longo do tempo pela ação de tempestades de areia (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS XINHUA, 2012). De acordo com BBC (2009) os especialistas afirmaram que as partes recém-descobertas da muralha foram construídas durante a Dinastia Ming (1368 a 1644) e que as pesquisas também devem mapear seções da muralha construídas durante as dinastias *Qin* (221 a.C a 206 a. C.) e Han (206 a. C. a 94 d. C.).

Ao contrário do que se imagina apenas trechos da Muralha são acessíveis e nem todos são igualmente explorados por meio da atividade turística. A taxa de admissão, custa em média R$ 21,00 (¥ 65) e o teleférico (existente somente nos trechos de Badaling e Mutianyu) é de R$ 13,00 (¥ 40). A Muralha encontra-se dividida em 9 seções.

A seção que mais recebe turistas é a de Pequim que está subdividida em 8 seções: sendo as duas primeiras, as mais visitadas Badaling (Figura 11); Mutianyu; Huanghua Cheng; Simatai, Jinshanling, Jiankou, Juyongguan, Gubeikou e Shuiguan. Na província de Guansu são 7 seções: Dunhuang, Yangguan, Shandan, Jiayuguan, Yumenguan, Juyan e Penhasco da Grande Muralha. No interior da Mongólia a muralha não está divida. Já na província de Hebei são 4 seções: Shanhaiguan; Zijingguan; Xifengkou & Sandaoguan e Zhangjiakou.

Na Região Autônoma de Ningxia a muralha não se apresenta divida em seções. As províncias de Liaoning têm 2 seções: Hushan e Jiumenkou; de Shaanxi, 3: Yulin, Grande Muralha da Dinastia Wei e Zhenbeitai; de Shanxi, 5: Guguan, Niangziguan, Ningwuguan, Pianguan & Pingxingguan e Yanmenguan e Tianjin, 2: Huangyaguan e Taipingzhai.

Constituída, em sua maioria, por pedra, tijolo de barro aquecido a mais de 1000º C em fornos que ficavam até 80 km do muro e cuja argamassa utilizada foi composta por barro e farinha de arroz. No entanto, em certos trechos, como na província de Guansu, a matéria-prima utilizada na sua construção foi areia, resultando atualmente, em locais de pouca visibilidade da muralha já que está constantemente sujeita a processos de erosão. Há trechos com perigo de desabamento e outras partes da muralha estão quebradas em decorrência do furto de tijolos ou mesmo pelo pastoril de ovelhas como é o caso de Shandan (Figura 12) conforme destaca o Guia de Viagem da China (2009).

Figura 11 Muralha da China - trecho Badaling

Foto: Agência de Notícias Xinhua

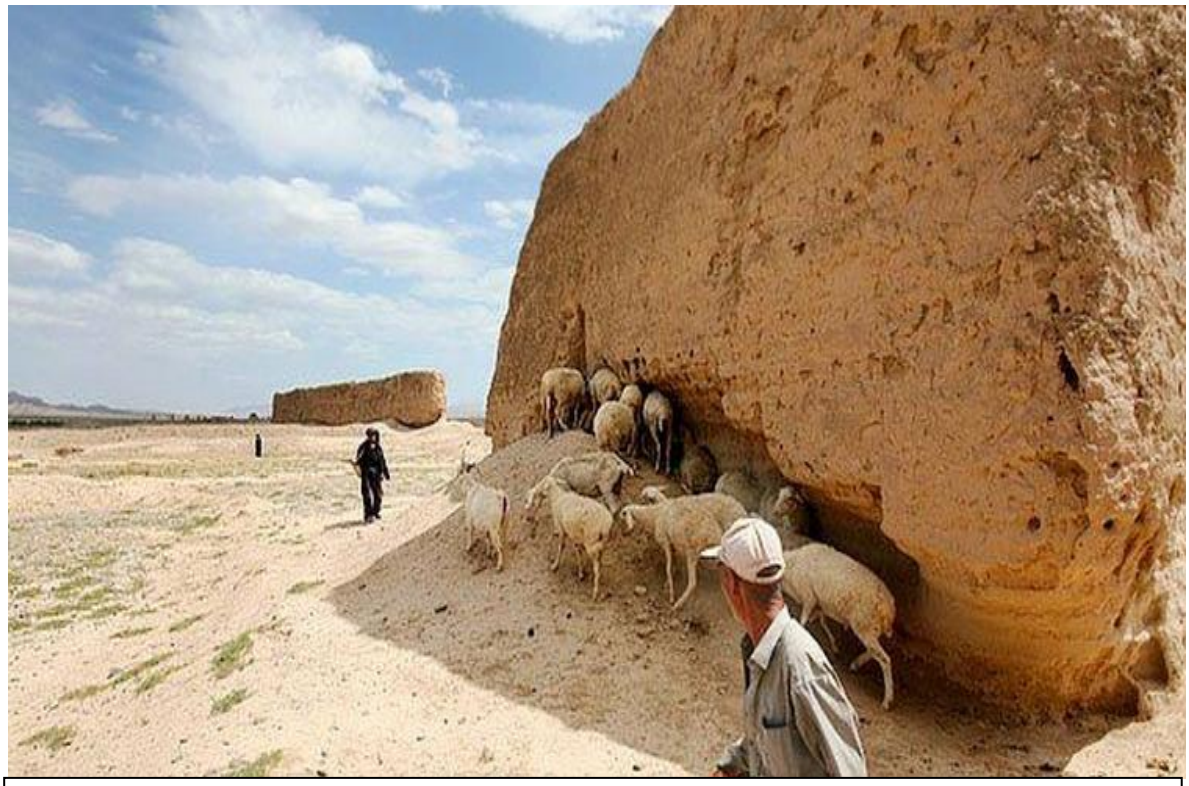


Figura 12 Província de Guansu – Shandan – Ovelhas destroem a Muralha

Foto: Guia de Viagem da China

4.2 Mausoléu do Imperador *Qin* e seu Exército de Guerreiro Terracota

O Mausoléu do Imperador *Qin* e seu Exército de Guerreiro Terracota estão em Xi'an que é a capital política, econômica e cultural da província de Shaanxi, região Noroeste da China, a 1200 km de Pequim. Tem cerca de 8 milhões de habitantes, em uma área total 10,108 km^2. Primeiramente foi denominada Chang'an e constituiu uma das Quatro Grandes Capitais da Antiga China assim como Pequim, Nanjing e Luoyang (GOVERNO MUNICIPAL DE XI'AN, 2011). A cidade foi local de origem, na Rota da Seda, das caravanas que seguiam em direção ao Ocidente para comercialização de produtos como seda, porcelana, chás, metais preciosos, entre outros (ROPP, 2010, p.103).

A descoberta do sítio arqueológico aconteceu por acaso, no ano de 1974 quando camponeses escavavam um poço e se depararam com armas antigas de bronze e fragmentos de cerâmica no solo. O Exército foi encontrado a 1,5 Km do Mausoléu do Imperador *Qin*. *Ying Zheng* (nome original) subiu ao trono aos 13 anos de idade e autoproclamou-se *Qin Shi Huang Di*, o Primeiro Imperador da Dinastia *Qin*.

Qin governou por um breve período, 221-206 BP, no entanto, foi responsável pela unificação de um conjunto de etnias em guerra na China, centralização do poder, padronização de moedas, pesos e medidas além de iniciar a construção da Muralha da China (EBREY, 2010, p.62). Estima-se que 700 mil pessoas, em quase 40 anos, estiveram envolvidas na construção do Mausoléu do Imperador e do seu Exército (SIMA QIAN, 2011).

O Exército foi disposto em posição de batalha, em uma área de 200 mil m^2, em três grandes fossos cujas paredes foram reforçadas com grossas camadas de terra batida e o piso pavimentado com tijolos (Figura 13). Quanto ao alinhamento do Exército, SUN (2009, p.04) o descreve da seguinte maneira:

> O fosso 1 é o maior dos três, acredita-se que representa o centro do exército de *Qin*, composto de soldados de infantaria, oficiais blindados, 4 cavalos e carruagens [...] O fosso 2 é uma construção em

forma de L de 6000 m^2 direcionado para o nordeste do fosso 1, abriga uma cavalaria de 108 pilotos de blindados em pé na frente de seus cavalos, um batalhão de 64 cavalos, 4 carros cada um contendo três cavaleiros, um batalhão de 300 arqueiros e soldados, e uma grande unidade combinada com cerca de 300 cavaleiros, cavalaria e soldados de infantaria. O fosso 3, é o menor e representa a sede do Exército, contendo um carro no centro, 68 oficiais e soldados de costas para as paredes do fosso (SUN, 2009, p.4).

Figura 13 Vista do fosso 1- Centro do Exército

Foto: Fabiana Manzato

Cada guerreiro deste Exército está em tamanho natural, i.e, estudos recentes comprovaram que eles refletem o tamanho físico real da população chinesa daquela época (KOMLOS, 2003). Eles foram elaborados em argila e submetidos a temperaturas superiores a 1000º Celsius. Têm expressões faciais singulares, indumentária e penteado de acordo com a sua patente. Sun (2009, p.5) relata como foram feitas as modelagens dos guerreiros:

> Braços, mãos e cabeças foram feitas em moldes a partir de módulos separados, que então foram unidos aos pés e tronco. Nas etapas finais mais argila era aplicada sobre a superfície das esculturas, para que os artesãos pudessem modelar individualmente os rostos e penteados. Outras partes do corpo, as roupas e as armaduras também foram criadas individualmente (SUN, 2009, p.6).

Os guerreiros foram pintados individualmente, no entanto, a maior parte do colorido foi perdida assim que as estátuas entraram em contato com o ar e a baixa umidade. Mas nos últimos 15 anos um trabalho de conservação vem sendo realizado em cooperação com governo alemão, resultando no uso de técnicas para preservar as cores. Assim, foi possível saber que o verde, vermelho, azul e roxo foram as cores mais utilizadas, enquanto branco e castanho eram menos comuns (MUSÉE DES BEAUX-ARTS DE MONTRÉAL, 2011).

Nos fossos deste sítio arqueológico existem ainda: uma armadura de calcário constituída por 612 placas de calcário amarrados entre si por tiras de cobre, 46 pássaros de bronze em tamanho natural, sendo 20 cisnes, 20 gansos e 6 grous, além de esculturas terracotas de músicos para as horas de lazer do Imperador (SUN, 2009, p.7). Foram encontrados ainda, armas como lanças, arcos, espadas, bem como, cavalos e carruagens em bronze (Figura 14). A taxa de entrada no sítio é de R$ 50 (¥ 150).

Até o momento, cerca de 1900 esculturas foram recuperadas, no entanto, outras 8000 esculturas, objetos e o próprio Mausoléu do Imperador *Qin*, ainda permanecem subterrâneos, intocados a espera de novas tecnologias que auxiliem os trabalhos arqueológicos e de salvaguarda.

As evidências arqueológicas demonstram que o sacrifício humano e animal foi uma prática comum em distintas sociedades, no entanto, essa prática foi se modificando com o decorrer do desenvolvimento sociocultural. Especificamente no caso da China, a prática do sacrifício humano entra em declínio na mesma época em que o território passa a ser unificado, i.e, durante a Dinastia *Qin*, desse modo, as vítimas humanas e animais vão sendo substituídas por figuras ou estátuas, e os objetos que serviram ao falecido também passam a ser substituídos por réplicas do objeto real (OLBERDING e IVANHOE, 2011, p.30).

Figura 14 Cavalos e carruagens em bronze sob duas perspectivas.

Foto: Fabiana Manzato (superior) e News China (inferior)

Kesner (1995, p.116) explica que os chineses acreditavam que a alma era dividida em duas partes: uma ficaria com o corpo, preso na terra, e a outra subiria para o céu depois da morte. Crer nessa idéia é o que elucida a necessidade de que tinham os construtores de túmulo de reproduzir com perfeição o mundo humano. A imitação da realidade era importante para a vida após a morte porque a imortalidade era concebida como a continuação da mesma vida em outro mundo.

Esta explicação é comumente aceita e conseqüentemente, justifica a criação do Mausoléu do Imperador e seu Exército Terracota já que, por exemplo, não seria possível sacrificar um Exército de milhares para que eles fizessem a proteção do Imperador em sua "nova morada" e ainda os descendentes de *Qin* não conseguiriam manter a ordem no império sem esse amparo militar (KESNER, 1995, p.15).

4.3 Stonehenge

Stonehenge situa-se Wiltshire, Salisbury, Inglaterra, Reino Unido, a 137 km de Londres, em um terreno limitado dos dois lados por rodovias muito movimentadas. Ao sul encontra-se a rodovia A303 principal ligação de Londres com o sudoeste da Inglaterra e, ao norte a rodovia A344. Stonehenge está sob tutela do *English Heritage* e em 1986 foi inscrito na lista do patrimônio mundial. A taxa de admissão para adulto R$ 24,00 (8 £), estudantes e idosos R$ 21,60 (7,20 £), crianças de 5 a 15 anos pagam R$ 14,40 (4,80 £), familiar (2 adultos + 3 crianças) R$ 62,40 (20,80 £) e membros associados ao *EH* têm entrada gratuita

De acordo com o Projeto de Consulta do Plano de Gestão de Stonehenge elaborado pelo *English Heritage* (2008, p. 64) o número de visitantes deste patrimônio aumenta a cada ano, por exemplo, em 1920 o local recebeu 20 mil visitantes, em 1951 foram 124 mil, em 1980 um número de 618 mil pessoas visitaram o sítio e em 2007/2008 foram 900 mil visitantes por ano.

O acesso até o monumento se faz através de um túnel por baixo da rodovia A344 e a partir dele os visitantes seguem uma rota que traça um círculo em volta do mesmo. Desde o princípio Stonehenge esteve conectado ao movimento do Sol. As pesquisas arqueológicas revelaram que “foi construído para ser um templo ao Sol e para marcar o solstício de verão e de inverno, no entanto, não foi possível saber ainda quais cerimônias eram celebradas durante as datas especiais” (RICHARD, 2005, p.19).

Em Stonehenge ainda hoje é possível observar muitos dos blocos de pedras que formaram a estrutura do monumento, mas ele nem sempre foi assim. No início não havia pedras, Stonehenge era apenas um recinto com sua área central inclinada rodeada por um fosso. Este recinto foi datado como uma construção de 3000 a.C. e 2920 a.C. De acordo com Richards (2005, p.33) “sabe-se com certeza que este recinto tinha duas entradas, a primeira alinhada com a saída do sol durante o solstício de verão e a outra com pôr-do-sol no solstício de inverno. No entanto, não se sabe que tipo de atividade foi desenvolvida neste recinto”.

Aproximadamente, entre 2900 a.C. e 2600 a.C., foram introduzidos postes de madeiras neste recinto, existiram 56 buracos localizados em intervalos regulares, posteriormente as

pedras foram colocadas nestes buracos que alojavam os postes de madeira. Nada se sabe sobre sua exata função, mas em algum momento do citado período o local tornou-se um lugar de sepultamentos, pois foram encontrados mais de 50 depósitos de ossos humanos incinerados durante as escavações (Richards, 2005, p.34).

Por volta de 2550 a. C. foi introduzido no recinto, um pequeno número de blocos de pedras de arenito, com peso superior a 40 toneladas cada, procedentes de Marborough Downs (região localizada 30 km de Stonehenge) e um grande número de pequenas pedras azuis vindas das colinas de Preseli, em Gales, a 240 km de Stonehenge.

Para responder como estes blocos foram trazidos até Stonehenge Richards (2005, p.9) destaca que se tem mostrado mediante experimentos que "uma equipe com 200 pessoas pode arrastar pedras deste tamanho através de um trenó de madeira simples que se desliza sobre trilhos também de madeira. Assim, levaria uns 12 dias para arrastar uma pedra de Marborough Downs a Stonehenge".

Foram erguidos 4 blocos de pedras de arenito conhecidos atualmente pelo nome de Pedras da Estação e outros 2, dos quais restou apenas 1, sendo denominado de Pedra de Talon. As pedras azuis foram colocadas em uma configuração que não foi possível interpretar.

Uma nova configuração para Stonehenge surgiu entre 2440 a.C. e 2100 a.C. a qual é visível atualmente (Figura 15). A principal mudança foi caracterizada pela introdução de 75 pedras de arenito esculpidas que formaram um grande círculo exterior e uma configuração de ferradura de pedras no interior deste grande círculo. 40 blocos de pedras foram colocados na posição vertical a uma distancia de 1,5 metros uns dos outros e o restante das pedras foi sobreposto às primeiras. Destes blocos "unicamente sobrevivem em pé 17, entre eles um dos maiores com 7,3 metros de altura" (Richards, 2005, p.10).

Em relação à técnica utilizada para se levantar os blocos de pedras destaca-se que:

> As escavações têm mostrado que a maioria das covas que foram encaixados os blocos verticais tem um lado reto e outro inclinado. Parece provável que o método utilizado consistia em deslizar os blocos até as covas, apoiando-os contra o lado inclinado da cova para formar um ângulo. Se tem demonstrado em experimentos que se

sustenta em equilíbrio um bloco de pedra em uma rampa, com um extremo suspenso sobre a cova. Arrastam pedras menores em cima deste bloco até sua extremidade até que fique pesado e tombe. Depois continua-se levantando a pedra até apoiá-la contra o lado reto utilizando cordas feitas com tiras de pele de animais ou fibras vegetais. Finalmente, preenche-se a cova com fragmentos de pedras , calcário, etc até que a pedra firmemente se encaixe na terra. Para elevar as pedras na horizontal se tem demonstrado através de experimentos que é possível arrastar a pedra subindo-a por um plano inclinado feito de terra ou madeira, ou elevar as pedras em uma plataforma com madeiras conectadas entre si. Os extremos se elevam alternadamente através de uma alavanca. A medida que se alcance um extremo se introduzem postes de madeira de apoio e vão levantando (RICHARDS, 2005, p.12).

Figura 15 Stonehenge

Foto: Fabiana Manzato

A fase final de construção de Stonehenge ocorreu entre 2280 a.C. e 1930 a.C. onde foram colocadas 60 pedras azuis em um círculo situado dentro do círculo exterior de pedras de arenito e concêntrico ao mesmo. Dentro do monumento em forma de ferradura foram colocadas pedras azuis para compor um formato oval.

De acordo com Richard (2005, p.40) em meados de 1600 a.C. Stonehenge passou por mais algumas mudanças e não se sabe como ou por que passou a ser utilizado como templo até 43 BF. Neste mesmo período apareceram os primeiros assentamentos no entorno de Stonehenge, quase nada se sabe, apenas que em 645 BF, foi enterrado ali um homem que havia sido decapitado, uma execução criminal, e dado a este fato foi então, que surgiu o nome Stonehenge – Stone = pedra e henge = forca/enforcamento.

Durante a Idade Média várias tentativas foram feitas com intuito de adivinhar a data de construção e a finalidade de Stonehenge, entre as mais famosas esta a de Geoffrey de Monmouth que declarou em sua História dos Reis da Grã-Bretanha que Stonehenge era um monumento construído em memória a uma batalha entre saxões e bretões que havia sido transportado para a planície de Salisbury pelo mago Merlin.

4.4 Muro de Adriano

O Muro de Adriano, declarado Patrimônio Mundial em 1987, situa-se ao norte da Inglaterra, Reino Unido, cortando o território de uma costa a outra, mais especificamente de Segedunum em Wallsend sobre o rio Tyne até a praia do Solway, totalizando uma extensão de 117 km de comprimento.

Começou a ser construído no início do século II d.C. sob as ordens do imperador Adriano e foi concluído após seis anos e esteve ocupado por pelo menos 300 anos. A taxa de admissão tem pequenas variações de um sítio para outro, mas em média: adulto R$ 15,00 (5 £), estudantes e idosos R$ 12,00 (4 £), crianças de 5 a 15 anos pagam R$ 10,50 (3,5 £) e

familiar (2 adultos + 2 crianças) R$39,00 (13 £) e membros associados ao *EH* têm entrada gratuita.

Entre os objetivos de sua construção destacam-se: separar os romanos dos bárbaros, um controle de fronteira em que os impostos foram recolhidos de pessoas que entram no Império Romano a partir do norte, como uma afirmação decisiva do limite do império, defesa militar e, além disso, o muro pode ter ajudado a criar idéias de nação Inglesa, concentrando a atenção sobre a monumentalidade desta fronteira física (HINGLEY, 2008).

A construção do Muro de Adriano foi um grande feito de engenharia sendo associados a ele os fortes, torres de observação, obras de terraplanagem, postos de guarda, pontos de passagens, residências militares, assentamentos civis e parques (BREEZE, 2009, p.4).

Atualmente, o muro foi dividido em três seções para a visitação.

A seção 1- abrange Newcastle a Hexham possui os seguintes remanescentes: Arbeia Forte Romano e Museu, Segedunum Forte Romano, Casas de Banho e Museu, o Grande Museu do Norte, Corbridge Cidade Romana e Chesters Forte Romano.

A Seção 2 – abrange Hexam a Brampton possui os seguintes remanescentes: Chesters Forte Romano, Housesteads Forte Romano, Nacional Parque Northumberland, Museu Romano de Armas, Vindolanda Romana, Birdoswald Forte Romano. Esta seção é a que contém a maior parte de remanescente do muro. E a Seção 3 – abrange Brampton a Ravenglass possui os seguintes remanescentes: Birdoswald Forte Romano, Tulie House Museu e Galeria de Arte e Ravenglass Casa de Banho Romano.

- **Arbeia Forte Romano e Museu** têm a área escavada mais extensamente, possui uma base militar, reconstruções do Portão Oeste, quartéis e Casa do Comandante, seu museu abriga material de todos os fortes ao longo da fronteira (Figura 16).

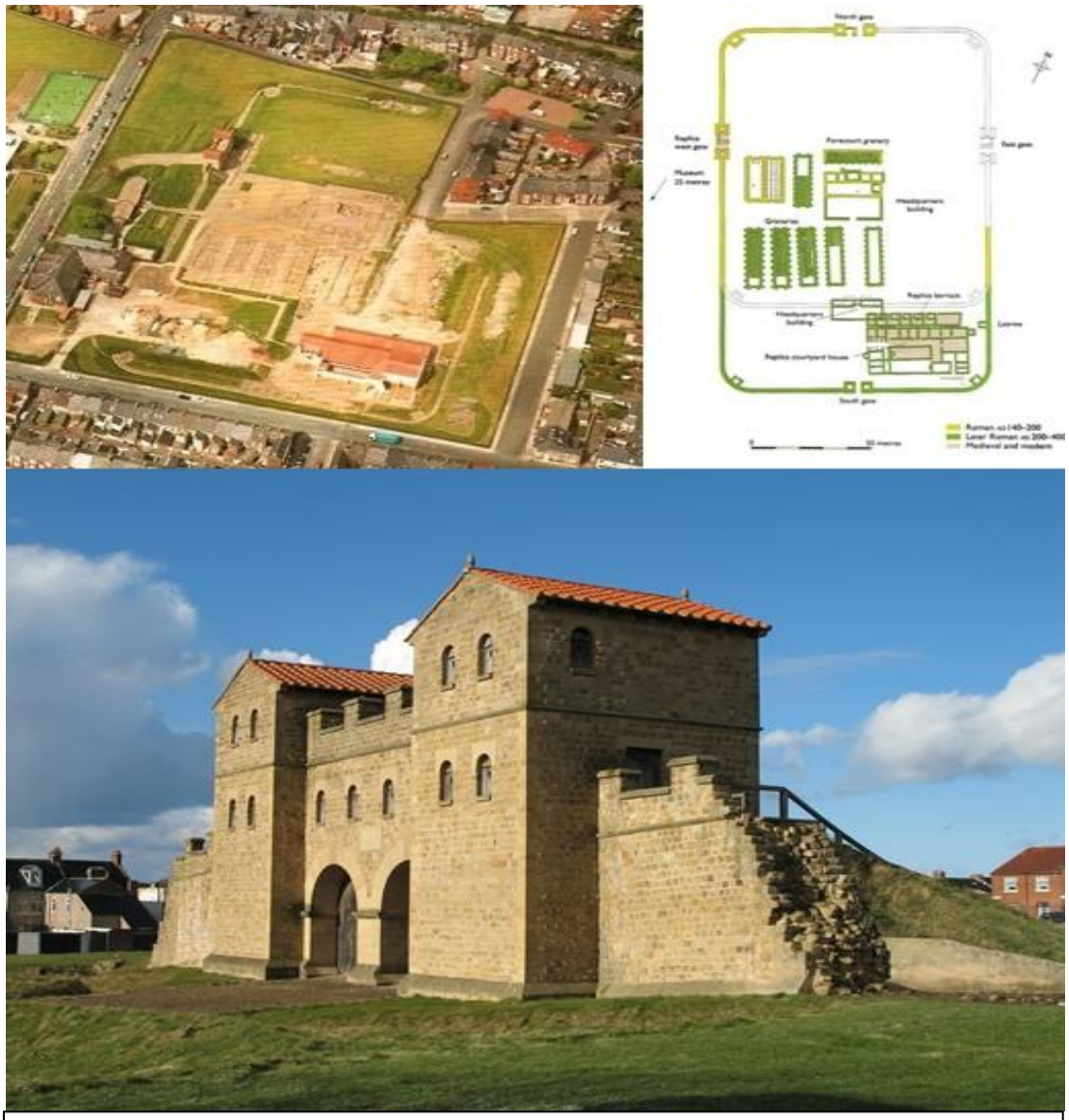


Figura 16 – Parte superior: vista aérea e representação do Forte
Fonte: English Heritage.
Parte inferior: Réplica do portão do Forte
Foto: Fabiana Manzato

- **Segedunum Forte Romano, Casas de Banho e Museu** localizado às margens do Rio Tyne, possui os remanescentes de um forte e uma casa de banho reconstruída com base nas pesquisas arqueológicas realizadas em Chesters (Figura 17).

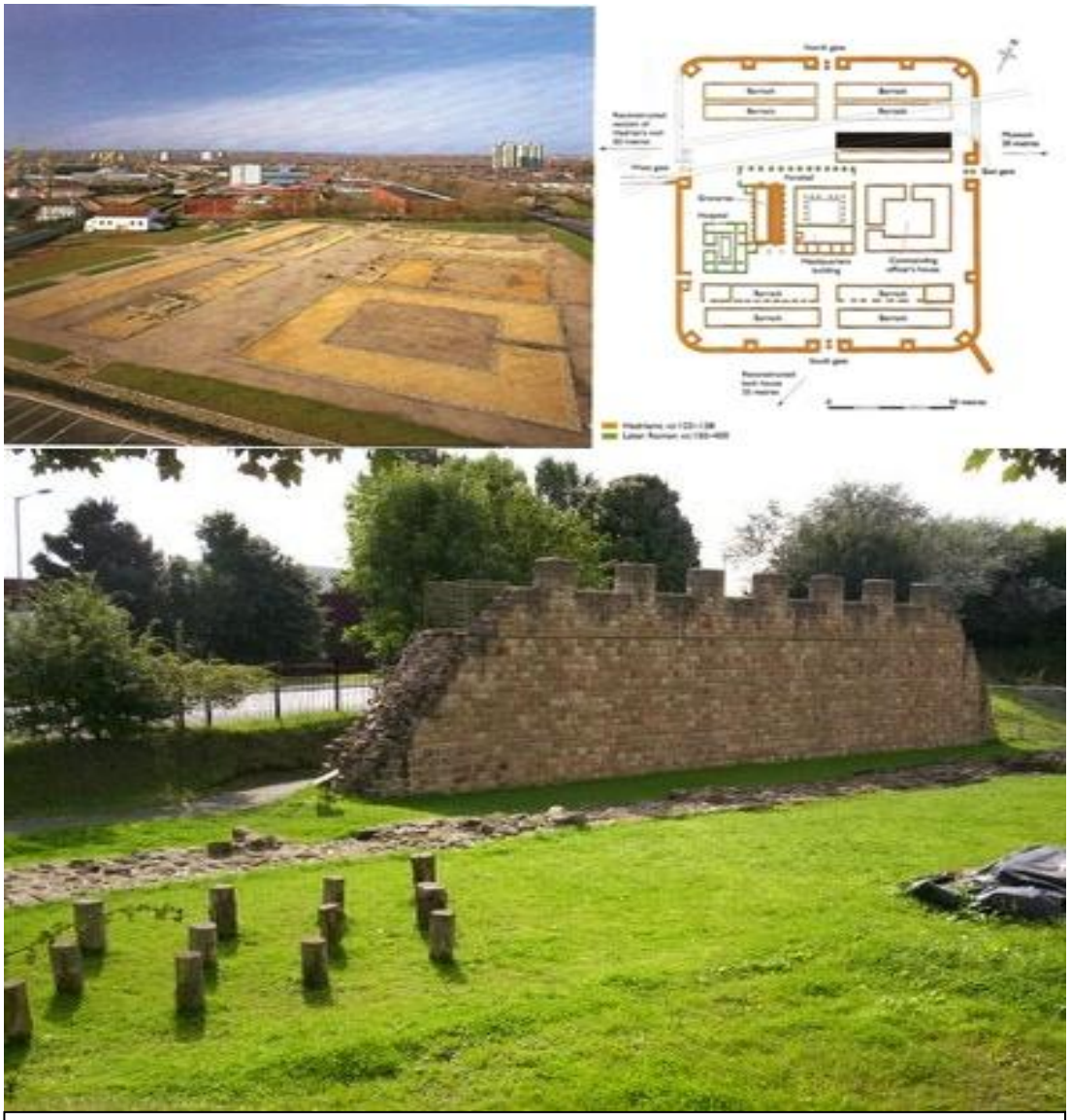


Figura 17 Parte superior: vista aérea e representação do Forte
Fonte: English Heritage.
Parte inferior: Parte remanescente do Forte
Foto: English Heritage

- **Corbridge Cidade Romana** trata-se de uma guarnição crucialmente posicionada na cidade e que mais tarde tornou-se uma vila civil (Figura 18).

Figura 18 Parte superior: vista aérea e representação da cidade romana
Fonte: English Heritage.
Parte inferior: Avenida Principal
Foto: English Heritage

- **Chesters Forte Romano** Remanescentes do forte da cavalaria, com casa de banho militar (Figura 19)

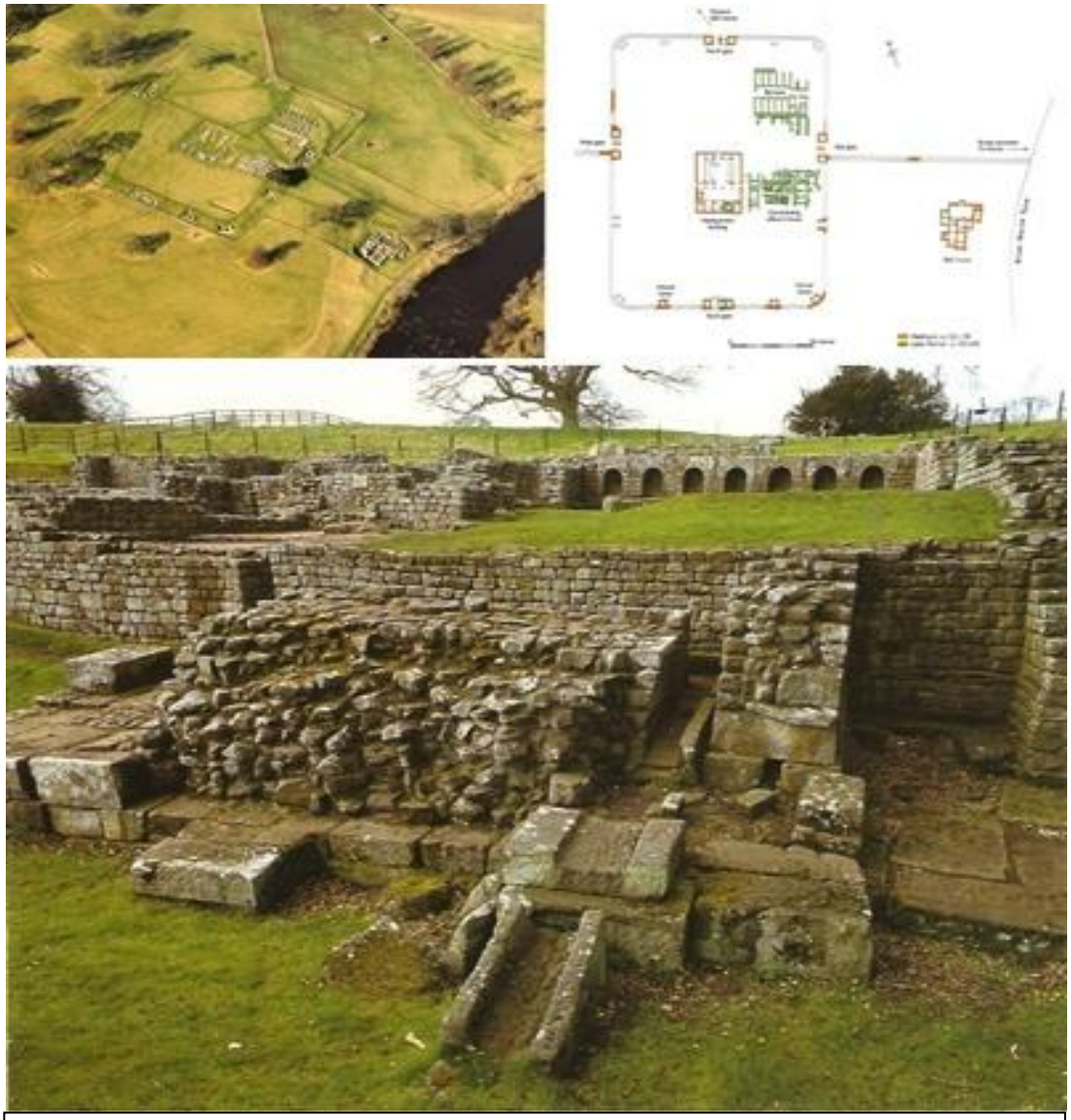


Figura 19 Parte superior: vista aérea e representação do Forte
Fonte: English Heritage.
Parte inferior: Casa de banho
Foto: Fabiana Manzato

- **Housesteads Forte Romano** é a fortificação romana melhor preservada, ali existem remanescentes do portão norte e sul, casa do comandante, edifício sede, hospital, casa dos soldados e grande trecho visível do muro (Figura 20).

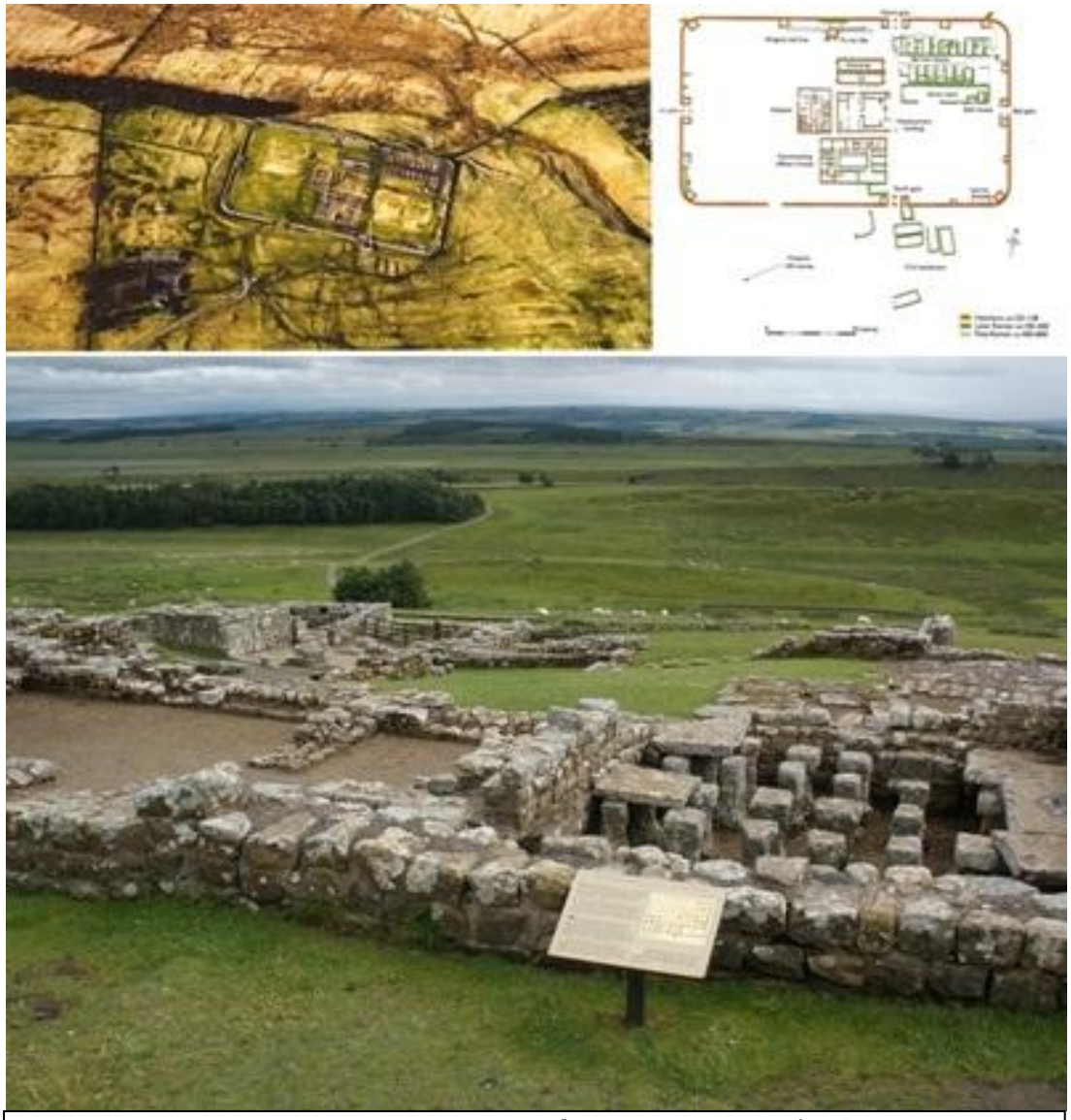


Figura 20 Parte superior: vista aérea e representação do Forte
Fonte: English Heritage.
Parte inferior: Casa do Comandante
Foto: Fabiana Manzato

- **Vindolanda Romana** fortaleza e cidade romana, jardins, templo e casas (Figura 21).

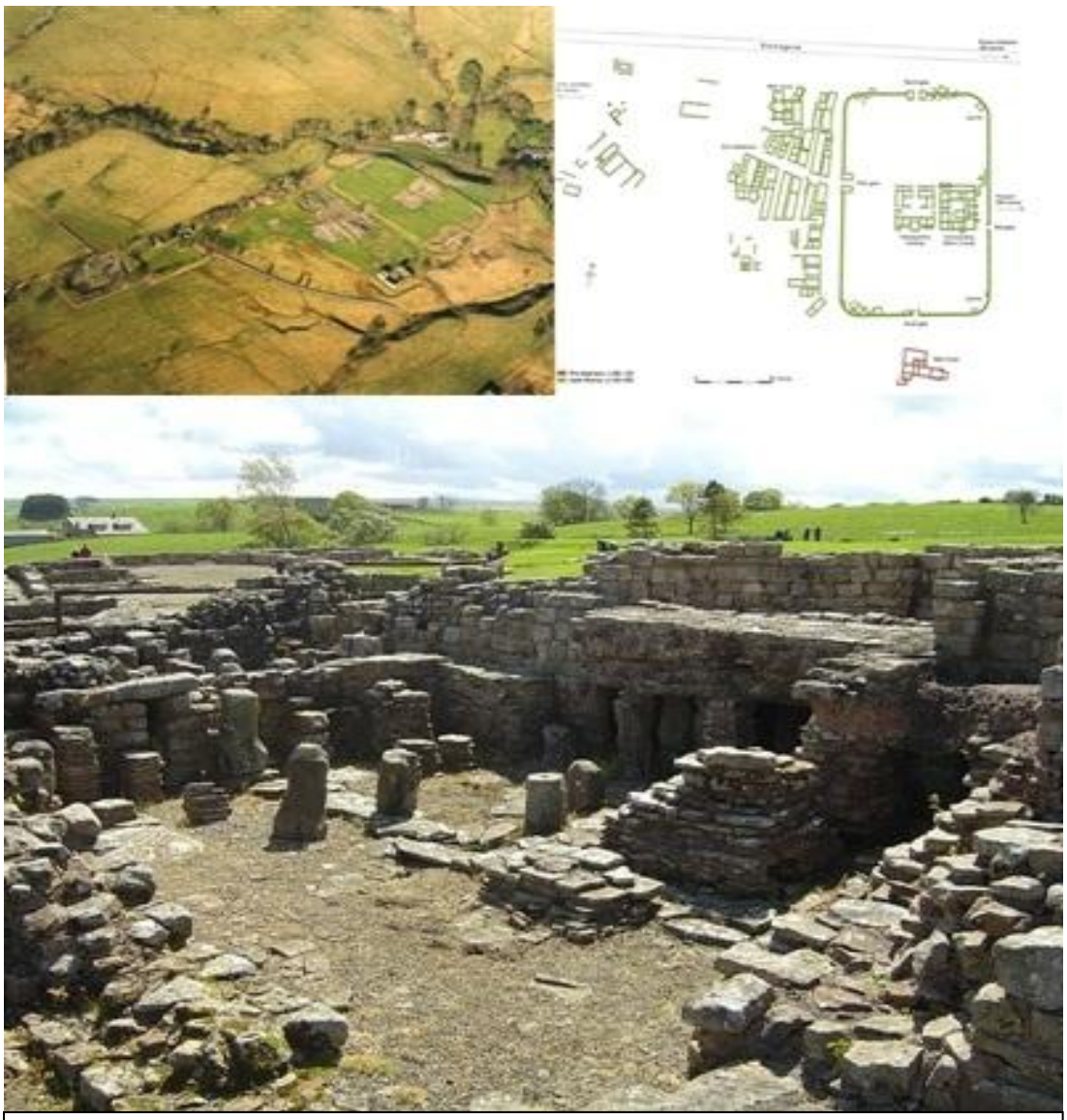


Figura 21 Parte superior: vista aérea e representação da vila romana
Fonte: English Heritage.
Parte inferior: Casa de banho militar
Foto: Fabiana Manzato

- **Birdoswald Forte Romano** remanescentes de uma torre de observação e postos de guarda (Figura 22).

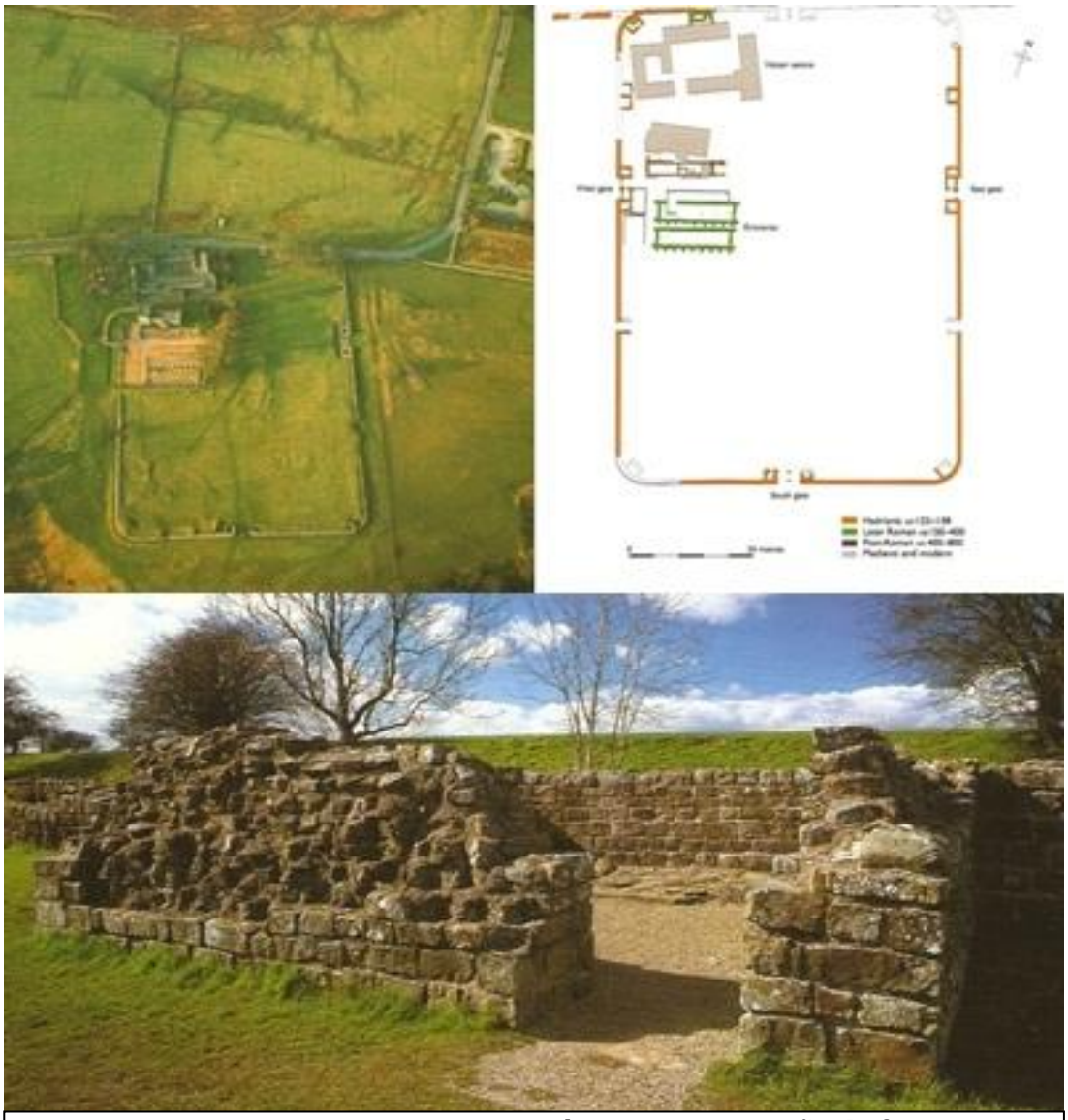


Figura 22 Parte superior: vista aérea e representação do forte
Fonte: English Heritage.
Parte inferior: parede remanescente da última torre da Muralha
Foto: English Heritage

4.5 Parque Nacional Serra da Capivara

O Parque Nacional Serra da Capivara (Parna-SC) está localizado no Sudeste do Estado do Piauí, região Nordeste do Brasil, a aproximadamente 530 km de distância de Teresina e ocupa uma área total de 214 km entre os municípios de São Raimundo Nonato, João Costa, Brejo do Piauí e Coronel José Dias. O Parque foi criado em 1979 e, no ano de 1991, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) declarou o local como Patrimônio Mundial da Humanidade, durante a 15ª reunião do Comitê do Patrimônio Mundial, em Cartago (Tunísia).

Na região do Parque foram cadastrados 1223 sítios com arte rupestre, porém, dentro do Parna-SC existem "680 sítios [arqueológicos], dos quais 600 são de pinturas e/ou gravuras rupestres. Sessenta e três sítios são aldeias, oficinas líticas e alguns já são do período histórico. Estes números não são definitivos, pois continuamente são descobertos novos sítios no Parque e na sua aérea de entorno" (FUMDHAM, 2011).

O Parna-SC encontra-se vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do IBAMA, ao ICMBio e a FUMDHAM. Quando o parque foi criado em 1979, lamentavelmente, permaneceu vulnerável por mais de dez anos devido à falta de recursos financeiros que deveriam ter sido repassados pelo IBAMA. Conseqüentemente, o local foi alvo de agressões que desequilibraram o ecossistema e contribuíram para a destruição dos sítios arqueológicos e pinturas.

> A destruição da flora por incêndios afetou peças de arte, e a caça comercial extinguiu avestruzes, cervos e outros animais. A falta de controle e vigilância efetiva permitiu que as populações locais devastassem as áreas biológicas e o patrimônio cultural com caçadas, desmatamentos, destruição das abelhas selvagens, capina de terrenos no interior do Parna-SC para cultivos e exploração de uma região rica em sítios arqueológicos e paleontológicos (TRESSERRAS, 2009, p.43).

Nesse meio tempo, foi criada a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) no município de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí. “Trata-se de uma entidade científica, filantrópica, sociedade civil (OSCIP), sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública estadual e federal e cadastrada no Conselho Nacional de Assistência Social”. A Fundação está vinculada a instituições dos governos federal, estadual e municipal e foi resultado de uma cooperação científica bi-nacional, entre a França e o Brasil, em 1986, coordenado pela arqueóloga Dra Niède Guidon (FUMDHAM, 2011).

Entre os objetivos da FUMDHAM estão: defender os patrimônios cultural e natural da região do Parna-SC e área do entorno; realizar pesquisas interdisciplinares, expondo as coleções no Museu do Homem Americano; desenvolver ações de divulgação científica e constituir um pólo de atração cultural; formar pessoal de nível técnico-profissional; contribuir para a formação básica dos habitantes da área de proteção ambiental do Parna-SC; realizar convênios com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, visando a obtenção de recursos financeiros; propor ações de desenvolvimento econômico da região por meio de melhorais na qualidade de vida da comunidade local e inseri-las em atividades ligadas direta e indiretamente ao turismo (TRESSERRAS, 2009, p.39).

Atualmente, o Parque conta com os recursos fixos da Petrobrás captados a partir da Lei Rouanet[10], no entanto, existem doações eventuais como a do Grupo Abengoa, Embratel, Telemar, BNDES, Volkswagen, Chesf, Vale do Rio Doce, Instituto Ayrton Senna, Correios e algumas instituições bancárias como o Bradesco, Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, além das contribuições esporádicas, do Ministério da Cultura e do Ministério do Meio Ambiente. De acordo com Guidon (2011, informação verbal) “hoje o Parna-SC tem 160 funcionários mas o ideal seria que tivesse pelo menos 400”.

Os recursos captados possibilitam a continuidade dos projetos de pesquisas existentes, conservação e manutenção de acervos, dos sítios com arte rupestre, das edificações, instalações, equipamentos, estradas e trilhas. Existe ainda o salvamento de animais silvestres

[10] De acordo com o Portal Brasil, do Governo Federal (2011) a Lei Rouanet é uma Lei de Incentivo à Cultura, conhecida por sua política de incentivos fiscais. Esse mecanismo possibilita que cidadãos (pessoa física) e empresas (pessoa jurídica) apliquem parte do Imposto de Renda devido em ações culturais. Assim, além de ter benefícios fiscais sobre o valor do incentivo, esses apoiadores fortalecem iniciativas culturais que não se enquadram em programas do Ministério da Cultura (MinC).

doentes ou machucados por caçadores, ou filhotes cujas mães foram mortas (FUMDHAM, 2010, p.6).

Em 2009, 105 sítios arqueológicos estavam abertos para visitação turística (TRESSERRAS, 2009, p.47). Entretanto, esse número teve um aumento significativo em 2010, totalizando 170 sítios visitáveis, dos quais 16 estão adaptados para o acesso de pessoas com dificuldade de locomoção (Figura 23), destacando-se ainda que o sítio mais visitado, o Boqueirão da Pedra Furada, já está adequado para realizar visitações noturnas e conta com espetáculo de Som e Luz.

Figura 23 Sítio Boqueirão da Pedra Furada - Visitação acessível

Foto: FUMDHAM

O Parna – SC recebe visitantes o ano todo, das 6:00 às 18:00 horas, mediante a contratação obrigatória de um guia (R$ 75,00). Cada guia acompanha até 10 pessoas e sua contratação pode ser feita nos hotéis, agência de viagens ou na entrada do parque. Essa obrigatoriedade deve-se ao fato de que em 1992 quando o Parna-SC foi aberto para a visitação

pública, infelizmente, um dos visitantes pichou um dos painéis de pinturas “fulano esteve aqui”. Depois deste calamitoso evento não foi mais autorizado à entrada de pessoas desacompanhadas de guias. O valor do ingresso que permite o acesso ao parque é de R$ 10,00 (entrada inteira) e R$ 5,00 (meia entrada).

No Parna-SC e aérea de entorno foram construídas 30 guaritas, das quais 9 possibilitam o acesso turístico. Todas elas mantêm comunicação via rádio, com a sede da fundação e com o ICMBio. A infra-estrutura local é digna de elogios e pode ser pontuada da seguinte maneira: um Centro de Visitantes com auditório, sala de exposição, loja de souvenir, banheiros e lanchonete. As placas de sinalização além de objetivas são decoradas com motivos rupestres, as áreas de descanso e de piquenique são agradáveis e as trilhas para tráfego de veículos e pedestres estão em ótimas condições.

Situação completamente diferente incide nas estradas que dão acesso a região. Pode-se afirmar que elas estão em péssimas condições ou são inexistentes em vários trechos. Há somente uma empresa de ônibus que faz o percurso de Petrolina/São Raimundo Nonato/Petrolina, uma vez ao dia, todos os dias da semana. Apesar dos 530 km de distância, o que torna a viagem cansativa são os intermináveis trancos e solavancos sentidos por todo caminho, decorrentes das crateras que engolem qualquer veículo que passe por lá. É uma missão impossível o tráfego de carros que não tenham tração 4x4. Não é a toa que a Dra Niède Guidon enfatiza tanto a necessidade de um aeroporto na cidade.

Retomando as informações pertinentes ao Parna–SC, em alguns sítios foi possível observar a existência de cisternas rústicas ou “caldeirões” para a captação e armazenamento de água no período das chuvas, na falta desta, caminhões pipas abastecem os reservatórios. Consta que a medida foi adotada para “minimizar os efeitos da desertificação e da destruição de parte do corredor ecológico entre o Parna-SC e o a Serra das Confusões, sobre a fauna da região” já que antes da ocupação territorial entre os dois Parques “nos meses de seca, todos os animais do Parna-SC migravam para a Serra das Confusões, então coberta por Mata Atlântica e onde os rios e lagos nunca secavam. Hoje, essa migração é impossível, o homem ocupou todo o território e os animais que saem do Parque, são mortos” (FUMDHAM, 2011).

A pré-história da região e a validação de uma teoria

A região do Parna – SC, entre 440 e 360 milhões de anos atrás, esteve coberta pelo mar. Entre 225-210 milhões de anos passou por um grande movimento tectônico que culminou no levantamento do fundo do mar criando, conseqüentemente, a serra formada por rochas sedimentares, arenitos e conglomerados. Durante milhões de anos as ações erosivas das chuvas e ventos foram moldando a paisagem. Paisagem esta que ultimamente tem sido revelada como cenário de sucessivas ocupações humanas que contrariam a tradicional datação norte-americana sobre o início do povoamento das Américas.

Essa tradicional datação profere que uma corrente migratória aconteceu por terra firme, através do estreito de Bering que há 15 mil anos atrás, durante uma glaciação que uniu o continente asiático, atual região da Mongólia ao Alasca. No entanto, as pesquisas realizadas no Parna-SC, desde a década de 70, permitiram a descoberta de fogueiras estruturadas e uma grande quantidade de artefatos que ao serem analisados e datados revelam "dados irrefutáveis [que] comprovam que as primeiras migrações para a América ocorreram em épocas que devem se situar entre 130.000 e 100.000 anos BP" (GUIDON et al, 2000, p.82).

Em entrevista publicada pela Revista Pesquisa da FAPESP, em 2011, Niède Guidon afirma que "o homem veio da África, navegando de ilha em ilha, aproveitando-se de momentos em que o mar estava bem mais baixo do que hoje. A navegação é muito mais antiga do que se pensa [...] não acredito que o Homo sapiens colonizou as Américas pelo estreito de Bering" (PIVETTA, 2011, p.23).

Os resultados sobre as pesquisas realizadas no Parna-SC foram questionadas por alguns membros da comunidade científica americana, entre eles, Meltzer, Adovasio e Dillehay, em publicação na Revista Antiquity, no ano de 1994. Eles tentaram invalidar os resultados obtidos na datação da fogueira, julgando que a mesma apresentava uma cronologia muito antiga para se referir a um evento característico da América do Sul, alegando que os fragmentos avaliados eram na verdade fogos naturais de florestas.

> Em resposta a eles, e outros os possíveis céticos e partidários das teorias conservadoras, Guidon et al (1996) e, Parenti, Fontugne e Guérin (1996) rebateram as críticas. Posteriormente, também foram levantadas questões sobre a autenticidade, qualidade e a natureza das peças líticas encontradas no Boqueirão da Pedra Furada, onde "alguns colegas americanos disseram que as pedras lascadas encontradas não eram feitas pelo homem, mas seriam simplesmente, seixos que teriam caído do alto da cuesta, e se fragmentados naturalmente". Prontamente, os artefatos lascados foram enviados para o Prof. Robson Bonnichsen da Texas A & M University, que as analisou e, no fim de 2004, mandou-nos os resultados das macro-fotos e seu diagnóstico que afirmava que os artefatos haviam sido fabricados e utilizados pelo Homem (GUIDON, 2005).

Mais tarde, em 2006, surgiram novas confirmações sobre a datação de 100 mil anos BP para o sítio Boqueirão da Pedra Furada. Dessa vez, segundo Angelo (2006) a validação dos resultados foi sustentada através da análise da cadeia operatória dos artefatos, desenvolvida por Eric Boëda, um dos maiores especialistas do mundo em tecnologia lítica (de pedra) pré-histórica. Guidon (2006, p.381) recomenda a leitura sobre os resultados de escavações em outros países, realizadas paralelamente aos trabalhos na Serra da Capivara, como, por exemplo, sobre as descobertas feitas no México, no sítio Topper no sul da costa atlântica dos USA, em Monteverde, enfatizando sugerindo que os colegas americanos, que ainda não aceitavam nossas descobertas, estão tendo que refletir! (GUIDON, 2005).

Pinturas Rupestres: breve panorama das tradições

Como foi dito anteriormente, existem 1223 sítios cadastrados com arte rupestre no Parque e área de entorno. Essas pinturas são mais um testemunho da ocupação humana, assim como, os artefatos de pedra, fragmentos de cerâmica, entre outros. Através delas é possível observar as transformações dos grupos que habitaram a região, alguns aspectos do seu

cotidiano, representações de suas crenças, caças, habilidades e sexualidade, igualmente, informações relativas à fauna e flora daquele período, portanto, “as imagens antigas que temos hoje são fragmentos de uma velha história” (LEAKEY, 1997, p. 103).

A arte rupestre está presente nos paredões, cavernas e abrigos do Parna-SC e caracteriza-se por apresentar desenhos com linhas simples, traços firmes e elementos geométricos. Guidon (2011, informação verbal) é categórica ao afirmar que a ocupação da região foi feita por pequenos grupos que certamente não passaram por necessidades como fome ou seca porque as pinturas em momento algum demonstram cenas de infelicidade ou estresse (Figura 24).

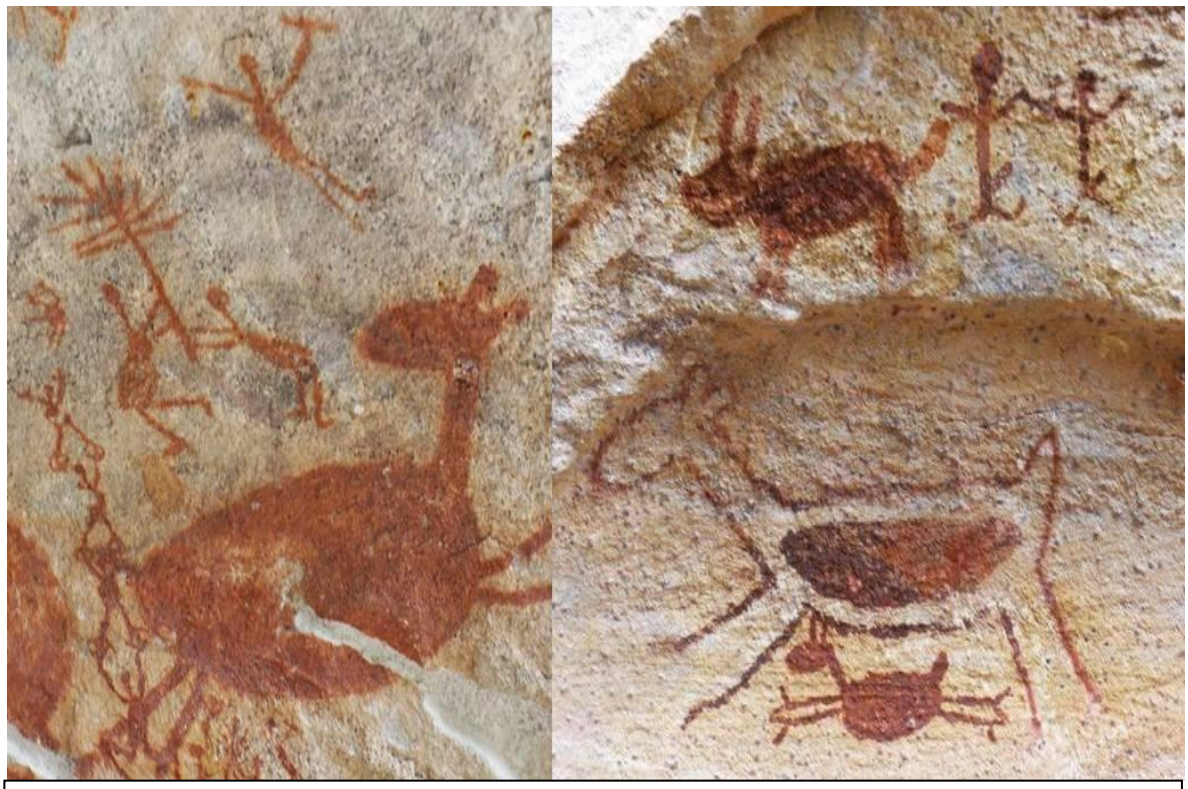


Figura 24 Pinturas Rupestres do Parna - SC

Foto: Fabiana Manzato

De acordo com a FUMDHAM (2011), na área do Parna-SC predomina a tradição Nordeste de pintura rupestre. “Ela é caracterizada pela presença de grafismos reconhecíveis (figuras humanas, animais, plantas e objetos) e de grafismos puros, os quais não podem ser

identificados. Estas figuras são, muitas vezes, dispostas de modo a representar ações, cujo tema é, às vezes, reconhecível" destaca-se ainda que "algumas representações humanas são apresentadas revestidas de atributos culturais, tais como enfeites de cabeça, objetos cerimoniais nas mãos".

> Quatro temas principais aparecem durante os seis mil anos atestados de existência desta tradição: dança, práticas sexuais, caça e manifestações rituais em torno de uma árvore. São também freqüentes as composições gráficas representando ações identificáveis, mas cujo tema não podemos reconhecer; um exemplo deste caso é uma composição na qual uma série de figuras humanas parecem dispostas umas sobre os ombros das outras formando uma pirâmide, que faz evocar uma representação acrobática. Outro tipo de composição gráfica, que se acha com freqüência é designada como composição emblemática. Trata-se de figuras dispostas de maneira típica, com posturas e gestos de pouca complexidade gráfica, mas que se repetem sistematicamente. Uma das composições emblemáticas desta tradição representa duas figuras humanas, colocadas costa contra costa e freqüentemente acompanhadas de um grafismo puro (FUMDHAM, 2011).

Já a tradição Agreste se diferencia pela predominância de grafismos reconhecíveis de figuras humanas, sendo raros os desenhos de animais ou objetos. A representação de uma cena que expressa ação é incomum e quando presente retrata unicamente o momento da caça, no entanto, a arte rupestre está estática, não expressa movimento nem dinamismo.

> A técnica de desenho e de pintura da tradição Agreste são de má qualidade, os desenhos são canhestros e não permitem, na maioria dos casos, a identificação das espécies animais. O tratamento da figura é limitado e de péssima feição [...] Os estudos sobre esta tradição são,

> porém, ainda pouco desenvolvidos para que se possa ser mais preciso. Pode-se, entretanto, afirmar a existência de duas modalidades estilísticas que variam tanto na técnica utilizada como nas temáticas graficamente representadas. Uma classe incluiria as pinturas cujas características são as típicas da classe feitas de maneira grosseira, de grande tamanho, sem preocupação pela delineação da figura e com um preenchimento realizado negligentemente, mas cobrindo extensas superfícies. Outra modalidade da tradição Agreste que poderia constituir outra classe incluiria as figuras que são de menor tamanho, mas sempre maiores que as da tradição Nordeste, feitas com maior cuidado e com um preenchimento mais controlado e cuja tinta escorreu menos. [...] Não se conhece até agora o foco de origem da Tradição Agreste. Na área do Parque Nacional ela se encontra associada a uma indústria lítica grosseira, de técnica pouco aprimorada e que utiliza como matéria prima, prioritariamente, quartzo e quartzito (FUMDHAM, 2011).

Degradação e Destruição da Arte Rupestre

As pinturas e gravuras rupestres, ao seu modo, traduzem as necessidades, perspectivas e experiências dos seres humanos de distintas épocas. Devem ser preservadas como um documento autêntico e único já que são testemunhos de um sistema simbólico de uma sociedade extinta. No entanto, em alguns casos, a arte rupestre foi executada em superfícies rochosas ao ar livre, como é característico no Parna-SC e permanecem sujeitas a fatores antrópicos e naturais que podem resultar na sua degradação e, em casos mais extremos, na sua destruição, ocasionado assim, um processo de perda patrimonial irreversível.

> As agressões antrópicas são aqueles estragos provocados pela ação humana como, por exemplo, as queimadas, provocadas por moradores dos assentamentos no entorno do parque, por vezes se alastram pelos sítios provocando o superaquecimento das rochas e acabaram atingindo as pinturas. Quando a rocha sofre variação de temperatura ela se dilata (aquecimento) ou se contrai (resfriamento), de tal modo que essa dinâmica resulta na sua fragmentação ou desagregação. A ação do fogo produz fuligens que encobrem a superfície pintada. Existem também as agressões causadas pelos caçadores da região que atiram nas pinturas rupestres simplesmente pela prática criminosa de vandalismo (GUIDON, 2011).

Outro fator de degradação das pinturas está diretamente ligado às intempéries como é o caso da ação das águas das chuvas, do sol e do vento. Os esclarecimentos podem ser acompanhados nos Relatórios Anuais da FUMDHAM (2008, p.23) que apontam as seguintes situações:

> O sol superaquece o suporte rochoso e transforma a água intersticial em vapor que exercerá forte pressão interna provocando o aparecimento de fissuras e desplacamentos no suporte das pinturas. A água porque tanto pode agir na solubilização ou no arraste de pigmentos pré-históricos, quanto nos sais insolúveis e nos solúveis, que findam por desagregar o cimento rochoso que sustenta a rocha. O vento funciona como um meio de transporte de sedimentos, contribuindo com a deposição de micro partículas sobre os grafismos, que aos poucos se solidificam através do processo de cristalização de sais, criando uma camada espessa sobre as pinturas, podendo com isto levar ao desaparecimento das mesmas (FUMDHAM, 2008, p.23).

Estão inclusos também nessa relação de causadores de danos, os insetos, especificamente no caso do parque, a vespa conhecida como “Maria Pobre” e os cupins que para Lage, Borges e Rocha JR (2004/2005, p. 15) “constroem ninhos muitas vezes sobre as pinturas. Esses ninhos são feitos com argila, restos vegetais e saliva animal. Com o passar do tempo esses ninhos petrificam e recobrem definitivamente painéis com pinturas”.

> Os fungos contribuem igualmente com as perdas já que são seres que dependem de matéria orgânica e de umidade para se desenvolverem, e seu potencial de destruição ocorre sobre as rochas porque “devido principalmente à sua morfologia (na fase vegetativa as hifas dos fungos filamentosos podem penetrar até 4mm na rocha) e à produção de ácidos orgânicos que possuem um alto poder deteriorante das rochas. Além da deterioração, os fungos produzem importantes alterações estéticas sobre a parede rochosa” (LAGE, BORGES e ROCHA JR, 2004/2005, p.13).

O depósito mineral ou eflorescência salina “ocorre quando a rocha perde água de composição com a evaporação, pois essa água migra e arrasta os sais para a superfície, onde se depositam, cobrindo as pinturas e provocando a destruição da parede pintada”. Esses depósitos salinos também “podem resultar da água da chuva, que escorre do alto da parede e arrasta consigo sais solúveis ou insolúveis, pois ao evaporar deposita esses compostos na superfície rochosa” (CAVALCANTE et al, 2008, p.48).

E finalmente, o Mocó (*Kerodon rupestris*), um pequeno mamífero roedor que vive em bandos. Eles procuram os abrigos rochosos para se alojarem e ali depositam suas fezes e urinas que sobrepostas dão a impressão de que os paredões foram revestidos por piche.

4.6 Monumento Nacional Ruínas do Engenho São Jorge dos Erasmos

O Monumento Nacional Ruínas do Engenho São Jorge dos Erasmos (RESJE) ocupa uma área de 4000 m^2, na Zona Noroeste de Santos, litoral do Estado de São Paulo (Figura 25). Devido sua relevância patrimonial o engenho foi tombado pela União, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (Processo 678-T, Inscrição 360, Livro Histórico, fl. 59, 2/julho/1963), pelo Estado de São Paulo, Conselho e Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT (Processo 326/73) e pelo Município de Santos, Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos - CONDEPASA (Processo 16731, Inscrição sete, Livro 1, fl. 2, Resolução 1/90).

Figura 25 Estruturas remanescentes do antigo Engenho dos Erasmos

Foto: Fabiana Manzato

No início do século XVI, Portugal (por meio de suas colônias) era o maior produtor de cana-de-açúcar. “As perspectivas em torno do crescente comércio de açúcar na Europa estimularam os investimentos privados na instalação de engenhos no Brasil e [...] ao exigir populações permanentes de colonos e escravos, diretamente envolvidas na exploração agrária [...] a instalação do engenho no Brasil influiu, portanto, na própria dinâmica de povoamento” (CORDEIRO, 2007, p.17).

O engenho foi construído aproximadamente no ano de 1534 a partir da iniciativa de Martim Afonso de Souza e pode ser considerado como o pioneiro da indústria açucareira no Brasil. Posteriormente, torna-se propriedade de Erasmos Schetz por meio de sociedade estabelecida com Martim Afonso. Essa sociedade foi mantida até meados de 1540 quando então, Schetz passou a ter posse exclusiva do engenho.

O lugar escolhido para a instalação do engenho apresentava todos os atributos necessários para seu funcionamento, tais como, “a proximidade da água, recurso em abundancia disponível tanto para se mover o motor da moenda, quanto para o transporte de carga entre o engenho e o porto, pois o próprio rio são Jorge serviu como via principal para isso” (CORDEIRO, 2007, p.56).

O funcionamento do Engenho exigia muitos trabalhadores “e as primeiras tentativas para atrair a colaboração indígena através de alianças e da própria miscigenação, revelaram-se insuficientes para suprir a demanda de trabalho nos engenhos” (CORDEIRO, 2007, p.18). Sem conseguir incorporar os indígenas ao funcionamento do engenho, a solução foi escravizá-los, e conseqüentemente, eclodiram conflitos que resultaram no massacre indígena e na sua substituição pela mão-de-obra africana.

Esse engenho “produziu cana para a exportação, além de rapadura e aguardente para consumo interno até o século XVIII” (MEURS, 1990). Consta que ali havia unidades administrativas e residenciais, incluindo-se também as dependências dos escravos (indígenas e africanos), uma pequena capela, cemitério, entre outros. A documentação escrita revela que existiu no engenho:

> uma casa muito grande com seis laços, uma senzala com ferraria provida de baluartes e ainda duas casas cobertas de telhas, muito boas e fortes [...] todas estas casas se erguem numa altura e todas juntas e próximas de maneira que nenhuma fazenda seja tão forte para os contrários (STOLS,1968).

Entre 1593 e 1612, os herdeiros de Schetz fizeram várias tentativas para vender o engenho, ambas sem sucesso. Neste período a família escreveu cartas aos jesuítas do Brasil pedindo-lhes informações sobre uma nova tentativa de venda. Mas ao que tudo indica o jesuíta Jerônimo Leitão vendeu o engenho em seu próprio benefício. Assim, iniciou-se uma disputa judicial em São Vicente entre os descendentes de Schetz e os jesuítas. No entanto, a decisão final é desconhecida (MEURS, 1991, p.90).

O engenho foi parcialmente destruído em 1591 (MARQUES, 1879 apud MEURS 1990, p.347), em 1615 (FRANCO, 1940, p.65) e pouco se sabe até 1930, onde foram furtados partes das paredes remanescentes e telhas coloniais. Somente em 1943, o terreno foi adquirido por Otavio Ribeiro Araujo, que o loteou, e depois, em 1958, doou a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (ANDREATTA, 1999, p.31).

As pesquisas no engenho tiveram início em 1996, com a arqueóloga Margarida Andreatta, do Museu Paulista. As prospecções arqueológicas realizadas no local evidenciaram estruturas remanescentes tais como seteira, fossos, calçada de pedras assim como e foram encontrados 1734 vestígios arqueológicos como fragmentos cerâmicos, restos de louça, faiança, vidro e metal (ANDREATTA, 1999, p.34).

Capítulo 5

Socialização do Patrimônio Arqueológico Estrangeiro e Nacional

Este capítulo versa sobre o envolvimento das partes interessadas com o patrimônio arqueológico da Muralha da China e Mausoléu do Imperador *Qin* e do Exército de Guerreiros de Terracota (China), de Stonehenge e do Muro de Adriano (Reino Unido), e do Parque Nacional Serra da Capivara e Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos (Brasil).

5.1 Patrimônio Arqueológico Chinês

Após estas considerações, pode-se dizer que a socialização do patrimônio arqueológico – das relíquias culturais, na China por meio do engajamento com as partes interessadas tem apenas caráter informativo e raro são os momentos de participação da comunidade na tomada de decisões. No caso da Muralha a participação da população local acontece por meio da operação de pequenas empresas de hospedagens e restaurantes familiares, com a venda de bebidas (exclusivo para pessoas com idade igual ou superior a 55 anos – cujo nível de educação normalmente é menor), venda de souvenir e serviços de transporte como foi constatado em pesquisa sobre a Participação Comunitária desenvolvida por Su e Wall (2012, p.03).

O mesmo pode ser aferido ao Mausoléu do Imperador *Qin* e seu Exército de Guerreiros Terracota, com a nítida diferença inspirada no interesse do governo central em socializar parte do patrimônio nacional em âmbito estrangeiro, onde exemplares de guerreiros

terracota viajam compondo exposições pelo mundo como aconteceu, na Oca do Parque Ibirapuera, em São Paulo, no ano de 2003 que recebeu 817.782 pessoas (FOLHA DE SÃO PAULO, 2003, p.29).

Ou ainda, na Inglaterra, em 2008, a exposição foi exibida no Museu Britânico atraindo "mais de 850.000 pessoas e muitas outras tiveram que ser afastadas, apesar dos horários terem sido estendidos até meia-noite" (WHITWORTH, 2008, p.37). Na Austrália, em 2010, a exposição aconteceu na Galeria de Artes de New South Wales, em Sydney e recebeu "mais de 300.000 visitantes" (ABC NEWS, 2010). No Canadá, em Janeiro de 2011, 355.196 pessoas visitaram o Real Ontario Museum (ROM) para ver O Imperador e seu Exército de Guerreiros Terracota da China (CBC NEWS, 2011).

Visitando a exposição (e depois pelo *site*) ou mesmo estando no sítio, qualquer pessoa pode adquirir réplicas de diferentes tamanhos dos Guerreiros de Terracota os quais são confeccionados seguindo as mesmas técnicas utilizadas na fabricação dos originais. Tais réplicas são acessíveis para os mais variados gostos e bolsos e, eles ainda podem conter as feições do rosto do comprador (Figura 26).

No que tange a socialização do patrimônio na China, alguns outros exemplos podem elucidar a descentralização do poder do Estado para a municipalidade, é o caso do Templo de Gualin ou ainda o poder exercido pelo próprio governo local, como no Palácio Mu, no entanto, a participação da comunidade não é levada em consideração na tomada de decisões em torno do seu patrimônio. Há outros casos em que a participação da comunidade foi forjada, como se deu na reconstrução do Pagode Leifeng. Mas existe também o outro lado da moeda, i.e, quando a comunidade local não faz questão de se engajar com seu patrimônio (por desinteresse ou desconhecimento) como ocorreu com as estátuas de Longmen.

Municipalidade e Governo Local

Com uma população de 6.549.486 pessoas, o município de Luoyang, província de Henan, resguarda o Templo de Gualin cujo excepcional valor histórico e religioso o tornou auto-suficiente, em decorrência do elevado número de visitantes e turistas que recebe. Aproveitando-se destas circunstâncias, o governo municipal decidiu revitalizar a praça

adjacente a entrada do templo por meio de um empréstimo bancário, no entanto, todo o custo foi cobrado do Templo que "nunca" será capaz de pagar a dívida governamental contraída **(**ZAN e BARALDI, 2012, p.456-481).

Figura 26 Guerreiros com o rosto do visitante

Foto: Fabiana Manzato

- **Governo Local e População Local Naxi**

A cidade de Lijiang, no noroeste da província de Yunnan, tem 1.244.769 de habitantes. É destacado aqui para ilustrar a disputa entre o governo local e os residentes do grupo étnico Naxi em torno do patrimônio cultural denominado Palácio Mu. De acordo com Su (2011, p.1119) o patrimônio é descrito como "inventado na medida em que o palácio original desapareceu devido às guerras e movimentos políticos antes de meados dos anos 1970, e foi completamente reconstruído quando o turismo de Lijiang cresceu depois de 1996".

Su (2011, p.1126) acrescenta ainda que o Palácio Mu foi inventado pelo Estado como um holofote para ser "um dos meios simbólicos pelos quais as elites locais dominantes interpretam a cultura e etnia Naxi, é como se Palácio Mu fornecesse uma evidência tangível da excelência do grupo étnico Naxi outrora marginalizado na China.

Contudo, as elites locais dominantes não conseguiram fazer com que os moradores da cidade se identificassem com o patrimônio inventado. Para Su (2011, p.1127) a falha decorreu de vários aspectos: primeiro, os moradores tinham consciência de que o Palácio Mu original não poderia ter sido tão magnífico como a versão reconstruída por causa da limitação dos recursos econômicos e tecnológicos no passado; em um segundo momento os moradores começaram a expressar sua raiva contra o governo local, por causa da exorbitante porcentagem de dinheiro desviada (para a construção do palácio) a partir dos U$ 7 milhões que os Estados Unidos enviaram para a reparação e reabilitação das casas em Lijiang depois do terremoto de 1996.

Além disso, houve ainda a demolição de 36 unidades habitacionais de valor patrimonial para a ampliação da aérea do palácio. Su (2011, p.1128) ressalta que os entrevistados durante sua pesquisa, realizada entre 12/2005 e 7/007, jamais visitaram o Palácio Mu, porque eles o consideram um produto turístico, sem qualquer conexão social ou histórica, para eles é nítido que o governo local quer ganhar dinheiro com o clã morto e defendem que o novo Palácio não tem caráter cultural e é uma entidade vazia.

Governo Provincial e População Local

Na província de Hangzhou o impasse é em torno da reconstrução do Pagode Leifeng, um antigo templo. O governo provincial realizou uma consulta pública, por meio de votação, onde os moradores foram convidados a decidir sobre qual dos dois modelos de pagode assumiria o lugar do antigo. O resultado demonstrou a preferência da comunidade pelo modelo tradicional porque o moderno não se encaixava nas lendas românticas sobre o pagode, quebrando dessa forma sua identificação com o mesmo. Na prática, porém, a opinião da comunidade foi ignorada por discordar da intenção do governo provincial que estava claramente centrado na promoção desenvolvimento econômico relacionado do turismo (WANG e BRAMWELL, 2012, p.988-998).

Governo Central e Governo Local

No caso de Luoyang, na província de Henan, cuja população é de 6.549.486 habitantes, as grutas de Longmen e suas esculturas de pedra calcária com tamanhos variam de 25 milímetros a 17 metros são datadas 493 a.C.e estiveram abandonadas até o final do século XIX. Wang (2010, p.125) destaca que “a elite chinesa teve pouco interesse nas grutas e estátuas de Longmen e muito menos em sua arte budista”. Estimulados pelo governo central, um conjunto complexo de agências locais, nacionais e internacionais e atores em níveis governamentais e não-governamental formaram uma aliança híbrida destinadas a conservar e reabilitar o sítio. Além disso, estas organizações combinaram seus recursos para mobilizar orgulho pelo patrimônio.

A estatal chinesa foi a força motriz por trás do processo de "re-internacionalização" por meio da campanha pela nomeação das Grutas para o Patrimônio Mundial da UNESCO. O maior desafio para a nomeação Longmen era a sua infra-estrutura precária e ambiente dilapidado, para tanto, a união dos governos contribui para proteger a propriedade Longmen de veículos a motor através da realocação de duas rodovias, cento e vinte lojas e seiscentas bancas de ambulantes foram transferidas, e mais de noventa edifícios irregulares foram demolidos e fábricas poluentes foram fechadas ou transferidas de Longmen. Além disso, o governo compensou setecentas e dezesseis famílias que precisaram ser realocados. Conexões entre as ONGs e outros grupos ativistas mostraram que a participação do público pode ser mais do que mera fachada. (WANG, 2010, p.123-147).

5.2 Patrimônio Arqueológico Inglês

Durante anos, Stonehenge foi acessível apenas a pesquisadores. Há 10 anos *EH* tem permitido o acesso do público dentro do círculo quatro vezes ao ano para celebrar os solstícios de verão (21 de junho) e de inverno (21 ou 22 de dezembro) e os equinócios de primavera (20 de março) e de outono (24 de Setembro). A data preferida pelos ingleses é o solstício de verão, o dia mais longo do ano que atraiu cerca de 17 mil pessoas em 2011 de acordo com BBC NEWS (2011) mas, de acordo com *EH* (2012), outros anos como 2003 e 2008, receberam 30 mil visitantes em cada ano (Figura 27).

Figura 27 Solstício em Stonehenge

Foto: The Guardian

Vários projetos estão sendo realizados em Stonehenge, entre os quais se destaca a *Stonehenge Riverside Project (SRP)*, liderado por Mike Parker Pearson, da Universidade de Sheffield, com apoio da *National Geographic Society*, que desde 2003 vem realizando uma

série de escavações em Stonehenge e área de entorno, além de produzirem documentários para televisão (ALEXANDER, 2008, p.40).

Em 2008, *SRP* identificou cerca de 50 sepultamentos em Stonehenge. Pitts (2009, p.193) destaca que as escavação foram acompanhadas por druidas e pagãos e, que houve um barulhento impasse entre eles e os arqueólogos que, mesmo tentando explicar a finalidade do trabalho foram chamados de ladrões de cemitério que deveriam cavar suas avós.

Mediando a situação, *EH* e *NT* determinaram que as trincheiras do *SRP* fossem reduzidas significativamente em vista do que havia sido previsto e que os arqueólogos não poderiam escavar um túmulo aberto no século XVII (PITTS, 2009, p.193). O mesmo autor lamenta essas atitudes que refletem o mal-entendido sobre a natureza da pesquisa arqueológica e destaca que

> Sim, a escavação perturba e remove os depósitos que investiga. Mas ela também transforma e cria. Mesmo a escavação de má qualidade (como a maioria dos trabalhos que ocorreram em Stonehenge até este século) cria mais do que destrói - nas amostras e registros, informações, histórias, inspiração e perguntas, e estas coisas continuam a funcionar ao longo das gerações, tocando especialistas e o público (PITTS, 2009, p.194).

Frente a estas e outras manifestações, foram iniciadas consultas públicas e o envolvimento de *stakeholders* aos projetos arqueológicos previstos. Entre os meses de Julho e Outubro de 2008 realizou-se uma consulta pública que procurou opiniões e comentários sobre possíveis melhorias a serem realizadas em Stonehenge. No total, 886 respostas foram recebidas - 582 relacionadas com a melhoria ambiental e 304 para alterações nem seu Plano de Gestão. Dentre os principais pontos a serem revistos estão: as instalações para os visitantes que atualmente são muito básicas e pequenas, não existindo espaço suficiente para exposições que expliquem as características deste sítio, propostas para construir um túnel que permitirá a rodovia A303 passar ao redor da área arqueológica e fechamento da rodovia A344. (RICHARDS, 2005, p.48).

A gama de materiais de consulta deu origem a uma cartilha que foi entregue para mais de 14 mil famílias na vizinhança, desenvolvido um site em http://www.stonehengeconsultation.org e realizaram-se exposições públicas Mesbury, Salisbury e Londres.

Field et al (2010) elaboraram o Projeto Paisagem Stonehenge cujo principal objetivo foi fornecer dados atualizados sobre as expectativas dos visitantes visando melhorias a serem implantadas a tempo para as Olimpíada de 2012. Também foram realizadas fotografia aérea e geofísica para produzir uma nova compreensão da Arqueologia de superfície.

Quanto ao Muro de Adriano, de acordo com Hingley (2008), "nos últimos 150 anos, seções extensas do muro foram escavados, consolidados e exibidos para o público. Hoje, a parede atrai um grande número de acadêmicos, artistas, fotógrafos, escritores, andadores e famílias". Tão grandioso monumento é gerido por várias organizações, como autoridades públicas e privadas nacionais como *English Heritage, National Trust, Trust Vindolanda, Hadrian Wall Heritage Ltd*, Parques Nacionais e também por pequenos proprietários de empresas ou agricultores.

Em 2003, 776 mil pessoas visitaram o Muro de Adriano (Figura 28). Neste mesmo ano Economics Research Associates liderou uma equipe de consultores para avaliar o potencial do Muro de Adriano a fim de apoiar a regeneração do Norte da Inglaterra através do crescimento das receitas de turismo, oferecer uma nova visão sobre o Muro de Adriano e atrair novos visitantes para a região. Foram feitos levantamentos sobre o perfil do visitante, tempo de estada, local de origem, pontos positivos e negativos, motivação da viagem, tipo de transporte utilizado, expectativas e hospitalidade.

Os resultados desta pesquisa apontaram as seguintes situações: O padrão de interpretação dos locais é vista como pobre, com pouco esforço para ligar os sítios dentro de um contexto maior da história do muro; As pessoas viajam por até duas horas do seu local de residência o que caracteriza a predominância de um público regional; O comprimento físico do muro afeta o potencial de visitas porque os principais sítios estão geograficamente desconectados uns dos outros, assim, dificilmente ocorre visita em mais de um sitio por viagem; O fato dos sítios serem gerenciados por diferentes instituições faz com que cada um

tenha seu próprio estilo de apresentação e qualidade da interpretação e os tornam concorrentes uns dos outros, ao invés de parceiros; Há também a necessidade de desenvolver infra-estrutura de apoio ao visitante como lanchonetes, ciclovias, sinalizações.

Figura 28 Momentos de descontração no Muro de Adriano

Foto: (esq.) Fabiana Manzato (dir.) *EH*

O Patrimônio Muro de Adriano Ltda – *Hadrian's Wall Heritage Ltd* (*HWHL*) foi criada em 2006, após um Estudo que identificou que Patrimônio Mundial não estava contribuindo para o desenvolvimento econômico local e regional ao longo do muro. Desde então, *HWHL* (2011, p.4) discorre que busca facilitar parceiras, desenvolver infra-estrutura, melhorar a experiência interpretativa, coordenar a gestão e conservação do patrimônio e promover o envolvimento da comunidade.

> Em vez de simplesmente proporcionar uma interpretação responsiva aos visitantes em nossas galerias e museus com evidências arqueológicas, nós queremos fazer uma interpretação que se estenda

> para a vida cotidiana, se envolva com o público e tenha repercussões sobre as percepções da vida em uma fronteira e como isso reflete a mundo moderno (*HWHL*, 2011, p.8).

HWHL foi responsável pela coordenação e entrega de melhores práticas de planejamento estratégico a partir de dois importantes documentos: o Quadro de Interpretação do Muro de Adriano[11], elaborado em 2011 e Plano de Gestão do Muro de Adriano 2008-2014[12], disponibilizado a partir de 2009.

O quadro de interpretação é uma peça chave para desenvolver uma abordagem inovadora de planejamento interpretativo dentro de um contexto de múltiplas responsabilidades para o cuidado, apresentação, gestão, turismo e desenvolvimento econômico para as aéreas ao longo do muro e, seu sucesso a longo prazo é diretamente dependente o engajamento com *stakeholders* (*HWHL*, 2011, p.7).

HWHL investiu £ 26 milhões em projetos ao longo do muro e espera um adicional de £46 milhões de receita gerada pelo visitante em 2015, com mais de mil empregos adicionais e o nível total de receita esperada até 2029 poderão ser trazidos para mais de £1 bilhão por ano, conforme previsão enunciada na Revisão Anual de 2010/2011 (*HWHL*, 2011, p.6). Os projetos contemplaram: fóruns e oficinas de educação, dia do prestador de serviços (que permitiu a reunião de todos os parceiros para celebrarem suas experiências), escavações arqueológicas, abertura de museus e galerias, encenação do espetáculo som e luz denominado Todos ao longo do Muro – *All Along the Wall*, abertura de museus e galerias, treinamento de guias locais, desenvolvimento da marca para a comercialização de produtos locais (que também poderão chegar a públicos internacionais por meio da Internet), criação dos Amigos do Muro de Adriano (cuja finalidade é atrair regularmente fundos em troca de benefícios), entre outros.

---

[11] Para acesso ao documento na íntegra acesse http://www.hadrianswallheritage.co.uk/page.aspx//World-Heritage-Site-Projects/Hadrian's-Wall-Interpretation-Framework

[12] A versão na íntegra pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico http://www.hadrianswallheritage.co.uk/page.aspx//Managing-the-World-Heritage-Site/Management-Plan

5.3 Patrimônio Arqueológico Brasileiro

A proposta desenvolvida pela arqueóloga Niède Guidon por meio da FUMDHAM, para a socialização do patrimônio arqueológico no Parque Nacional Serra da Capivara (Parna-SC) consistiu em proporcionar melhorias na qualidade de vida das comunidades residentes nos municípios citados anteriormente, as quais se encontravam abaixo da linha de pobreza. Várias ações foram executadas neste sentido para que então, finalmente, fosse posto em prática o processo de integração e conscientização da população sobre a sua importância no processo de preservação e manutenção dos sítios arqueológicos e pinturas rupestres do Parna-SC.

Abre-se parêntesis aqui para relatar que esta foi à proposta encontrada por Niède Guidon. Visto que, talvez, quando aplicada em outras comunidades poderia não surtir o efeito esperado já que cada uma responderá segundo suas tradições culturais, crenças, etc.

A proposta desenvolvida pela arqueóloga Niède Guidon e pela FUMDHAM, para a socialização do patrimônio arqueológico consistiu em proporcionar melhorias na qualidade de vida das comunidades residentes nos municípios que abrangem o Parna – SC e sua área de entorno. As ações desenvolvidas abarcaram as seguintes áreas: educação, higiene e saúde pública; desenvolvimento econômico, social e ecológico auto-sustentável, criação de novas frentes de trabalho através da criação de cooperativas (produção de mel, cerâmica e objetos artesanais).

O Museu do Homem Americano foi criado em 1994 para preservar e constituir as exposições fundamentadas pelas pesquisas realizadas a mais de 30 anos no Parna-SC e área de entorno. O local é acessível para pessoas com mobilidade reduzida e conta com tecnologia de última geração como ferramenta para favorecer o processo de interpretação patrimonial e paleontológico. Possui biblioteca, gabinete para pesquisadores, laboratórios, espaço para atividade artísticas e auditório. É a sede da FUMDHAM. De acordo com Guidon (2011, informação verbal) a exposição é atualizada a cada três ou quatro anos a fim de inserir mais resultados das pesquisas em andamento.

A Fundação foi responsável pela criação de Centros Comunitários que inicialmente foram financiados pelo governo italiano com o objetivo de promover melhorias na educação, formação de pequenas unidades produtivas e consolidação do artesanato. As atividades educativas abrangeram o público infantil, de 5 escolas que funcionavam em período integral, oferecendo as disciplinas tradicionais e do mesmo modo, aulas de música, artesanato, entre outros. Após o término do período de convênio, o governo brasileiro ficou incumbido de dar seqüência ao projeto e prover sua manutenção. Mas o que restou dos últimos três anos foram apenas duas escolas que funcionam duas horas por dia (GUIDON, 2011, informação verbal).

De modo geral, a FUMDHAM impulsionou o desenvolvimento rural comunitário através de cooperativas de apicultura, cerâmica e artesanato. A produção e a comercialização de mel tiveram início em 1995 e um dos objetivos deste projeto foi impedir que a população local utilizasse o Parque para atividades agrícolas e de caça, oferecendo alternativas para a geração de renda. Hoje existem 240 famílias envolvidas com apicultura e que agora cooperam com a FUMDHAM na proteção do Parque (TRESSERRAS, 2009, p.44).

A Cerâmica Serra da Capivara teve sua produção iniciada em 1994, após oficinas realizadas com artesãos italianos. É produzida de forma ecologicamente correta, i.e, os fornos utilizados para a queima da argila são a gás. Cerca de 30 artesãos trabalham na confecção de utensílios domésticos e itens para decoração, tais como, porta-retrato, vasos, sopeiras, fruteiras, pratos, saladeiras, xícaras, canecas, porta incenso, manteigueiro, jarra, porta jóia, etc. Todos os objetos são confeccionados com motivos rupestres (Figura 29). A qualidade e design admiráveis favoreceram a comercialização dos produtos por grandes empresas como o Pão de Açúcar e Tok & Stok, além de inserir o produto no cenário internacional.

As crianças e jovens passaram a ser incluídas no processo de socialização a partir de 2001 com a criação do projeto Pró-Arte FUMDHAM, cujo objetivo é proporcionar experiências significativas sobre educação e cultura. Entre as quais podemos citar a recente efetivação do Projeto Rádio Zabelê, onde jovens participaram de oficinas e atividades de capacitação para uma turma de Rádio Jornalismo. A partir de janeiro de 2010, os adolescentes esboçaram e posteriormente, colocaram em prática o Projeto Rádio Zabelê na grade de programação da Rádio Educativa Cultura FM de São Raimundo Nonato, nas tardes de sábado (FUMDHAM, 2010).

Figura 29 Fabricação da Cerâmica Serra da Capivara com motivos rupestres
Foto: Fabiana Manzato

A renda per capita média da comunidade é de meio salário mínimo. A FUMDHAM desenvolveu um programa de Capacitação em Arqueologia para parte da população que trabalhava no campo. Para os mesmos, "foi criado o Sítio do Mocó: uma vila construída, com toda infra-estrutura necessária para abrigar os trabalhadores e suas famílias – desde escolas até centro médico". De acordo com Ries (2003, p.58) "esses ex-roceiros, apelidados de Tarzans ou Mondrongos são peças chaves para a prospecção do Parque. Com sua experiência saem pela mata seca e espinhenta da caatinga, a procura de novas tocas (que abrigam pinturas rupestres) e outros vestígios arqueológicos e ainda auxiliam na manutenção dos sítios e na conservação das pinturas".

O Ministério do Turismo, por intermédio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/COPPE/UFRJ), com a equipe local da Incubadora na Serra da Capivara, iniciou, em março de 2006, um projeto para fortalecer o cooperativismo no contexto turístico

regional. Os beneficiários deste processo são os grupos produtivos populares que trabalham informalmente. O projeto pretende a melhoria socioeconômica desses grupos, legalizando-os por meio da criação de cooperativas populares. Os grupos em capacitação são Umbus (frutas nativas) e Zabelê (produtos de limpeza), ambos localizados no reassentamento de Novo Zabelê; Rainhas da Reciclagem (artesanato com materiais reciclados), situado em Cohab Cipó; Coopeart (artesanatos diversos), em São Raimundo Nonato; Coopeartfrut (frutas nativas), em Coronel José Dias (Sítio do Mocó, Borda e Lagoinha); e o Grupo Ecoart (bordados e artesanatos diversos), de João Costa, no município e no povoado de Cambraia. (PORTAL DO COOPERATIVISMO POPULAR, 2007).

Projeto a Água e o Berço do Homem Americano – Programa Petrobrás Ambiental "procurou promover ações integradas visando melhorar a gestão de recursos hídricos na região do Parna-SC, Serra das Confusões e nas áreas circunvizinhas". Nesse sentido, "foram desenvolvidos estudos socioeconômicos de infra-estrutura para o turismo ecológico e cultural, pesquisas sobre as águas superficiais e subterrâneas, além de programas de educação ambiental nos municípios da região" Somam-se a estes "a perfuração de novos poços, reparação de poços já existentes e seus respectivos equipamentos e de reservatórios naturais — os chamados caldeirões —, além da recuperação das lagoas São Vítor e dos Porcos e da proteção das nascentes do Rio Piauí" (FUMDHAM, 2010, p.13).

Em 2005, foi realizada a 1ª Oficina de Educação Patrimonial no entorno do Parna–SC que consistiu num conjunto de palestras sobre a importância de Educar para Preservar, com professores da rede pública dos quatro municípios que abrangem o parque, e oficinas patrimoniais em duas comunidades do entorno (BUCO, 2002).

Finalmente, a socialização do patrimônio arqueológico, a partir da melhoria da qualidade de vida da comunidade local, conta ainda, com a promoção e realização de eventos, nacionais e internacionais, no Parna-SC como, o Festival Interartes de 2003 a 2005, o Congresso Internacional de Arte Rupestre (IFRAO) em 2009, e I Festival de Cultura Acordais (Figura 30) ocorrido em 2010, conforme específica a FUMDHAM (2011).

Figura 30 Festival Acordais - cerca de mil pessoas prestigiaram o evento

Foto: FUMDHAM

"O intuito do Festival Acordais, como de outras atividades desenvolvidas pela FUMDHAM, foi potencializar o afluxo de turistas à região incrementando a agenda cultural do Estado do Piauí ao

> reinvestir no foco de apresentações artístico-culturais no Anfiteatro da Pedra Furada, dando continuidade ao já tradicional Festival Interartes, tão aguardado pela população local por sua importância cultural e econômica para a região" (FUMDHAM, 2011).

Já as práticas de socialização do patrimônio arqueológico no Monumento Nacional Ruínas São Jorge dos Erasmos remete a meados de 1998, quando o Centro de Preservação Cultural (CPC) um órgão subordinado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo, que substituiu a Comissão de Patrimônio Cultural, dando continuidade às suas atividades, iniciadas em 1986, propôs a formação de uma comissão para elaborar um diagnóstico sobre intervenções imediatas para o engenho. O diagnóstico apontou para a realização de ações de conservação e restauro, bem como, a disponibilização do engenho para o público, conforme destaca Lourenço (2006, p.29).

De acordo com Cordeiro (2007, p.86) a partir de 2001 a USP e a Universidade Católica de Santos (UNISANTOS), com o apoio da FAPESP realizaram o Projeto Engenho São Jorge dos Erasmos: Estudos de Arqueologia da Paisagem que foi coordenado pelo arqueólogo Dr. José Luiz de Morais, do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

O projeto abrangeu escavações arqueológicas no sítio, pesquisas em laboratório e uma ação educativa a ser implantada junto à comunidade local como destacam Hirata, Elazari e Moritz (2001, p.317). Assim, o referido projeto pôde recuperar e georreferenciar os contornos das intervenções da fase anterior lideras pela arqueóloga Dra. Margarida Andreatta (MORAIS, PIEDADE e MAXIMINO, 2005, p.358), identificando, portanto, "os principais traços introduzidos pela colonização européia na paisagem da Baixada Santista, especialmente os sistemas de uso e ocupação do solo e seus efeitos no meio ambiente regional, reconhecendo e analisando as mudanças de padrões de assentamento decorrentes da imposição da nova ordem econômica e social" (RUÍNAS ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS, 2009).

De modo geral, o projeto foi dividido em cinco módulos, dentre eles, o módulo educativo – Arqueologia, Patrimônio e Ação Educativa que foi coordenado pela Drª Elaine Farias Veloso Hirata que favoreceu o desenvolvimento de material didático para a escola

pública estadual vizinha do Engenho – EPSG Profa Gracinda Maria Ferreira com a participação de educadores da própria escola (CORDEIRO, 2007, p.86).

A estruturação deste sub-projeto articulou-se sob dois eixos principais:

> "1. Treinamento e capacitação de professores da rede escolar, para que atuem como agentes multiplicadores neste processo de valorização da memória da sociedade brasileira e experimentação de novas práticas educativas; 2. Programação de visitas orientadas às ruínas do Engenho dos Erasmos: por meio de contato direto com os vestígios arqueológicos e de uma proposta de reflexão sobre preservação do patrimônio, a participação da comunidade na construção do conhecimento histórico pode começar a tornar-se realidade (HIRATA, ELAZARI e MORITZ, 2001, p.317)".

Segundo Hirata (2003, p.4) o projeto envolveu "a formação dos professores por meio de oficinas e cursos até a orientação sistemática das ações desenvolvidas pelos docentes juntos aos alunos. Um projeto integrando várias disciplinas foi discutido e implementado". A autora acrescenta ainda que para um aprofundamento "do trabalho com os artefatos em sala de aula foi montado um 'kit' de objetos arqueológicos e iconográficos relativos ao Engenho e sua época" e que além destes objetos há textos, mapas, planta do Engenho, documentos textuais, imagens recolhidas de obras dos viajantes do Brasil colonial.

Hirata et all (2007, p.26) enfatizam também que paralelamente os educadores do projeto Arqueologia, Patrimônio e Ação Educativa simularam um sítio arqueológico no espaço da escola, i.e, criaram uma aérea ou sítio de escavação experimental como recurso pedagógico e que foi elaborado um vídeo-documentário denominado "O Engenho dos Erasmos – Imagens da Redescoberta".

O recurso audiovisual surgiu de uma oficina de vídeo, para os alunos da referida escola, realizada por Silvio Cordeiro e André Costa, cujo objetivo foi "promover a redescoberta das ruínas através da educação do olhar, permitindo que se ultrapasse o tom

contemplativo e o reconhecimento do monumento apenas enquanto vestígio de um passado remoto" os autores dizem ainda que buscou-se "com esses jovens o despertar de um olhar curioso e crítico, que desvende as narrativas por trás do objeto arquitetônico, possibilitando uma amplitude de compreensão e questionamento acerca da história do lugar onde moram" (CORDEIRO e COSTA, 2001, p.323).

O projeto educativo descrito anteriormente aconteceu de 2001 a 2006. A partir deste ano ele passa a ser desenvolvido também em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Santos. A Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP amplia as perspectivas de trabalho junto às Ruínas implementando mais ações que privilegiem a atuação educativa por meio da criação de uma plataforma de atividades que busque congregar diversos projetos educacionais, surge então a Plataforma Sophia.

> "A Plataforma busca aproximar as diversas áreas do saber a partir da proposição de projetos educacionais coligados a visitas curriculares programadas conjuntamente. Assim, educadores das Ruínas, professores e comunidade escolar planejam conjuntamente os projetos e os planos curriculares a serem introduzidos nas discussões, estabelecendo uma inter-relação promissora e saudável para todos os integrantes. Elemento de interação significativo, a presença dos educadores da Universidade de São Paulo nas Ruínas objetiva permitir a integração entre o bem cultural e a comunidade docente, que de certa maneira vinha (antes da criação e implementação da Plataforma Sophia) corroborando a impressão equivocada da comunidade de que se tratava de um terreno propício apenas à manutenção do abandono e de fantasiosas lendas. A Plataforma busca ampliar os horizontes referentes ao conhecimento do que foi, é e do de pode vir a se tornar este bem cultural, servindo de base para que sejam implementados programas que tenham como foco de ação interpretações sobre os silenciamentos destas ruínas centenárias. Para tanto, propõe a criação de atividades educacionais fundamentadas nas vocações das Ruínas expostas e aprovadas no seu Plano Gestor, a saber: Oficina

> Permanente de Resistência: esforço sistemático e continuado para a suspensão e conscientização sobre os silenciamentos relativos aos caminhos vividos na longa história das Ruínas. Laboratório para Eternização de Valores: construção crítica de significados e constante reavaliação desses conceitos, confrontando e revendo valores. Sítio Permanente de Proteção: vocação preservacionista das inúmeras áreas, que visam garantir a proteção das Ruínas e de seu envoltório, protegendo-os de fatores adversos. Bem Cultural de Germinação: elaboração de programas para intercâmbio capazes de germinar posturas distintas, em face da responsabilidade de todos na preservação de espaços de memória como as Ruínas" (LOURENÇO, 2006, p.35).

Esforços cumulativos continuam nas ações desenvolvidas nas Ruínas buscam viabilizar o conhecimento a partir da interdisciplinaridade,

> "em vista da especificidade histórico-ambiental em que as Ruínas estão inseridas: em confluência aos explícitos aspectos históricos de sua estrutura, há ainda diversos outros potenciais educativos que podem ser explorados. A mata adjacente às Ruínas, mesmo quando observada à distância, lembra a importância das florestas tropicais e da Mata Atlântica, com todos os avanços científicos e desafios sócio-econômicos relacionados à crise da biodiversidade. A arquitetura singular desta antiga "fábrica" de açúcar e derivados pode, por exemplo, transformar-se em rico instrumento de professores de arte, da língua e da matemática. O tema "cana-de-açúcar" e suas nítidas relações com o antigo engenho invocam os mais diversos conteúdos e conceitos geográficos, biológicos, físicos e químicos. [E assim] nosso maior objetivo é, portanto, realizar projetos pedagógicos que auxiliem a compreensão não só da história do Engenho dos Erasmos, mas também de como este testemunhou profundas transformações no modo de ver e viver da sociedade brasileira ao longo desses últimos quatro séculos" (RUÍNAS ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS, 2009).

Em 2005, foi instalado uma Base Avançada de Cultura e Extensão no interior do Engenho que inicialmente funcionou em um trailer adaptado. De acordo com Christofoletti e Mello (2010, p.123) “desde então, combinados esforços possibilitaram a construção de uma sede, constituída pela edificação de um auditório, sala para múltiplo uso, administração, seminários, ateliê, reserva técnica e laboratório”.

A primeira etapa da obra foi concluída em finais de 2007. A inauguração ocorreu em Junho de 2008, concomitante, a realização do I Seminário de Educação em Bens Culturais: Desafios e Trocas e, ainda, contou com o lançamento de uma publicação comemorativa. A segunda etapa foi inaugurada em novembro de 2009 (CHRISTOFOLETTI e MELLO, 2010, p.124).

Antes de ser disponibilizado para visitação turística e atividades sócio-educativas, foi realizado um estudo sobre a capacidade de carga ideal suportada no local, a fim de minimizar possíveis impactos negativos e primar pela preservação cultural e ambiental da localidade. O resultado deste estudo fixou a capacidade de carga ideal em 100 pessoas por dia.

Trata-se de uma ação de socialização muito propícia já que preserva o patrimônio, sem torná-lo inacessível no sentido estrito da palavra, ou seja, deixando-o fechado, longe do olhar do público, transformando-o em um patrimônio com pouca utilidade social e oneroso para o município. Pardi (2007, p.307) destaca que “preservar é pesquisar e abrir os sítios e áreas [arqueológicas] para turismo” e obviamente para a comunidade.

> Portanto, a preservação deste bem, tal como a intervenção humano/temporal nos legou, é antes uma bandeira de luta para que não se perca nos emaranhados de lembrança ou de esquecimentos a sua distinta posição num determinado momento histórico brasileiro. O Engenho São Jorge dos Erasmos foi o palco em que se congregaram (compulsoriamente ou não) todas as etnias que construíram esta nação. Se no litoral baiano o europeu vislumbrou a nova terra, foi no litoral paulista que este se misturou ao estranho, ao diferente, ao novo.

> O programa de preservação concretizado a partir do foco educacional possibilita a todos perceberem que os atores em questão não são apenas os construtores da dinâmica histórica deste período (escravizados e mandatários), mas, principalmente, o local onde todas estas relações sociais aconteceram. O Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos preservou parte desta história e mantém viva a necessidade da preservação por meio da educação, como base para uma sociedade menos destrutiva e menos esquecida. Por isso, entende-se o preservar como um verbo/ação imprescindíveis" (RUÍNAS ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS, 2010, p.12).

Essa base de estudos tem contribuído para desfazer os mitos relativos ao tema Arqueologia e Turismo[13], estreitar a relação entre "a história, a cultura e a memória deste bem, concorrendo para que a comunidade possa, a partir de então, se sentir pertencente e co-responsável pela preservação deste patrimônio nacional". Estas ruínas constituem "um museu ao ar livre, porquanto reúne ambiente, biodiversidade, lutas e culturas em um espaço vivencial, características de um dado tempo e, como tal, deve permanecer como testemunho ante os acertos e equívocos do humano sobre a terra" (RUÍNAS ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS, 2009; LOURENÇO, 2006, p.13).

As práticas de socialização do monumento acontecem de maneira inovadora por meio de projetos permanentes, visitação turística, apresentações artísticas, teatrais e musicais, palestras, eventos e cursos, entre outros, firmados através de convênios, entre entidades públicas e privadas. Uma equipe interdisciplinar com profissionais das aéreas de Educação, Arqueologia, História, Geografia, Biologia e Arquitetura atuam veemente na continuidade do projeto inicial descrito anteriormente, bem como, na elaboração e execução de novas (e diferenciais) atividades.

---

[13] MANZATO, Fabiana; REJOWSKI, Mirian. (Des)Motivações do Turismo Arqueológico no Brasil. Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, UCS, v. 2, n. 1, p. 1-10, 2004.

Os projetos permanentes desenvolvidos nas ruínas são: Vou Volto, Portas Abertas, Ruínas em Poesia, Laboratório de Memórias e I-Papo.

O projeto Vou Volto baseia-se na aplicação de técnicas de educação histórico-ambiental que visam "influenciar o domínio afetivo dos visitantes, seus valores e interesses, tendo como meta final a mudança de atitudes destas pessoas com relação ao uso do bem cultural". Esse projeto prevê "a manutenção e qualificação do espaço em questão por meio de atuações pedagógicas conjuntas entre os professores das redes de ensino municipal e estadual e os educadores das Ruínas", i.e, em um primeiro momento os professores das redes de educação conhecem as ruínas e, posteriormente, os professores retornam as ruínas junto com os alunos e educadores locais. Essa experiência nas ruínas tem uma duração de aproximadamente duas horas e meia. E finalmente, os alunos são convidados a voltarem em outras ocasiões, com seus parentes e amigos (LOURENÇO, 2006, p.40; FUNARI, MANZATO e ALFONSO, 2010, p.96).

O projeto Portas Abertas acontece no período das férias escolares e tem como objetivo facilitar a aproximação entre os pais e filhos. Nesta época paralela as visitas monitoradas acontecem às atividades lúdicas, como, por exemplo, "jogos, dinâmicas, apresentações artísticas, além de conhecer um pouco sobre a construção da identidade brasileira, com o depoimento de professores, engenheiros e historiadores. [...] exibição do documentário [...] espetáculos" (JORNAL BAIXADA SANTISTA, 2008).

Já o projeto Ruínas em Poesia tem como objetivo aproximar a comunidade uspiana (corpo docente, discente e funcionários da Universidade de São Paulo) do patrimônio remanescente do engenho e com isto sensibilizá-los "a cerca da necessidade de preservação do patrimônio e a interseção existente entre bem patrimonial, história, Arqueologia, e outras manifestações da sensibilidade humana como a literatura e a poesia" (RUÍNAS ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS, 2009).

O projeto Laboratório de Memórias visou registrar fragmentos de memória de moradores da comunidade circunvizinha às ruínas e que tiveram como cenário de lembranças o terreno do bem cultural propriamente dito (CHRISTOFOLETTI e MELLO, 2010, p.126) e finalmente, o projeto I-Papo, destinado ao ensino fundamental, assim como o Projeto Vou Volto, visa atender as escolas mais distantes e os professores com dificuldades de acesso

prévio ao monumento nacional, inclui um conjunto de jogos, dinâmicas e atividades que visitam durante algumas semanas as escolas (CHRISTOFOLETTI e MELLO, 2010, p.131).

Em 2010, um convênio firmado com Secretaria de Turismo de Santos proporcionou a inclusão das ruínas no programa de visitação turística denominada "Conheça Santos", inaugurando a linha "Conheça a Zona Noroeste" que oferece transporte para atividades no Jardim Botânico de Santos e nas ruínas do engenho. As visitas ocorrem aos sábados, com a participação de guias regionais cadastrados na SETUR de Santos.

Dentre as inúmeras atividades desenvolvidas ao longo de sua abertura ao público, podemos citar eventos culturais como o Sarau da V.I.D.A promovido pela ONG V.I.D.A durante o mês de junho de 2009. Inicialmente, neste evento seria realizado um ciclo de cinema com temas ambientais, no entanto, o evento ganhou maiores proporções e incluiu teatro, expressão corporal, danças circulares e músicas (FUNARI, MANZATO e ALFONSO, 2010, p.98).

Já algumas das atividades sediadas no cenário das ruínas, no decorrer do ano de 2010, foram:

- ✓ 63ª Reunião do Conselho Municipal de Turismo de Santos;

- ✓ III Seminário Internacional de História do Açúcar: Produções, trabalho e estrutura fundiária. (Co-parceria da RESJ com a Cátedra Jaime Cortesão, Instituto Camões, Museu Paulista, FFLCH, Fapesp e Capes);

- ✓ Filmagens e gravação da série "Histórias da História de São Paulo". Produção da UNIVESP - TV Cultura, baseada no livro do historiador Marco Antonio Villa. Com participação dos historiadores Profª Dra. Vera Lucia Amaral Ferlini (Diretora do Órgão) e Prof. Dr. Rodrigo Christofoletti (educador RESJE);

- ✓ Curso de Difusão Cultural – Memórias do Açúcar: histórias, vivências e receitas.

Somam-se a estas iniciativas a ocorrência de diversas outras atividades ocorridas ao longo do ano de 2011, dentre as quais podemos destacar:

- ✓ Cursos de observação e preservação de aves;
- ✓ Oficina de fotografia
- ✓ Dia Anti-Estresse (com práticas de Tai-chi-chuan)
- ✓ Oficina de papel com fibra de cana-de-açúcar
- ✓ Roda de Leituras em Família
- ✓ Viola Caipira.

Em 2012 além dos projetos permanentes destacam-se as seguintes atividades de socialização:

- ✓ Apresentação do espetáculo "Engenho em Fados: tarde de cantigas regionais, cancioneiro popular e fado", com a banda Filhos da Tradição em comemoração a Virada Cultural Paulista;
- ✓ Garapa Filosófica: Açúcar e Colonização,
- ✓ Oficina de Circo (Figura 31);
- ✓ Oficina de Arqueologia para Crianças (Figura 32).

Figura 31 Oficina circense - modalidade malabarismo

Foto: Fabiana Manzato

Figura 32 Oficina de Arqueologia para crianças

Foto: Acervo RESJE - Base Avançada de Cultura e Extensão da USP/Santos/SP

A Oficina de Circo contou com a participação das 60 pessoas inscritas, a procura foi grande e contou, inclusive, com uma lista de espera. Nos dias das atividades estavam presentes um educador e duas estagiárias que realizavam city-tour nas ruínas à medida que as pessoas chegavam para participar da oficina. Ansiosos pela oficina demonstravam o mesmo entusiasmo pelas explicações sobre o patrimônio arqueológico remanescente neste sítio. Três integrantes do Circo Navegador revezaram-se para atender o público e as atividades foram dividas, portanto, em três grupos, formados de acordo com a faixa etária.

Cada grupo foi encaminhado para uma das seguintes modalidades circenses: malabarismos, acrobacias e palhaçadas. A cada uma hora e meia era feito o rodízio das atividades, sendo que as modalidades de acrobacia e palhaçadas realizaram-se no saguão e auditório, respectivamente, enquanto o malabarismo foi ao lado de fora no prédio, nas proximidades dos vestígios remanescentes das ruínas.

Todas as atividades realizadas no engenho são gratuitas. A divulgação das mesmas acontece de vários modos, desde uma lista de e-mails, folders até mídia televisiva e jornais. Atividades como a Oficina de Arqueologia, foram noticiadas diversas vezes nos principais canais de televisão antes e depois da sua realização. Desta oficina participaram cerca de 40 crianças entre 5 e 12 anos e de acordo com o noticiado pela TV Tribuna (2012) “Na oficina de arqueologia elas [crianças] simularam uma escavação no solo e conheceram como é o trabalho dos arqueólogos, e tudo foi feito em um cenário real”.

Capítulo 6

Recomendações gerais para a elaboração do plano de gestão

Este capítulo fornece as Recomendações Gerais para a Elaboração de Plano de Gestão em áreas arqueológicas ponderadas sobre a socialização do patrimônio arqueológico em três diferentes países, com base na descrição e análise dos estudos de caso, seus respectivos cenários institucionais e referenciais teóricos.

As recomendações aqui elencadas visam a elaboração do plano de gestão em áreas arqueológicas apontando atuais problemas, propondo sugestões e criando possibilidades. Neste sentido, o primeiro questionamento que devemos fazer é justamente sobre o conceito de Socialização do Patrimônio Arqueológico: será que no âmbito desta pesquisa os órgãos públicos e privados (inclusive o meio acadêmico) têm o mesmo entendimento sobre a Socialização?

Pelo exposto anteriormente, podemos inferir que a iniciativa privada, aqui representada pela empresa DOCUMENTO Patrimônio Cultural, a FUNDHAM e o RESJE acenam para a mesma compreensão do termo, refletidos sobre suas propostas e ações desenvolvidas. Todavia, o IPHAN, parece seguir entendimento contrário, ao engajamento das pessoas **com** seu patrimônio, visto que repetidas vezes, em seus relatórios, disponíveis no *site*, constam “obras de socialização – instalação de passarelas, entre outros”.

No mais, a impressão de que o CNA existe apenas na teoria porque na prática houve apenas uma informação a ele vinculada, trata-se do I Encontro Nacional de Gestores do IPHAN para Patrimônio Arqueológico, realizado em Dezembro de 2011. Em tempo, o *site* do IPHAN sugere que o Plano Diretor Estratégico com as orientações das ações do CNA está em fase de construção, porém, considerando que o CNA foi criado em 2009 e já se passaram 4 anos, questiona-se sobre uma possível data para a confecção e publicação do mesmo. Assim, recomenda-se um posicionamento incisivo e transparente do instituto a fim de direcionar o entendimento sobre a socialização e disponibilizar o referido plano.

Atualmente, a internet é fonte inesgotável de informações. Para tudo (ou quase tudo) que fazemos é a ela que recorremos: horário das sessões de cinema, trajeto mais curto para uma viagem, passagens aéreas, destinos turísticos, artigos acadêmicos, receitas, previsão do tempo, sinopse das novelas, curiosidade sobre artistas, entre outros. Quero dizer com isso, que a internet pode ecoar potencialmente a Socialização do Patrimônio, porque os públicos que a acessam são os mais variados possíveis, assim, a próxima recomendação ainda é especifica ao IPHAN que deve reformular seu site.

Ele deve ser mais organizado na apresentação e classificação das suas notícias, quanto a promoções de eventos, por exemplo, aqueles de caráter técnico e interno (que inviabilizam a participação do público) devem ser divulgados por meio de aviso, circular, comunicado, convocação, memorando ou por meio de *logins* em aéreas de acesso restrito. Atenção também deve ser dada para links que não abrem ou informações que estão incompletas, como, no caso, dos cursos de pós-graduação e oficinas-escola, onde não é possível empreender se tais cursos tiveram seus apoios cessados ou se a página está desatualizada. E ainda, o uso de expressões como “em breve” para situações que não se concretizam.

Deste modo, emerge a próxima recomendação, que sugere que significativo investimento deve ser direcionado para a criação de um *site* que contemple informações sobre o projeto de socialização do patrimônio arqueológico com *stakeholders*, que crie um ambiente virtual interativo, com links acessíveis e que principalmente seja atualizado e revisado constantemente. O site deve ser gerenciado de forma a torná-lo atrativo, portanto, cuidado com cores e elementos “irritantes” ou “cansativos” e deve também primar por mensagens que não sejam apenas informativas: por exemplo, Fulano promove palestra (ponto final). Pelo contrário, a mensagem deve gerar interesse, instigar a curiosidade e “abrir portas” para a

participação e o envolvimento com *stakeholders*. Recomenda-se também participar de redes sociais como *facebook*, *twitter*, entre outros. E finalmente que a formatação do site possa levar em consideração que diferentes públicos acessarão a página, de forma que a partir da página principal, o conteúdo possa ser direcionado para categorias teens, melhor idade, etc.

Atente-se para o fato de que não será o objetivo principal deste *site* trazer informações técnicas, ao público em geral, caso opte por fazê-lo, deverá, portanto, direcionar a uma aérea restrita com *login*, evitando desta forma uma poluição visual desnecessária ao *site*. Sites com fotos, Arqueologia sob víeis lúdicos, vídeos com atividades desenvolvidas, sítios a visitar também favorecem o processo de socialização com *stakeholders*.

Os órgãos estaduais e municipais estão mais próximos das comunidades e demais partes interessadas, do que o IPHAN, no entanto, verificou-se que as ações dos primeiros acontecem em termos de tombamento e restauro, privilegiando o aspecto monumental do patrimônio, já não seria hora destes órgãos abraçarem a causa da Socialização do Patrimônio Arqueológico de forma mais atuante em parcerias com universidades, empresas privadas de arqueologia preventiva, não apenas como uma obrigação legal, mas, como exercício da prática da cidadania?

Visto sob outro aspecto, ao tomarem essa responsabilidade para si, os órgãos estaduais e municipais, além de desburocratizarem parte do gerenciamento arqueológico com *stakeholders* podem mitigar as tarefas do IPHAN. É propicio esclarecer que iniciativas de vanguarda já acontecem em alguns municípios, mas elas são pequenas frente a volumosa quantidade de pesquisas realizada, como por exemplo, no Estado de São Paulo, os municípios de São Sebastião, Ilhabela e Jacareí.

A quinta recomendação sugere que a exemplo do Dia Nacional da Arqueologia, realizado no Reino Unido que reúne cerca de 160 mil pessoas, seja criado no Brasil, um evento no mesmo sentido, por exemplo, o dia do arqueólogo ou da Arqueologia, aniversário do CONDEPHAAT, CONDEPASA a fim de limitar a exclusiva ocorrência de eventos apenas aos pares e sim aproveitar tais oportunidades para promover o engajamento com o público. Como no Brasil, a cultura arqueológica e seu engajamento com *stakeholders* ainda está engatinhando, pode-se pensar a data de outra forma, por exemplo, em comemoração ao aniversário da cidade, incluir no rol de eventos, a Arqueologia da cidade, mostrando o que

tem sido pesquisado, criando um sítio de escavação experimental, enfim, semeando as primeiras oportunidades de participação e inclusão.

Ressalta-se que o evento tenha uma periodicidade anual e não de bodas de 25, 50, 75 e assim por diante. Eventos como estes são potencialmente sugestivos para criar e estreitar o envolvimento e a participação com *stakeholders*. E por que não cogitar parcerias nesse mesmo sentido com a Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), prefeituras, escolas e universidades.

A sexta recomendação propõe a interação com *stakeholders*, em suas sedes ou locais por eles designados, periodicamente (mensal ou bimestral) encontros, café cultural, enfim, alguma atividade que funcione como gancho para tornar estes ambientes um ponto de encontro que favorece o diálogo sobre as necessidades, que gere troca de informações sobre o que tem sido feito e se espera fazer, enfim, criara um "porto seguro" para envolvimento participativo com *stakeholders* para romper barreiras hierárquicas e de (pre)conceitos. Uma versão de *What´s on* para o patrimônio arqueológico – o que podemos fazer hoje, amanhã ou no próximo mês. Tal iniciativa pode ser comparada ao projeto do IPHAN, as Casas do Patrimônio, no entanto, na ausência destas Superintendências adotam-se locais específicos.

A sétima recomendação remete a devolução do conhecimento produzido nas pesquisas arqueológicas, das atividades desenvolvidas, do balanço das metas alcançadas e a proposição de novas. Essa divulgação é fundamental para demonstrar consideração as partes envolvidas e não é apenas obrigação burocrática. A transparência cria oportunidade para os *stakeholders* participarem mais cientes das limitações e mensurar os avanços.

A oitava recomendação sugere especial atenção ao público infantil e jovem como indispensáveis *stakeholders* no processo de socialização do patrimônio arqueológico, segundo qual o Reino Unido reconhece e estimula ativamente que as ações devem ser iniciadas desde pequeno, para tanto, criaram o *Heritage Learning Magazine* que propõe desenvolver, com esses públicos, atividades no âmbito patrimonial, dentro e fora da sala de aula. As atividades podem ser desenvolvidas por professores, educadores e pelos próprios familiares. Ressalta-se que a FUMDHAM e o RESJE realizam atividades convergentes a esta e constituem-se como louváveis exemplos e, ainda atrevo-me a dizer que são referências nacionais de nível internacional.

A nona recomendação sugere que a socialização do patrimônio arqueológico não deve limitar-se ao seu território de origem (salvo algumas exceções). Neste sentido, aconselha-se, por exemplo, a promover exposições itinerantes, como aqueles que acontecem com parte dos Guerreiros de Terracota, não precisa necessariamente dar a volta ao mundo, mas o patrimônio deve romper o limite territorial de sua "zona de conforto" e "dar as caras" em locais movimentados como, por exemplo, shoppings, stands de eventos como Revelando São Paulo e por que não criar recintos adaptados próximos as praias. O ponto é inovar, empreender formas lúdicas de popularizar a Arqueologia, promover o ócio criativo, obviamente respeitando os limites e particularidades do patrimônio, pois o que não é visto, não é lembrado.

A décima recomendação propõe o investimento na marca do patrimônio arqueológico para a comercialização de *souvenir*, nisso o Parna- SC, *EH* e os gestores do Exército de Guerreiros Terracota são exemplares. O *souvenir* é a materialização do patrimônio que a comunidade, o turista, o visitante pode efetivamente apropriar-se, eternizando a lembrança do contato com o patrimônio. Segundo Santana (1997, p.102) o *souvenir* impulsiona a memória e constitui-se numa demonstração de ter estado ali, sendo "transformado em objeto estético e documento pessoal, a ser colocado lado a lado com outras peças que também alimentam a atual necessidade de museologização da vida privada" (GASTAL, 2004, p.10).

A décima primeira recomendação aborda o fator financeiro em projetos de socialização do patrimônio arqueológico com *stakeholders* visto que infelizmente o governo ainda não prioriza investimentos diferenciados para a questão patrimonial. O próprio Reino Unido também lamentou coincidente evidência, no entanto, ao invés de ficar esperando pela manifestação do governo, *stakeholders* elaboraram um relatório provando, a este órgão e a população em geral, numericamente que o patrimônio é a força para o crescimento econômico e que, portanto, merece devida atenção e investimento por parte do governo. Portanto, a exemplo disso, gestores também têm a urgência de direcionar mecanismos que falem a linguagem do governo.

A décima segunda recomendação esta interligada a anterior, no sentido de levantar fundos extras ou complementares aqueles direcionados pelos governos, estimulando doações ou campanhas cuja renda será revertida para o projeto de socialização, muito comuns são os passeios ciclísticos, caminhadas, gincanas, entre outros.

A décima terceira recomendação centra-se em um diálogo maior entre universidades, com cursos de Arqueologia, e o ensino fundamental de escolas públicas e privadas, para promoção de seminários, oficinas e cursos de extensão a fim de promover e compartilhar as pesquisas científicas sobre o patrimônio arqueológico local e regional. Porque de fato, conhecedora da causa, estes alunos têm ao longo do ciclo estudantil, ínfimos contatos com a Arqueologia, menos ainda com a local ou regional, os professores em sua maioria, estão despreparados e desatualizados, transmitindo aqueles saberes de uma Arqueologia distante do dia-a-dia.

A décima quarta recomendação visa incentivar a inscrição dos projetos de Socialização do Patrimônio Arqueológico nas premiações promovidas pelo IPHAN e demais intuições como PETROBRÁS, Itaú Cultural, entre outro com a finalidade de promover os projetos e ampliar o engajamento participativo ou quem sabe ainda, por meio de parcerias, promoverem sua própria premiação.

A décima quinta recomendação sugere que os *stakeholders* publiquem ao máximo suas realizações e conquistas, troquem e compartilhem experiências no âmbito da Socialização do Patrimônio Arqueológico por meio de *blogs*, boletins, notícias na imprensa e rádio local, estadual e nacional, em revistas gerais e periódicos especializados e temáticos, seminários e congressos. Pensar inclusive, sobre a possibilidade de criar seu instrumento de comunicação, como, por exemplo, um gibi mensal ou fóruns virtuais.

Finalmente, discorre-se que as recomendações aqui elencadas foram proferidas buscando uma eqüidade participativa das partes interessadas na Socialização do Patrimônio Arqueológico, justificando-se, portanto, que trilhar este caminho de forma mais altruísta, inclusiva e transparente são fundamentais para atingir os objetivos propostos.

Considerações Finais

Com esta tese pretendo compartilhar meu entusiasmo pela Socialização do Patrimônio Arqueológico com as partes interessadas. Espero que a pesquisa possa contribuir de uma, duas, três ou várias maneiras: como referência bibliográfica, por exemplo, mas que principalmente seja útil para não ser relegada ao enclausuramento na biblioteca e para que transcenda os círculos acadêmicos e científicos.

Para contribuir com a Socialização do Patrimônio Arqueológico, enveredei-me por caminhos, de certa forma, exclusivos e pela contramão em alguns outros, para então, inserida no curso de Arqueologia, iniciar a construção da minha própria identidade de "arqueóloga híbrida" não apenas por minha formação e experiências, mas também para ser o próprio interlocutor com as partes interessadas – *stakeholders* com vistas a favorecer condições de um diálogo multidisciplinar. Por isso, conceitos de diferentes aéreas do conhecimento estão presentes nesta pesquisa já que de modo geral a proposta foi buscar aquilo que há de melhor em cada área para se edificar novos saberes.

Nesse sentido, a Prof[a] Dr[a] Maria Isabel D'Agostino Fleming, sugeriu em sua participação na banca um texto dos autores Carandini e Settis (1979) que expressa precisamente minhas intenções ao dizer que "existe a colaboração entre os diversos saberes, mas existem também os saberes isolados. A boa colaboração exalta, não deprime as capacidades produtivas das disciplinas isoladas, cujas diversas naturezas e estados de desenvolvimento não podem ser reduzidos a um único denominador comum. A arqueologia, no final das contas, deve não só saber responder a questões formuladas por outras tradições de conhecimento, mas também desenvolver as próprias potencialidades internas, inventar novos problemas e dar a esses uma resposta sua".

Enquanto doutoranda, a prática do exercício reflexivo acadêmico possibilitou um amadurecimento intelectual e paralelamente favoreceu a origem de muitas inquietações, indagações e mudanças. Por isso, já na introdução da pesquisa julguei ser conveniente findar

certos (pre) conceitos quanto às palavras socialização e *stakeholders*. Aproveitei também para justificar alterações ocorridas no decorrer da elaboração da pesquisa com a intenção de acrescentar e aprofundar elementos que propiciaram a ela novos contornos, no entanto, sem prejuízo quanto aos objetivos propostos.

Em seguida, destaquei a tríade memória, identidade e patrimônio como elementos indissociáveis questionando até que ponto sua relação poderia ser reflexo dos anseios políticos e se isso justificaria a opção pelo patrimônio monumental em detrimento do arqueológico. Observou-se de fato que outrora o patrimônio monumental fora concebido para refletir anseios políticos, de superioridade e mesmo exclusão, já que representavam as "propriedades" das elites dominantes. Identifiquei e defendo aqui que o processo de globalização foi o marco que possibilitou a emergência dos "outros" uma vez que ela não apenas encurtou distâncias, mas provocou profundas alterações nos mercados, instituições e, de certa forma, nos valores sociais.

Comparo o referido momento à sociedade tripartida na Idade Medieval descrita por Duby (1992, p.66) segundo a qual foi concebida por indivíduos que rezavam, guerreavam e trabalhavam. Mas, e os outros? O que foi feito deles? O caso é o mesmo. Os "outros", ou seja, aqueles considerados excluídos, marginalizados, ignorados exibem agora as "novas identidades" capazes de influenciar drasticamente a comunidade em que vivem. E como eles também têm um passado, que, porém não está eternizado nos contornos de um monumento, na genealogia real ou de um herói, mas sim, "fossilizado no território" é a Arqueologia que fará essa ligação entre o passado e presente outorgando-lhes o papel principal.

Por estas considerações é previsível que o sítio arqueológico deixou de ser domínio do arqueólogo que tem incorporado em sua rotina a responsabilidade social do trabalho que faz, além de, dialogar com outras áreas de conhecimento como o Turismo. As literaturas nacionais e estrangeiras são unânimes ao apontar iniciativas conjuntas de sucesso destas aéreas revelando assim suas condições de parceiros na Socialização do Patrimônio Arqueológico.

De forma muito sucinta poderíamos resumir que o diálogo, entre Arqueologia e Turismo, favoreceu a democratização do patrimônio arqueológico **para** a comunidade e turistas, no entanto, a proposta de socialização aqui proferida está além deste diálogo e

sustenta-se na multidisciplinaridade dos saberes por meio do engajamento de todas as partes interessadas – *stakeholders* **com** o patrimônio arqueológico.

A socialização não é apenas um sonho. Ela é transformada em realidade rapidamente ou de forma morosa sob o viés do cenário institucional público e privado. Os estudos de caso aqui analisados são taxativos neste quesito. O Reino Unido, por exemplo, um país considerado tradicionalista, onde as pessoas habitualmente não são afáveis nem hospitaleiras, desde 2006 (especialmente nos últimos três anos), com o impulso do governo, tem sido modelo de admiráveis práticas de Socialização do Patrimônio Arqueológico.

A China com sua estrutura administrativa peculiar e inacessível, por imposição do governo e sem significativa abertura para o engajamento com as partes interessadas, determina quais patrimônios melhor refletem a imagem do país enquanto marketing e dispositivo de inserção no cenário internacional. E assim, em pouco tempo, o faz

O Brasil reúne o lado bom dos dois exemplos estrangeiros opostos: uma população hospitaleira (por natureza), um governo centralizado, porém, democrático e está na vanguarda quanto à legislação que ampara o patrimônio, mas penosos pela morosidade arraigada na burocracia que permeia as questões patrimoniais de modo geral não apenas no âmbito da socialização do patrimônio. O contraponto é ainda mais nítido quando comparadas as realidades públicas e privadas, como exemplificado por meio do trabalho realizado pela empresa DOCUMENTO Patrimônio Cultural.

O levantamento bibliográfico, as experiências estrangeiras e nacionais, a exemplificação de suas práticas de socialização do patrimônio arqueológico apontaram para uma estrutura de pesquisa que pôde favorecer análises e comparações para um amplo entendimento da socialização. As recomendações aqui elencadas visam a elaboração do plano de gestão em áreas arqueológicas apontando atuais problemas, propondo sugestões e soluções e, criando possibilidades.

Portanto, concluímos afirmando que a Socialização do Patrimônio Arqueológico com *stakeholders* a partir de recomendações para a elaboração de um plano de gestão não se limita a extensão territorial, de um país grande ou pequeno, nem está atrelada ao capitalismo, o socialismo ou a monarquia, mas seu sucesso está sim vinculado ao exercício da cidadania e um dever do Estado, tratando-se, portanto, de uma questão de política pública social.

Referências Bibliográficas

ACERENZA, M. **Administración del Turismo**: Conceptualización y Organización. 4 ed. México: Trilhas, 2000.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS XINHUA. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/home.htm Acesso em: 01 jul. 2012.

ALEXANDER, C. If the stones could speak. **National Geographic**, n. 213(6), p. 34-59, 2008.

ANDREATTA, M. D. Engenho São Jorge dos Erasmos: prospecção arqueológica, histórica e industrial. **Revista USP**, São Paulo, 1999. n. 41.

ANGELO, C. Homem ocupou o Piauí há 58 mil anos. **Folha de São Paulo**. Caderno Ciência. 20 dez 2006. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u15740.shtml Acesso em: 01 jul. 2011.

ARAUJO, S. A. C. **Arqueologia de Itapeva**, SP: contribuição a formação de políticas públicas para gestão patrimonial Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, 2006.

AZEVEDO NETTO, C. X. Preservação do patrimônio arqueológico – reflexões através do registro e transferência da informação. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 37, n. 3, p. 7-17, set./dez. 2008.

BARRETTO, M. **Turismo e Legado Cultural**: as possibilidades do planejamento. Campinas: Papirus, 2000.

BASS, G. **Arqueologia Subaquática**. Lisboa: Editorial Verbo, v.13, 1971

BASTOS, R. L. A Arqueologia Pública. MORI, SOUZA, BASTOS, GALLO (orgs). **Patrimônio:** Atualizando o debate. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, p. 157-167, 2007.

BASTOS, R. L.; SOUZA, M. C.; GALLO, H. **Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico**. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2005.

BBC News. Peaceful start to summer solstice. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/england/wiltshire/5098706.stm>. Acesso em: 01/07/2011.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Editora SENAC, 2001

BORNAL, W. G. **Sítio Histórico São Francisco**: um estudo sob a ótica da Arqueologia da Paisagem. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, 2008.

BREEZE, D. **Muralha de Adriano**: guia do patrimônio inglês. Patrimônio Inglês, 2009.

BRUGHA, R.; VARVASOVSZKY, Z. **Stakeholder analysis**: a review. Health Policy and Planning, n. 15(3), 2000. p. 239-246.

BUCO, C. A. Preservação e Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico da área do entorno do Parque Nacional da Serra da Capivara: um programa de educação patrimonial. In: Congresso ABRACOR, 12, 2002. Fortaleza. **Anais**... Fortaleza: ABRACOR, 2002.

BURNS, P.M. Tourism planning: A third way? **Annals of Tourism Research**, n. 31(1), 2004. p. 24-43.

CALI, P. **Políticas municipais de gestão do patrimônio arqueológico**. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

CÂMARA DOS LORDES. Comissão de Ciência e Tecnologia. Relatório 5 - Ciência e Patrimônio 2012. Disponível em: http://www.publications.parliament.uk Acesso em: 01 jul. 2012.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2003.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARANDINI, A.; SETTIS, S. **Escravos e Senhores na Etrúria Romana.** A vila de Settefinestre da escavação à exposição. Bari, De Donato, 1979. A. Carandini, Introdução: 15-20; 30. Tradução: Maria Isabel D'Agostino Fleming.

CARVALHO, A. V; FUNARI, P.P.A. **Memória e patrimônio**: diversidade e identidades. Revista Memória em Rede. Pelotas/RS: UFPEL, v.2, n.2. 2010.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASANOVA, A. V. **Proyección y uso social del património arqueológico**. Palestra. IV Congresso Internacional de Turismo Arqueológico. Trujillo, Peru, 2009.

CAVALCANTE, L. C. D.; ABREU, R. R. S.; LAGE, M. C. S. M.; FABRIS, J. D. Conservação de Sítios de Arte Rupestre: resultados preliminares do estudo químico de pigmentos e depósitos de alteração no sítio Toca do Pinga da Escada. **Revista de Arqueologia**, v.21, n.2, 2008.

CHRISTOFOLETTI, R; MELLO, A.M. Os projetos educativos das Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos:discussões preliminares sobre o patrimônio. **Revista Centro de Preservação Cultural**, São Paulo, n. 10, p. 116-139, maio/out 2010.

CIPOLLA, C. N. Signs of identity, signs of memory. Archaeological Dialogues. **Journal Cambridge**. v.15, n.2. 2008. p. 196-215.

CLARKSON, M. B. E. A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporation social performance. **Academy of Management Review**. v. 20, n.1, 1995.

CONSELHO BRITÂNICO DE ARQUEOLOGIA. Disponível em: http://new.archaeologyuk.org/ Acesso em: 01 jul. 2012

CONSELHO DA EUROPA E INSTITUTO EUROPEU PARA A PESQUISA CULTURAL COMPARATIVA. Compêndio de Políticas Culturais e Tendências da Europa. 13 ed, 2012. Disponível em: http://www.culturalpolicies.net Acesso em: 01 jul. 2012.

CORANDINI,C; SABINO, M. S; COSTA, B. K. **Teoria dos *Stakeholders*** – Estado da Arte produzido no Brasil. XIII SEMEAD Seminário de Administração. São Paulo. Set. 2010.

CORDEIRO, S. L. **A paisagem histórica do Engenho São Jorge dos Erasmos:** o vídeo como instrumento educativo na Arqueologia do monumento quinhentista. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, SP, 2007.

CORDEIRO, S; COSTA, A. O Engenho São Jorge dos Erasmos – Imagens da Redescoberta. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v.11, 2001.p. 323-325.

COSTA, B. K. **Estado da Arte em Stakeholders e Turismo e a sua Evolução nas Publicações em Revistas Científicas Internacionais**. Tese (Livre Docência). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CURTIS, P. Government scraps 192 quangos. **Journal The Guardian**. Disponível em: http://www.guardian.co.uk/politics/2010/oct/14/government-to-reveal-which-quangos-will-be-scrapped Acesso em: 01 jul. 2012.

DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo.** São Paulo: Futura, 2002.

DEPARTAMENTO DE CULTURA, MÍDIA E ESPORTE (DCMS). Disponível em: http://www.culture.gov.uk/ Acesso em: 01 jul. 2012.

DIAZ-ANDREU, M. **A World History of Nineteenth-Century Archaeology**: Nationalism, Colonialism and the Past: Oxford University Press, 2007.

DONALDSON, T., PRESTON, L.E. The stakeholder theory of the corporation: Concepts, evidence and implications. **Academy of Management Review**, n. 20(1), 1995.

DRUCKER, P. **Desafios gerenciais para o século XXI**. São Paulo: Pioneira, 1999.

DUBY, G. **As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

DUDMAN, J. Quango cull means UK is "missing out on billions". **Journal The Guardian**. Disponível em: http://www.guardian.co.uk/public-leaders-network/2012/aug/23/quango-cull-uk-miss-billions. Acesso em: 01 set. 2012.

EBREY, P. B. **The Cambridge Illustrated History of China**. Cambridge: Cambridge University Press, Inc., 2010.

ENGLISH HERITAGE. The Stonehenge World Heritage Site, Management Plan, Consultation draft July 2008. Disponível em: <http://www.stonehengeconsultation.org> Acesso em: 05 ago 2012.

ENGLISH HERITAGE. Disponível em: http://www.english-heritage.org.uk/ Acesso em: 05 ago 2012.

ESCRITÓRIO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS DA CHINA. Disponível em: http://www.stats.gov.cn/english/ Acesso em: 01 jul. 2012.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE CIÊNCIA E PATRIMÔNIO. Disponível em: http://nhss.english-heritage.org.uk/server/show/nav.19893 Acesso em: 01 jul. 2012.

FESTIVAL DE ARQUEOLOGIA BRITÂNICA: A participação do público em Arqueologia. Disponível em: http://www.academia.edu/1674787/Public_participation_in_archaeology Acesso em: 01 jul. 2012.

FIELD, D.; PEARSON, T. T.; BARBER, M.; PAYNE, A. Introducing Stonehenge and other curious earthworks. **British Archaeology**, n.111, mar./apr. 2010.

FOGOLARI, E. P. **Gestão em projetos de arqueologia**. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, 2011.

FRANCO, F. A. C. Os capitães-mores vicentinos. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, 1940.

FREEMAN, R. E. **Strategic management:** A stakeholder approach. Boston: Pitman Publishing, 1984.

FREEMAN, R. E., HARRISON, J. S., WICKS, A. C. **Managing for stakeholders**: Survival, reputation, and success. New Haven: Yale University Press, 2007.

FUNARI, P. P. A. **Arqueologia.** São Paulo: Ática, 1988.

_____. **Os avanços da Arqueologia histórica no Brasil, um balanço**. Disponível em: http://www.comciencia.br. Acesso em: 16 dez. 2003.

_____. Public archaeology from a Latin American perspective. **Public Archaeology**, Londres, v. 1, p. 239-243, 2001.

_____. Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia. Histórica. **Dossiê Arqueologias Brasileiras**. v.6, n.13, dez 2004/ jan 2005. Disponível em http://www.seol.com.br/mneme. Acesso em 29 jan. 2007.

_____; DOMINGUEZ, L. **Textos Didáticos**: as cartas internacionais sobre patrimônio. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1990.

_____; MANZATO, F; ALFONSO, L. P. **Tourism and archaeology in Brazil**: postmodern epistemology in three case studies. In: TAG, 2009, Durham, Inglaterra, Reino Unido.

_____; _____; _____. Turismo e Arqueologia no Brasil: a epistemologia pós – moderna em dois estudos de caso. PELEGRINI, S. C. A.; NAGABE, F; PINHEIRO, A. (orgs) **Turismo e Patrimônio em tempos de globalização**. Campo Mourão: Editora da FECILCAM, 2010. p. 77-102.

_____; PINSKY, J. **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____; ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M.. Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil. **Revista História**, São Paulo, n. 27, v.2. 2008.

FUNDAÇÃO MUSEU DO HOMEM AMERICANO (FUMDHAM). Disponível em: http://www.fumdham.org.br. Acesso em: 01 jun 2011.

GASTAL, S. O tempo na tessitura pós-moderna: entre o museu-acontecimento e o souvenir-memória. In: INTERCOM 2004, 2004, Porto Alegre. **Anais** Intercom, 2004.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisas**. São Paulo: Atlas, 1991.

GOVERNO MUNICIPAL DE XI'AN Disponível em http://en.xa.gov.cn/structure/Services/nyhj_1.htm. Acesso em: 06 Jul. 2011.

GRUPO PARLAMENTAR SUPRA-PARTIDÁRIO DE ARQUEOLOGIA. Disponível em: http://www.appag.org.uk/ Acesso em: 01 jul. 2012

GUIA DE BOAS PRÁTICAS PARA O TURISMO ARQUEOLÓGICO. Québec, Canadá, 2009. Disponível em http://www.archaeological.org. Acesso em 29 jan. 2009.

GUIA DE VIAGEM DA CHINA. Disponível em: http://www.travelchinaguide.com/china_great_wall/wallprotection/ Acesso em 29 jan. 2012.

GUIDON, N. Mulheres na Ciência. [jun 2011]. Entrevistadores: J.R.,Monteiro; M. I., Landim e S.,Brandão. Ver Ciência na Travessa, Livraria da Travessa do Shopping Leblon, Rio de Janeiro, 5 jun 2011.

_____. **A maior concentração de pinturas rupestres do mundo está no Piauí**. Sapiência: Informativo científico da FAPEPI. Set 2005, n. 5, ano II. Disponível em: http://www.fapepi.pi.gov.br/novafapepi/sapiencia5/entrevista-completa.php. Acesso em: 01 jul 2011.

_____. Serra da Capivara está ameaçada por traficantes. **Jornal Diário do Povo**. Caderno Política. 03 jul 2011. Disponível em: http://www.diariodopovo-pi.com.br/VerNoticia.aspx?id=4876. Acesso em: 01 jul. 2011.

_____. PESSIS, A. M.; PARENTI, F.; FONTUGUE, M.; GUÉRIN, C. Nature and age of the deposits in Pedra Furada, Brazil: reply to Meltzer, Adovasio & Dillehay. **Antiquity**. v.70. n.268.1996.

_____; PEYRE, E.; GUÉRIN, C.; COPPENS, Y. Resultados da datação de dentes humanos da Toca do Garrincho, Piauí, Brasil. **Clio**- Série Arqueológica. Recife. UFPE. n.14, 2000.

HALL, C.M. Rethinking collaboration and partnership: a public policy perspective. **Journal of Sustainable Tourism**, n. 7(3), 1999, p. 274-289.

HALL, C.M. **Tourism Planning**: Policies, Processes and Relationships. New York: Prentice, 2000.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HINGLEY, R. Hadrian's Wall: a wall for all times. **British Archaeology**, n.102, set/out. 2008.

HIRATA, E. F. V. Aprendendo com as coisas: arqueologia e educação no Engenho São Jorge dos Erasmos. In: XII Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia, 2003, São Paulo. **Anais** do XII Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia, 2003.

_____; ELAZARI, J. M.; MORITZ, J. Arqueologia e educação: uma proposta para o Engenho São Jorge dos Erasmos. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v.11. 2001. p. 317-322.

_____; _____; _____; CRUZ, A.; CORDEIRO, S. Explorando a arqueologia: um projeto educativo no Engenho São Jorge dos Erasmos. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v.17. 2007. p. 419-433.

HODDER, I. **Interpretación en Arqueología**: corrientes actuales: Crítica, Barcelona, 1994.

HUANG, P. C. C. Profit-Making State Firms and China's Development Experience: "State Capitalism" or "Socialist Market Economy"? **Modern China**, v.38, n.6. 2012. p. 591-629.

INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA DA ACADEMIA CHINESA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Disponível em: http://www.kaogu.net.cn/en/detail.asp?ProductID=1298. Acesso em: 05 ago 2012.

INSTITUTO DE ARQUEÓLOGOS. Disponível em: http://www.archaeologists.net/ Acesso em: 01 jul. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home Acesso em: 05 ago 2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTSÍTICO NACIONAL (IPHAN). Disponível em: http://www.iphan.org.br. Acesso em: 16 set. 2012.

INSKEEP, E. **Tourism Planning**: an Integrated and Sustainable Development Approach. New York: Van Nostrand Reinhold, 1991.

_____. **National and Regional Tourism Planning**. London: Routledge, 1994.

JENSEN, T.; SANDSTRÖM, J. **Stakeholder Theory and Globalization**: The Challenges of Power and Responsibility. Organization Studie, v. 32. n.4. 2011. p.473-488

JORNAL BAIXADA SANTISTA. Engenho: opções de lazer e entretenimento**.** Disponível em: <http://santos.jornalbaixadasantista.com.br/conteudo/engenho_erasmos_2008> Acesso em: 16 nov 2009.

KOGA, E.S; WADA, E. K. . Análise dos stakeholders e gestão dos meios de hospedagem: estudo de casos múltiplos na Vila do Abraão, Ilha Grande, RJ. **Revista Turismo em Análise**, 2013. v. 24, p. 90-118.

KOMLOS, J. The size of the Chinese terracotta warriors - 3rd century B.C.**Antiquity**. v.77, n.296. 2003.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001.

LAGE, M. C. S. M.; BORGES, J. F; ROCHA JR, S. Sítios de registro rupestre: monitoramento e conservação. **Mneme Revista de humanidade**. Dossiê Arqueologias Brasiliera. v.6, n.13. dez2004/ja2005.

LEAKEY, R. **A origem da espécie humana**.Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

LEE, Y.K. Control strategies and polity competition in the lower Yi-Luo Valley, North China. **Journal of Anthropological Archaeology**, n. 23. 2004. p.172–195.

LEE, D.J; PAE, J.H.; WONG, Y.H. In: ZHAO, FLYNN e ROTH, **Decision Sciences Research in China:** A Critical Review and Research Agenda-Foundations and Overview. Decision Sciences. v.37, n.4, 2006.

LEVY, J.E Archaeology, Communication, and Multiple Stakeholders: From the Other Side of the Big Pond. **European Journal of Archaeology** v.10. n.167.2007.

LIMA, T. A. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio arqueológico**: O desafio da preservação. n. 33. 2007.

LITTLE, B. **Archaeologists and Interpreters Working Together**. Society for American Archaeology. v.5, n.2, 2005.

LOURENÇO, M. C. F. **Plataforma Sophia**. Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos. São Paulo: PRCEU/USP, 2006.

MANZATO, F. **Turismo Arqueológico**: Diagnóstico em Sítios Pré-Históricos e Históricos no Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Turismo). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2005.

_____. (Des)Motivações do Turismo Arqueológico no Brasil. **Revista Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**. v.2, n.1, dez. 2004.

_____. **Turismo y Arqueologia**: consideraciones, escenarios y evaluación del potencial turístico de sítios arqueológicos. Editorial Académica Espanola, 2012. 71p.

_____; REJOWSKI. M. Turismo Cultural: avaliação da potencialidade turística dos sítios arqueológicos em São Paulo: **Estudios y perspectivas en Turismo**. Argentina, 2007. v.16, p.72-95

MARQUES, M. E. A. Apontamentos: Históricos, Geográficos, Biográficos, estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo, seguidos de cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876. Rio de Janeiro: Universal, 1879. *In*: MEURS, P. **Engenho São Jorge dos Erasmos**, Santos Preservation Studies. SP: CPC, 1990.

MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste Brasileiro**. Recife: Editora Universitária - UFPE, 1999.

MASSARA, C. IFA news. Disponível em: http://www.archaeologists.net/news/121116-ifa-statement-recommended-minimum-salaries-and-recommended-starting-salaries-2013-14 Acesso em 01dez 2012.

MEDINA, L. K. La comercialización cultural: el turismo y la identidad Maya. Annals of **Tourism Research en Español**, v. 5, n.1, 2003. p. 86-103.

MELTZER, D.; ADOVASIO, J.; DILLEHAY, T. On a Pleistocene Human Occupation at Pedra Furada, Brazil. **Antiquity**. v. 68, n. 261. 1994.

MENESES, U. T. B. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). **Anais** do Museu Paulista, 1993.

MEURS, P. Engenho São Jorge dos Erasmos, Santos Preservation Studies. SP: **CPC**, 1990.

_____. Engenho dos Erasmos. Vestígios de uma primeira multinacional. Leopoldianum. **Revista da Universidade Católica de Santos**, 85-92, 1991.v. 17, n.49.

MINISTÉRIO DA CULTURA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. Disponível em: http://www.mcprc.gov.cn/English/index.html2011. Acesso em: 01 jul. 2012.

MOLINA, S.; RODRIGUEZ, S. **Planificación integral del turismo**: un enfoque para Latinoamérica. México: Trillas,1999.

MONUMENTO NACIONAL RUÍNAS ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS. Disponível em: http://citrus.uspnet.usp.br/engenho/novo/ Acesso em: 01 ago 2011.

MORAIS, J. L. A Arqueologia e o turismo. In: FUNARI, P.P; PINSKY, J. **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____; PIEDADE, S. C.; MAXIMINO, E. P. B. Arqueologia da Terra Brasilis: o Engenho São Jorge dos Erasmos na Capitania de São Vicente. **Revista de Arqueologia Americana**, n.23. 2005. p.349-384.

MOSTRA da China tem público recorde. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 jun. 2003. Caderno Ilustrada, p.29.

MURPHY, P.E. Community driven tourism planning. **Tourism Management**, n. 9 (2). 1988. p.96-104.

MURTA, M. L. P; PRIORE, M. **Memória, patrimônio e identidade**. Ministério da Educação, boletim 4, 2005.

MUSÉE DES BEAUX-ARTS DE MONTRÉAL. The Warrior Emperor and China's Terracotta Army. Disponível em: http://www.mbam.qc.ca/emperorofchina/pdf/3_paintedarmy.pdf. Acesso em: 06 Jul. 2011.

NATIONAL TRUST Disponível em: http://www.nationaltrust.org.uk/ Acesso em: 05 ago 2012.

NORA, P. **Entre memoire et histoire**: les lieux de memoire. La republique, Paris, Gallimard, 1984.

NYE, J.S. **Soft Power**: The Means to Success in World Politics. New York: Public Affairs, 2004.

OLBERDING, A.; IVANHOE, P. J. **Mortality in Traditional Chinese Thought**. Albany: State University of New York Press, 2011.

OLIVEIRA, J. H. Por uma arqueologia socialmente engajada: arqueologia pública, universidade pública e cidadania. *In:* FUNARI, P. P. A.; ORSER JR. C. E.; SCHIAVETTO, S. N. O (orgs.). **Identidades, discurso e poder**: Estudos da arqueologia contemporânea. São Paulo: Annablume, 2005.

PARDI, M. L. F preservação do patrimônio arqueológico e o turismo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro; IPHAN, n. 34, 2007, p.305-337

_____. **Gestão de patrimônio arqueológico, documentação e política de preservação.** Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão do patrimônio cultural). Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2002.

PARENTI F.; FONTUGNE, M.; GUÉRIN C. Pedra Furada, Brasil e sua "presumida" evidência: limitações e potencial dos dados disponíveis. **Fumdhamentos** (Revista da Fundação do Homem Americano), São Raimundo Nonato,PI. v. 1, n. 1, 1996.

PATRIMÔNIO MURO DE ADRIANO LTDA**.** Disponível em: http://www.hadrians-wall.org/ Acesso em: 01 jul. 2012

PESSIS, A. Identificação e classificação dos Registros Gráficos Pré-históricos do Nordeste do Brasil. **Clio**- Série Arqueológica. Recife: UFPE, n. 8, 1992.

PIVETTA, M. Como os nossos pais. **Revista Pesquisa FAPESP**. n. 182, abr 2011.

PLANO DE GESTÃO DO MURO DE ADRIANO 2008-1014. Disponível em: http://www.hadrianswallheritage.co.uk/page.aspx//Managing-the-World-Heritage-Site/Management-Plan Acesso em 01 jul. 2012.

PORTAL da Administração Estatal de Patrimônio Cultural (SACH) Disponível em: http://www.sach.gov.cn/ Acesso em: 01 jul. 2012.

PORTAL da Fundação Cultural do Piauí. FUNDAC. Disponível em: http://www.fundac.pi.gov.br/index.php Acesso em: 01 set. 2012.

PORTAL da Prefeitura de Santos. CONDEPASA. Disponível em: http://www.santos.sp.gov.br/frames.php?pag=/cultura/condepasa/condepasa.php Acesso em: 01 set. 2012.

PORTAL da Prefeitura de Santos. Passeio pela zona Noroeste agrada passageiros da Linha Conheça Santos. Disponível em: http://www.santos.sp.gov.br/nsantos/index.php/noticias/passeio-pela-zona-noroeste-agrada-passageiros-da-linha-conheca-santos Acesso em: 01 jul. 2011.

PORTAL da Secretaria da Cultura do Governo do Estado de São Paulo. CONDEPHAAT. Disponívelem:http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.92dfa9ce23b5efef6d006810ca60c1a0/?vgnextoid=7364378e515ea110VgnVCM100000ac061c0aRCRD&vgnextfmt=default Acesso em: 01 jul. 2012.

PORTAL do Brasil. Governo Federal. Lei Rouanet. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/sobre/cultura/legislacao. Acesso em: 01 jul. 2011.

PORTAL do Cooperativismo Popular. Turismo e Cooperativismo: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares na Serra da Capivara. Disponível em: http://www.cooperativismopopular.ufrj.br/noticias_int.php?idnoticia=483 Acesso em: 01 jul.2011.

PORTAL do Governo do Reino Unido. Disponível em: https://www.gov.uk/ Acesso em: 01 jul. 2012.

PORTAL do Governo Popular Central da República Popular da China. Disponível em: http://www.gov.cn/2005. Acesso em: 01 jul. 2012.

PORTAL do Ministério da Cultura do Brasil. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/site/ Acesso em: 01 jul. 2012.

PRENTICE, R. Community-driven tourism planning and resident preferences. **Internacional Journal of Tourism Research**. v.14. n.3. 1993. p. 218-227.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em: http://www2.planalto.gov.br Acesso em: 01 jul. 2012.

PRESTON, L.E. Stakeholder management and corporate performance. **Journal of Behavioural Economics**, n. 19(4). 1990. p.361-375.

PRÓ-REITORIA DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos. Disponível em: http://www.prceu.usp.br/engenho/ Acesso em 10 mar. 2012.

QUADRO DE INTERPRETAÇÃO DO MURO DE ADRIANO. Disponível em: http://www.hadrianswallheritage.co.uk/page.aspx//World-Heritage-Site-Projects/Hadrian's-Wall-Interpretation-Framework. Acesso em 01 jul. 2012.

QUICK, P. M.C.W. **Proceedings**: Conference on Reburial Issues. Newberry, 1985.

RAHTZ, P. **Convite à Arqueologia**. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

REDE DE INFORMAÇÃO DA CULTURA CHINESA Disponível em: http://www.ccnt.com.cn/music/mcprc/ys/index.htm Acesso em: 01 jul. 2012.

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA FUMDHAM em 2008. São Raimundo Nonato, Piauí. v.1. 2008.

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA FUMDHAM em 2010. São Raimundo Nonato, Piauí. v.1. 2010.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 2010. ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS, Santos, São Paulo. 2010.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO IPHAN – 2010. Disponível em http://portal.iphan.gov.br Acesso em: 01 jul. 2012.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO IPHAN – 2011. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br Acesso em: 01 jul. 2012.

RENFREW, W. C; BAHN, P. **Arqueología**: teoria, métodos y prática: Akal, Madrd, 1993.

RICHARDS, J. **Stonehenge**: guia do patrimônio inglês. Patrimônio Inglês, Reino Unido, 2005.

RIES, G. **Arqueologia**: um potencial para o ecoturismo no Brasil – Serra da Capivara, um exemplo a ser seguido. Curso de Pós-Graduação em Ecoturismo. Faculdade SENAC de Turismo e Hotelaria. São Paulo, 2003.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. Arqueologia e sociedade no município de Ribeirão Grande, sul de São Paulo: ações em Arqueologia pública ligadas ao projeto de ampliação da mina calcária Limeira. **Revista Arqueologia Pública**, n. 1, 2006.

RODRIGUES, D. Patrimônio cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica, 2012. **Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior**. Covilhã – Portugal. http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodrigues-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf

ROM's terracotta warriors show a blockbuster. CBC News. Toronto. Arts and Entertainment. Disponível em:<http://www.cbc.ca/news/arts/artdesign/ Acesso em: 6 jan. 2011

ROPP, P. S. **China in world history**. Oxford: Oxford University Press, Inc.,2010.

ROWAN, Y; BARAM, U. **Archaeology after nationalism**: globalization and the consumption of the past, in Marketing Heritage. Archaeology and the consumption of the past. Walnut Creek, Altamira, 2004.

RUÍNAS ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS. Disponível em: http://www.usp.br/prc/engenho/index.html. Acesso em: 16 nov 2009.

SANTANA, A. **Antropologia y turismo**. ¿nuevas hordas, viejas cultura? Barcelona: Ariel, 1997.

SANTOS, C. G. R. **Programa de gestão do patrimônio arqueológico de São Sebastião** – SP. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, V. M. **Os artesãos da pedra:** arqueologia e museologia das vasilhas de pedra-sabão em Minas GeraisDissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, 2012.

SCATAMACCHIA, M. C. M.; **Turismo e Arqueologia**. São Paulo: Aleph, 2005.

SHACKEL, P. A. Local Identity, National Memory, and Heritage Tourism: creating a sense of place with archaeology. **Illinois Antiquity**, n.40, v.3. 2005. p.24-28.

SLEEBOOM-FAULKNER, M. Regulating Intellectual Life in China: The Case of the Chinese Academy of Social Sciences. **China Quarterly**, n. 189, 2007. p.83-99.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença**: perspectivas dos estudos culturais. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SIMA QIAN. Encyclopædia Britannica Online.Encyclopædia Britannica. Disponível em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/562143/Sima-Qian>. Acesso em: 06 Jul. 2011

SIMMONS, D.G. Community participation in tourism planning. **Tourism Management**, n.15, 1994.

SOFIELD, T. H.B; LI, F. M. S. Tourism development and cultural policies in china. **Annals of Tourism Research**, v. 25, n. 2. 1998. p. 362-392

STOLS, E. One of first documents on the Device of the Schetz in Is Vicente. **Magazine of History**. São Paulo, v.37, 1968.

SU, C; MITCHELL,R.K; SIRGY,M.J. Enabling Guanxi Management in China: A Hierarchical Stakeholder Model of Effective Guanxi. **Journal of Business Ethics,** n. 71. 2007. p.301–319.

SU, M.; LI, B. **Resource Management at World Heritage Sites in China**. Procedia Environmental Sciences, n. 12. 2012. p. 293 – 297.

_____; WALL, G. Community Participation in Tourism at a World Heritage Site: Mutianyu Great Wall, Beijing, China. **International Journal of Tourism Research**, v.3. n.15. 2012.

SU, X. Heritage Production and Urban Locational Policy in Lijiang, China. **International Journal of Urban and Regional Research**. v.35.n.6. 2011. p.1118–1132.

_____. It is my home. I will die here: tourism development and the politics of place in Lijiang, China, Geografiska Annaler: **Series B**, Human Geography v.94, n.1. 2012, p.31–45.

SUN, Z. J. Life and Afterlife in Early Imperial China. **American Journal of Archaeology.** v. 113. 2009.

SUNDARAM, A. K.; INKPEN, A. C. (2004). The corporate objective revisited. Organization Science, n.15, v.3, p.350-363. *In:* Garrod, B; Fyall, A; Leask, A; Elaine, R. Engaging residents as stakeholders of the visitor attraction. **Tourism Management**, n. 33, 2012. p.1159-1173.

TEGA, G. Arqueologia no Brasil e o panorama atual: os números de 11 anos de divulgação na Folha de São Paulo. **Revista Arqueologia Pública**. Campinas/SP, n.5, 2012.

TERRACOTTA warriors, Picassos heading to Sydney. ABC News. Sydney, 15 oct. 2010. Disponível em: <http://www.abc.net.au/news/stories/2010/10/14/3038261.htm>. Acesso em:

THOMAS, H. **Race and Planning**: The UK Experience. London: UCL Press, 2000.

TIMOTHY, D.J. Cooperative tourism planning in a developing destination. **Journal of** Sustainable Tourism, n.6 (1). 1998. p.52-68.

TOSUN, C.; JENKINS, C.L. The evolution of tourism planning in third-world countries. Progress in Tourism and Hospitality Research. **International Journal of Tourism Research.** v.4. n.8. 1998. P.101-114.

TRESSERRAS, J (Org.) Turismo **arqueológico no Parque Nacional Serra da Capivara** (Piauí-Brasil) / Editora IABS – Instituto Ambiental Brasil Sustentável / Rede de Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento Sustentável (Ibertur) / Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid) / Ministério do Turismo (MTur-Brasil) – Brasília, DF, Brasil : 2009.

_____; GUERRA, D. **Estudio demanda internacional del Turismo Arqueológico**. Palestra. IV Congresso Internacional de Turismo Arqueológico. Trujillo, Peru, 2009.

TRIGGER, B. G. **História do pensamento arqueológico.** São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

TV TRIBUNA. Crianças viram 'arqueólogas' nas ruínas de engenho em Santos. 25 nov. 2012. Disponível em http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2012/11/criancas-viram-arqueologos-nas-ruinas-de-engenho-em-santos.html. Acesso em 29 abr. 2013.

UNESCO Lista de Tentativas de Patrimônio da China. Disponível em: http://whc.unesco.org/en/tentativelists/state=cn Acesso em: 01 Jul 2012.

UTTERBACK, J. **Dominando a dinâmica da inovação**. Rio de Janeiro: Quality Mark, 1996.

VASCONCELLOS, C. M. **Turismo e Museus**. São Paulo: Aleph, 2006

VECCHIERINI, E. J. **La Arqueología:** entre la investigación y la difusión. Disponível em: <http://www.naya.org.ar>. Acesso em: 19 dez. 2003.

VILLALBA, P.; MATAMALA, J.C. **Arqueotur** – Portal de Turismo Arqueologico. Palestra. IV Congresso Internacional de Turismo Arqueológico. Trujillo, Peru, 2009.

WADA, E. K.; OLIVEIRA, P. F. F. Stakeholders e apart-hotéis: estudo de casos múltiplos. **Revista Iberoamericana de Estratégia**, v. 11, p. 145-169, 2012.

WANG, D. **Internationalizing heritage**: UNESCO and China's Longmen Grottoes. China Information. 2010.

WANG, T.; ZAN, L. **Management and presentation of Chinese sites for UNESCO World Heritage List (UWHL).** Facilities. v. 29. n.7/8, 2011.p. 313-325.

WANG, Y; BRAMWELL, B. Heritage protection and tourism development priorities in Hangzhou, China: A political economy and governance perspective. **Tourism Management**, n.33. 2012. p.988-998.

WATKINS J.E. **Beyond the margin:** American Indians, First Nations. 2003

_____. **Indigenous Archaeology**. Walnut Creek, CA: Altamira Press.2000.

WHITWORTH, D. Is the British Museum the greatest museum on earth? **The Times**, London, 9 jul. 2008. Arts and Entertainment, p.37.

WICHERS, C. A. M. **Museus e antropofagia do patrimônio arqueológico**: caminhos da prática brasileira. Tese (Programa de Doutorado em Museologia). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Departamento de Museologia, Lisboa, Portugal. 2010.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: **Identidade e diferença:** perspectivas dos estudos culturais. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

WORLD TOURISM ORGANIZATION (WTO). National and Regional Tourism Planning: 1994.

YAN, M. **World Heritage in China:** universal discourse national culture. Thesis (Doctor in Philosophy). University of Virginia, USA, 2012.

YANG, L. **Planning for Ethnic Tourism**: Case Studies from Xishuangbanna, Yunnan, China. Thesis (Doctor in Philosophy). University of Waterloo. Ontario, Canada, 2007.

ZAN, L.; BARALDI, S. B. Managing Cultural Heritage in China: A View from the Outside. **China Quarterly**, v.210. 2012. p.456-481.

ZAN, L; BARALDI, S.B. The heritage chain management. General issues and a case study, China. **Journal of Cultural Heritage**, 2012.

ZHAO, X.; FLYNN,B.B; ROTH, A. **Decision Sciences Research in China**: A Critical Review and Research Agenda-Foundations and Overview. Decision Sciences. v.37, n.4, 2006.